



**RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO  
DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA  
EXERCÍCIO 2024**

PROCESSO N.º:	1850601/2024
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA
CNPJ:	03.947.926/0001-87
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITO MUNICIPAL:	FRANCISCO GONCALVES NAVES
RELATOR:	GUILHERME ANTONIO MALUF
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	ARAGUAINHA
NÚMERO OS:	3015/2025
EQUIPE TÉCNICA:	SIMONE APARECIDA PELEGRINI



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO</b>	13
<b>2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO</b>	13
<b>2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023</b>	14
<b>2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024</b>	14
<b>2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS</b>	17
<b>2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA</b>	17
<b>3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO</b>	17
<b>3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)</b>	18
<b>3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA</b>	18
<b>3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO</b>	19
<b>3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA</b>	22
<b>3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>	26
<b>4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	29
<b>4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA</b>	29
<b>4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	30
<b>4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO</b>	30
<b>4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	32
<b>4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA</b>	34
<b>4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS</b>	37
<b>4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA</b>	38
<b>4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	39
<b>5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS</b>	40
<b>5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	43
<b>5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>	45
<b>5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO</b>	46
<b>5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL</b>	46
<b>5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)</b>	48



5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO	49
5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL	50
5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO	50
5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	52
5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	53
5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS	53
5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS	55
5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS	56
5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	57
5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA	57
5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA	58
5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA	58
5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA	59
5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA	59
5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA	60
5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA	60
5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA	61
5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	61
5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)	62
5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)	63
5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	64
5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR	65
5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	65
5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	67
5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS	67
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	68



<b>6. 1. DÍVIDA PÚBLICA</b>	68
<b>6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)</b>	69
<b>6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)</b>	70
<b>6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)</b>	71
<b>6. 2. EDUCAÇÃO</b>	72
<b>6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB</b>	75
<b>6. 3. SAÚDE</b>	78
<b>6. 4. DESPESAS COM PESSOAL</b>	80
<b>6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF</b>	81
<b>6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO</b>	82
<b>6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL</b>	82
<b>6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF</b>	85
<b>7. REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>	88
<b>7. 1. NORMAS GERAIS</b>	89
<b>7. 1. 1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP</b>	89
<b>7. 1. 2. PRÓ-GESTÃO RPPS</b>	92
<b>7. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP</b>	93
<b>7. 1. 4. UNIDADE GESTORA ÚNICA</b>	94
<b>7. 1. 5. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS</b>	95
<b>7. 1. 5. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS</b>	96
<b>7. 1. 5. 2. ADIMPLÊNCIA DE PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS</b>	99
<b>7. 2. GESTÃO ATUARIAL</b>	100
<b>7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA</b>	100
<b>7. 2. 2. AVALIAÇÃO ATUARIAL</b>	103
<b>7. 2. 2. 1. RESULTADO ATUARIAL</b>	108
<b>7. 2. 3. RESULTADO CORRENTE DOS RPPS</b>	110
<b>7. 2. 4. ÍNDICES DE COBERTURA</b>	111
<b>7. 2. 4. 1. ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	111
<b>7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS</b>	112
<b>8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS</b>	113



<b>8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	114
<b>9. POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	115
<b>9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO</b>	116
<b>9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS</b>	116
<b>9. 1. 2. IDEB</b>	118
<b>9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT</b>	120
<b>9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE</b>	122
<b>9. 2. 1. DESMATAMENTO</b>	123
<b>9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA</b>	125
<b>9. 3. INDICADORES DE SAÚDE</b>	127
<b>9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE</b>	129
<b>9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI</b>	129
<b>9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA</b>	130
<b>9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO</b>	130
<b>9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT</b>	131
<b>9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA</b>	132
<b>9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB</b>	132
<b>9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL</b>	134
<b>9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH</b>	135
<b>9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE</b>	
<b>9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP</b>	136
<b>9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS</b>	137
<b>9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS</b>	138
<b>9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES</b>	139
<b>9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE</b>	140
<b>9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS</b>	141
<b>9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE</b>	142
<b>9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL</b>	143
<b>9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE</b>	143
<b>9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE</b>	144
<b>9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES</b>	146
<b>10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO</b>	147



<b>10. 1. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDAS NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO</b>	<b>147</b>
<b>10. 2. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO</b>	<b>148</b>
<b>10. 3. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO</b>	<b>148</b>
<b>11. PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	<b>149</b>
<b>11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE</b>	<b>149</b>
<b>12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO</b>	<b>152</b>
<b>13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT</b>	<b>153</b>
<b>13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA</b>	<b>155</b>
<b>13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.<sup>o</sup> 10/2024)</b>	<b>156</b>
<b>13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.<sup>o</sup> 07/2023)</b>	<b>159</b>
<b>13. 4. OUVIDORIA</b>	<b>162</b>
<b>14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO</b>	<b>164</b>
<b>14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO</b>	<b>164</b>
<b>14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO</b>	<b>166</b>
<b>14. 3. APÊNDICES</b>	<b>173</b>
<b>Anexo: 1 - ORÇAMENTO</b>	<b>174</b>
<b>Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)</b>	<b>174</b>
<b>Quadro: 1.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária</b>	<b>177</b>
<b>Quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit</b>	<b>182</b>
<b>Quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito</b>	<b>188</b>
<b>Quadro: 1.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação</b>	<b>191</b>
<b>Quadro: 1.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias</b>	<b>196</b>
<b>Quadro: 1.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento</b>	<b>197</b>
<b>Anexo: 2 - RECEITA</b>	<b>202</b>
<b>Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita</b>	<b>202</b>



<b>Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)</b>	203
<b>Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)</b>	203
<b>Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)</b>	204
<b>Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)</b>	204
<b>Anexo: 3 - DESPESA</b>	206
<b>Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica</b>	206
<b>Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo</b>	207
<b>Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução</b>	209
<b>Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	211
<b>Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS</b>	211
<b>Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário</b>	
<b>Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS</b>	213
<b>Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR</b>	227
<b>Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados</b>	227
<b>Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)</b>	228
<b>Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)</b>	235
<b>Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)</b>	236
<b>Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES</b>	237
<b>Quadro: 6.1 - Dívida Ativa</b>	237
<b>Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS</b>	237
<b>Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS</b>	238
<b>Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS</b>	242
<b>Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS</b>	243
<b>Quadro: 6.6 - Quociente de Dispêndio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS</b>	244
	244



**Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução  
do Senado nº 43/2001)**

<b>Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado)</b>	245
- Restos a Pagar	
<b>Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado)</b>	245
- Depósitos / Consignações/ ARO	
<b>Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado)</b>	246
- RESUMO	
<b>Anexo: 7 - EDUCAÇÃO</b>	248
<b>Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)</b>	248
<b>Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB</b>	248
<b>Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS</b>	249
<b>Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB</b>	250
<b>Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício</b>	251
<b>Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB</b>	252
<b>Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA</b>	253
<b>Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício</b>	253
<b>Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO</b>	254
<b>Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB</b>	254
<b>Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício</b>	255
<b>Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino</b>	257
<b>Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE</b>	258
<b>para Fins de Limites Constitucionais</b>	
<b>Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</b>	258
<b>Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE</b>	258
<b>classificadas em outras funções</b>	
<b>Anexo: 8 - SAÚDE</b>	260
	260



**Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima  
de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde**

---

<b>Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS</b>	261
---	-----

<b>Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)</b>	262
--	-----

<b>Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde</b>	263
--	-----

<b>Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502</b>	264
---	-----

<b>Anexo: 9 - PESSOAL</b>	265
---------------------------	-----

<b>Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)</b>	265
--	-----

<b>Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)</b>	265
---	-----

<b>Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN</b>	266
---	-----

<b>Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado</b>	268
---	-----

<b>Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA</b>	270
-------------------------------------	-----

<b>Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)</b>	270
---	-----

<b>Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)</b>	270
--	-----

<b>Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)</b>	271
--	-----

<b>Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos</b>	271
--	-----

<b>Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88</b>	271
---	-----

<b>Anexo: 11 - METAS FISCAIS</b>	273
----------------------------------	-----

<b>Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)</b>	273
--	-----

<b>Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)</b>	273
--	-----

<b>Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A</b>	274
---	-----

<b>Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF</b>	274
---	-----

<b>Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO</b>	275
--	-----



<b>Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)</b>	275
<b>Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)</b>	282
<b>Anexo: 14 - PREVIDÊNCIA</b>	291
<b>Quadro: 14.1 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Declaração de Veracidade</b>	291
<b>Quadro: 14.2 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - APLIC</b>	291
<b>Quadro: 14.3 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Declaração de Veracidade</b>	98
<b>Quadro: 14.4 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - APLIC</b>	99
<b>Apêndice A - Regime Previdenciário</b>	
<b>Apêndice B - Controle Interno</b>	
<b>Apêndice C - Parcelamentos RPPS</b>	
<b>Apêndice D - LDO - 2024</b>	
<b>Apêndice E - Divulgação da LDO -2024</b>	
<b>Apêndice F - Orçamento - Poder Legislativo</b>	
<b>Apêndice G - Balanço patrimonial - 2023 e 2024</b>	
<b>Apêndice H - Saúde</b>	
<b>Apêndice I - Educação</b>	
<b>Apêndice J - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2024</b>	



## 1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 e ao art. 1º, incisos I e X da Resolução Normativa n.º 16/2021/TCE-MT, apresenta-se o Relatório Preliminar de Instrução de Contas com o resultado do exame das contas anuais e da Previdência Municipal do Município de **ARAGUAINHA** - exercício financeiro de **2024** - com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

O ano de 2024 representa uma fase de transição nas administrações municipais no Brasil. Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Senado Federal estabelecem normas para garantir o equilíbrio das contas públicas, prevenindo ações que possam comprometer a sustentabilidade fiscal. Este relatório inclui a análise do cumprimento das disposições sobre o encerramento de mandato, conforme os artigos 42, parágrafo único, da LRF; 15, caput, da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001; 38, IV, “b” da LRF em consonância com o artigo 15, §2º da Resolução do Senado n.º 43/2001; e 21, II da LRF.

A análise das contas considerou as informações e os documentos apresentados nas prestações de contas mensais encaminhadas pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como dos demais órgãos da Administração Indireta que prestam contas individualmente ao TCE-MT, e a carga especial de Contas de Governo, encaminhadas por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas - Aplic, em atendimento à Resolução Normativa n.º 03/2020 /TCE-MT/TP.

Destaca-se, ainda, que nos casos em que a equipe técnica detectou irregularidades nos registros contábeis de receitas e despesas houve alteração dos valores para efeito de todos os cálculos dos limites constitucionais e legais, prevalecendo o valor considerado correto após fiscalização realizada em valores específicos, conforme detalhamento que será apresentado em cada tópico deste Relatório.



## 2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

### 2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

De acordo com o censo do IBGE de 2022 a população total do município de Araguainha é de 1.006 habitantes:

Data de Criação do Município	11/11/1963
Área Geográfica	675,231 km <sup>2</sup>
Distância Rodoviária do Município à Capital	488 Km
População do Município - IBGE - 2024	1.006

[https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal)

Fato relevante sobre as características do município é a quantidade de eleitores aptos a votar na eleição de 2024, segundo dados da Justiça Eleitoral 1.253 pessoas poderiam exercer o poder de voto:





A evolução do eleitorado de 2020 (1.001) para 2024 (1.253) foi de aproximadamente 25%, conforme demonstrado no gráfico:



Fonte: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?p0\\_municipio=ARAGUAINHA&p0\\_uf=MT&session=216134579238640](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/home?p0_municipio=ARAGUAINHA&p0_uf=MT&session=216134579238640)

## 2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023

Ressalta-se, que está disposta no Tópico 13 deste Relatório Técnico, a síntese da verificação do cumprimento das recomendações propostas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023.

Exercício	Protocolo/Ano	Decisão /Ano	Ordenador	Relator	Situação
Parecer Prévio					
2019	88625/2019	76/2021	SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO	LUIZ HENRIQUE MORAES DE LIMA	Favorável
2020	101001/2020	239/2021	SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO	WALDIR JÚLIO TEIS	Favorável
2021	412678/2021	148/2022	FRANCISCO GONCALVES NAVES	GUILHERME ANTONIO MALUF	Favorável com ressalvas
2022	89877/2022	62/2023	FRANCISCO GONCALVES NAVES	GUILHERME ANTONIO MALUF	Favorável
2023	538477/2023	93/2024	FRANCISCO GONCALVES NAVES	GUILHERME ANTONIO MALUF	Favorável

[https://www.tce.mt.gov.br/resultado\\_contas/tjur/tipo\\_jur/prefeituras](https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras)

## 2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024



O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - IGF-M trata-se de indicador que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso o qual é subsidiado pelos dados recebidos pelo TCE via Aplic durante a análise das Contas Anuais de Governo Municipal.

É importante ressaltar que os índices apresentados neste relatório para os exercícios anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido à possível correção dos dados após apontamentos feitos durante as análises das contas anuais.

A análise da evolução do IGF-M nos últimos cinco anos permite compreender qual é o cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

Portanto, o indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
4. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS: Avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:



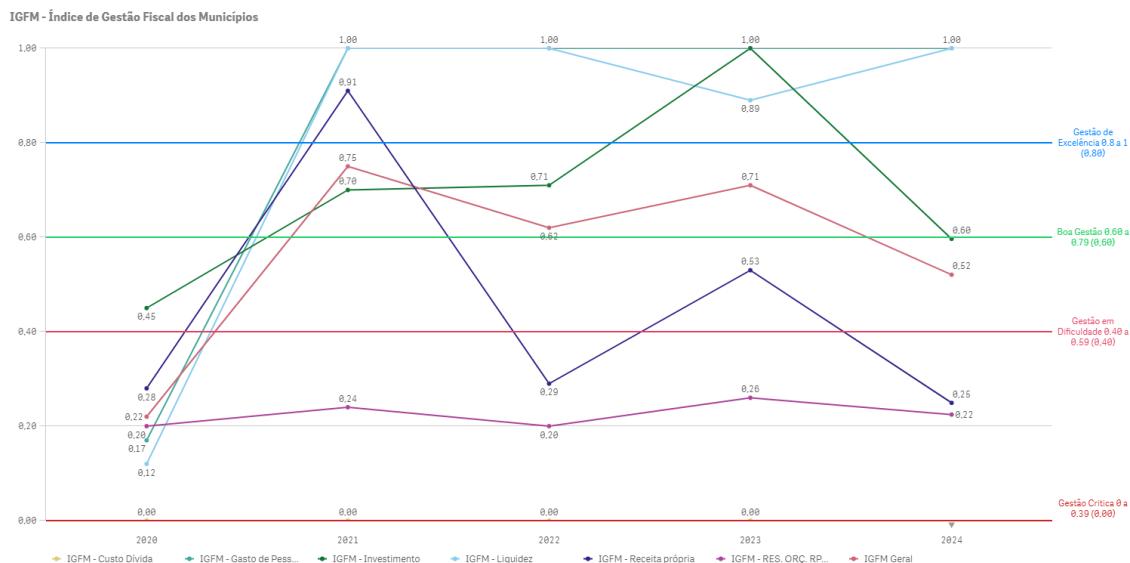
- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,80 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,61 e 0,80 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,40 e 0,60 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,40 pontos.

Destaca-se que o detalhamento dos índices e classificação dos conceitos deste indicador encontram-se no endereço eletrônico <https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF-M do município de **ARAGUAINHA** :

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Investimento	IGFM - Liquidez	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
O município possui RPPS							SIM	1
2020	0,28	0,17	0,45	0,12	0,00	0,20	0,22	141
2021	0,91	1,00	0,70	1,00	0,00	0,24	0,75	42
2022	0,29	1,00	0,71	1,00	0,00	0,20	0,62	103
2023	0,53	1,00	1,00	0,89	0,00	0,26	0,71	44
2024	0,24	1,00	0,59	1,00	-0,71	0,22	0,52	-

<https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>





## 2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS

As contas do Município no exercício de **2024** estiveram sob gestão dos seguintes agentes responsáveis:

ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
GESTORES E RESPONSÁVEIS			
PREFEITURA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	DAYANE BORGES SANTIAGO	09/03/2023 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	FRANCISCO GONCALVES NAVES	01/01/2021 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSAVEL CONTABIL	IGOR PEREIRA LIMA	01/02/2023 a 31/12/2024
CAMARA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	ALEX MENDES CLEMENTE	01/01/2023 a 31/12/2024
CAMARA MUNICIPAL	RESPONSAVEL CONTABIL	ELIEL PEREIRA ALVES	01/03/2023 a 31/12/2024

Sistema Control-P

## 2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

ENTIDADE
PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAGUAINHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA
PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

Sistema APLIC

## 3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos utilizados pelos Entes Federativos para demonstrar quais planos e



programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- Lei Orçamentária Anual - LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

Ressalta-se que as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 171, incisos I e II, da Resolução Normativa TCE-MT n.<sup>o</sup> 16/2021-TP, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Assim, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações, a fim de verificar as situações encontradas, mediante critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

### 3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

A seguir, serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

#### 3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA

O Plano Plurianual - PPA, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 1º, é instituído por lei a cada quatro anos, para viger no quadriênio



subsequente. Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA do Município de **ARAGUAINHA** para o quadriênio 2022 a 2025, foi instituído pela Lei n.<sup>º</sup> 938 de **2021**, a qual foi protocolada sob o n.<sup>º</sup> **9733/2022** no TCE-MT.

Em **2024**, segundo dados do Sistema Aplic, o PPA não foi alterado.

### 3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO do Município de **ARAGUAINHA** para o exercício de **2024** foi instituída pela Lei Municipal n.<sup>º</sup> 1006, de 2023, a qual foi protocolada sob o n.<sup>º</sup> 1797263 /2024 no TCE-MT (Publicada no Jornal da AMM em 19.09.2023).

A Lei Complementar n.<sup>º</sup> 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, dispõe no § 1º do artigo 4º, que o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste anexo serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração do orçamento e sua execução. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não



comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2024, Secretaria do Tesouro Nacional. - 14ª ed., pág.243)

Entende-se por:

- **Dívida Consolidada Líquida:** Valor obtido deduzindo-se da Dívida Consolidada o valor do Ativo Disponível e dos haveres financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados.
- **Resultado Nominal:** Diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida - DCL no final do período de referência e o saldo ao final do período anterior, representando a intenção do ente em contrair ou reduzir obrigações financeiras.
- **Resultado Primário:** Diferença entre os totais das receitas e despesas não-financeiras, demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Consta na LDO/2024 o Anexo de Metas Fiscais, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, § 1º), estabelecendo para o exercício de 2024 as seguintes metas:

- a meta de resultado primário para o Município é de **déficit** de R\$ 1.540.793,82, significando que as receitas primárias projetadas serão suficientes/insuficientes para bancar as despesas primárias projetadas para o exercício;
- a meta de resultado nominal para o Município é de **déficit** de R\$ 532.640,38.
- o montante da dívida consolidada líquida para 2024 ficou estabelecida em R\$ **ZERO**.

O cumprimento da meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO será objeto de análise específica pela equipe técnica e as conclusões serão apresentadas no Capítulo 7 deste Relatório.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, nos termos do art. 4º, § 3º, da LRF, a fim de evidenciar os principais riscos



capazes de influenciar no alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrentar.

Assim, para que esses riscos não afetem as metas fiscais propostas, foram definidas na LDO/2024 do Município a seguinte providência:

- Limitação de empenho

Sobre a elaboração do LDO é possível afirmar que:

1) As metas fiscais de resultado nominal e primário foram previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF).

- Resultado Primário - déficit de R\$ 1.540.793,92
- Resultado nominal - déficit de R\$ 532.640,38

2) A LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF).

No anexo de riscos fiscais consta como providência apenas a limitação de empenhos.

3) A LDO do exercício de 2024 não foi regularmente divulgada em desacordo com os arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000. NB04.

#### **Dispositivo Normativo:**

Arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

3.1) *Na publicação do sítio da AMM, ocorrida dem 19.09.2023, não constam os Anexos Obrigatórios como de Riscos Fiscais e Metas Fiscais. No Portal Transparência as informações sobre a LDO-2024 também não foram localizadas (texto da Lei e anexos). - NB04*



- Jornal da AMM
- Acesso ao Portal Transparência: [http://transparencia.araguainha.mt.gov.br:  
8079/transparencia/](http://transparencia.araguainha.mt.gov.br:8079/transparencia/)

4) A LDO do exercício de 2024 não foi publicada (integralmente) em veículo oficial, em desacordo com os arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000. NB05.

**Dispositivo Normativo:**

Arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000.

4.1) *Publicação da LDO - 2024 incompleta no Jornal da AMM e inexistente no Portal Transparência. - NB05*

Apêndice - Divulgação LDO

5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF.

Demandas Judiciais - R\$ 90.000,00

Dívidas em processo de reconhecimento - R\$ 100.000,00

6) Consta da LDO o percentual 2% para a Reserva de Contingência, conforme art.28.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2024 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, até o limite de 2% da Receita Corrente Líquida.

**3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA**

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os



Orçamentos Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA do Município de **ARAGUAINHA** para o exercício de **2024** não foi devidamente enviada a esta Corte, no protocolo o n.<sup>o</sup> 184.820-8/2024 consta apenas o texto sobre o encaminhamento do projeto de Lei.



ESTADO DE MATO GROSSO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA**

CNPJ: 03.947.926/0001-87

Ofício nº 43/GP/2023

Em, 01 de dezembro de 2023

**Ao Ilustre**  
**Senhor ALEX MENDES CLEMENTE**  
**Presidente da Câmara de Vereadores**  
**ARAGUAINHA – MT.**



**Assunto:** Encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentárias Anual- PLOA/2024

Prezado Senhor,

Vimos através do presente encaminhar o Projeto de Lei Orçamentárias Anual-PLOA/2024, com os seus respectivos anexos, para análise e aprovação, conforme determina CF, art. 165, § 9º e art. 35, § 2º, I e II, do ADCT.

Em 24.06.2025, ao Poder Legislativo e ao Controle Interno da Prefeitura , foi solicitado o envio do texto da LOA-2024 aprovado e não obtivemos resposta.

LOA - 2024



SIMONE APARECIDA PELEGRI  
Para:  camara@araguainha.mt.leg.br  
Cc:  Controle Interno - Araguainha MT

Esta mensagem foi enviada com a prioridade Alta.

Responder Responder a Todos Encaminhar ...

ter 24/06/2025 10:50

Prezados,

Em atenção a OS nº 3015/2025, solicito envio do texto da Lei Orçamentária Anual de 2024 e seus anexos.

Grata,

**Simone Aparecida Pelegrini**  
Auditor Público Externo – TCE-MT  
[simonea@tce.mt.gov.br](mailto:simonea@tce.mt.gov.br)  
CRC MT-019789/O  
4<sup>a</sup> SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
**TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO**



Na carga relativa à LOA-2024 enviada ao Sistema APLIC em 29.04.2024, além do ofício de encaminhamento, todos os demais tipos de documento foi enviado o mesmo arquivo (DD\_202423\_00001.pdf contendo 60 páginas) que trata do projeto de Lei.

Código	Tipo	Descrição	Arquivo PDF	Publica...	Protocolo (ControlP)	Recebimento
57	Quadro discriminativo da receita, por fontes, e respectiva...	DD_202423_00001.PDF	0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
66	c)comprovação de que a LOA, em seu processo de elabor...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
65	b)demonstrativo de medidas de compensação às renúnci...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
64	Novos conteúdos introduzidos pela Lei de Responsabilida...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
63	Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas ...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
62	Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
61	Tabela explicativa da evolução da receita e da despesa ...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
60	Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do ...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
59	Quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação do ...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
58	Quadro das dotações por órgãos do governo: Poder legi...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
5	Documento comprobatório da publicação dos balanços ...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
56	Anexo 2 da Lei nº 4.320/64 - Despesa segundo as cate...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
55	Anexo 2 da Lei nº 4.320/64 - Receita segundo as categ...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
54	Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo cat...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
53	Quadros e anexos exigidos pelo artigo 165, § 6º da Cons...		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
52	Lei Orçamentária Anual		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
26	Anexo 9 (consolidado Ente)		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
25	Anexo 8 (consolidado Ente)		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
24	Anexo 7 (consolidado Ente)		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
23	Anexo 6 (consolidado Ente)		0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		
14	Ofício de encaminhamento	DD_202423_00002.PDF	0 1848208/2024	29/05/2024 14:00:29		

Esta equipe tentou buscar a LOA-2024 no sítio do Poder Legislativo, mas a informação também não está disponível:

Pesquisa de Documento

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

Digite..

Escolha a categoria

**Pesquisar**

**Menu SIC**

- [Início SIC](#)
- [Solicitar Informação](#)
- [Perguntas Frequentes](#)
- [Atas das Sessões](#)
- [Ato dos Vereadores](#) +
- [Balanço Anual](#)
- [Calendário das Sessões](#)

**Leis Municipais**

[Leis Municipais 2025](#) ( 0 Documentos )

[Leis Municipais 2024](#) ( 0 Documentos )

[Leis Municipais 2023](#) ( 4 Documentos )

[Leis Municipais 2022](#) ( 0 Documentos )

[Leis Municipais 2021](#) ( 0 Documentos )



Fonte: <https://araguainha.mt.leg.br/sic-legislacao/sic-leis-municipais>

No Portal Transparéncia do Município o texto da LOA-2024 também não foi localizado:

Escolha o Exercício: 2024 **Dados Abertos**  
Escolha a Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA  
Dados atualizados em: 03/07/2025 - Quantidade de Acessos: 9055  
Início Receitas Despesas Pessoal Planejamento Orçamentário Licitação  
Você está em: Início / Leis Orçamentárias / LOA - Lei Orçamentária Anual - Link da página

### LOA - Lei Orçamentária Anual

Selecione abaixo qual a Consulta desejada

- ▶ Anexo 10.a - Fundos Especiais
- ▶ Anexo 11 - Orçamento de Seguridade Social
- ▶ Anexo 2.b - Consolidação Geral por Natureza da Despesa
- ▶ Anexo 2.d - Natureza da Despesa por Orgão e Unidade
- ▶ Anexo 6 - Programa de Trabalho
- ▶ Anexo 8 - Programa de Trabalho Conforme o Vínculo
- ▶ Anexo 9 - Demonstração da Despesa por Órgãos e Funções
- ▶ Quadro 07 - Demonstrativo da Despesa por Programa
- ▶ Quadro 13 - Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas
- ▶ Anexos - Conforme LEI 4.320

Fonte: <http://transparencia.araguainha.mt.gov.br:8079/transparencia/>

Em pesquisa ao Jornal da AMM-MT, a Lei nº 1.022/2023 foi localizada e será incluída no Apêndice LOA-2024.

A LOA/2024 estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 22.820.000,00, conforme seu art.6º, sendo este valor desdobrado nos seguintes orçamentos:

- Orçamento Fiscal: R\$ 15.549.620,00
- Orçamento da Seguridade Social: R\$ 7.270.380,00



- Orçamento de Investimento: ZERO

Sobre a elaboração da LOA é possível afirmar que:

1) A Lei Orçamentária do exercício de 2024 não foi regularmente divulgada, em desacordo com os arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, não foi possível localizar o texto da lei nos Portais Transparência da Prefeitura e Poder Legislativo. NB04.

#### **Dispositivo Normativo:**

Arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

1.1) *Deixar de enviar a esta Corte e disponibilizar no Portal Transparência o texto da LOA-2024. - NB04*

Sistema APLIC / Control-p

2) A Lei Orçamentária do exercício de 2024 foi publicada em veículo oficial, de acordo com os arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000.

Jornal da AMM - 02.01.2024

#### **3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Lei Municipal nº 1.022/2023 (LOA/2024) definiu o seguinte parâmetro para as alterações orçamentárias o limite de 8% (art. 7º), as demais leis e decretos autorizando as alterações orçamentárias estão disponíveis em quadro: 1.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento e no quadro: 1.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias.

Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

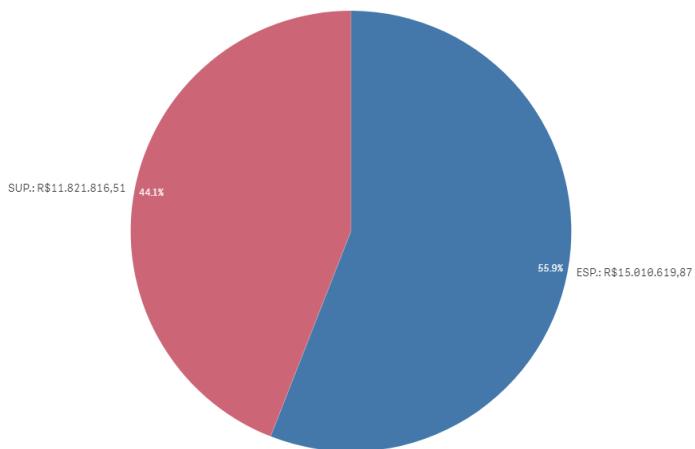


ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSP.	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUP.	ESP.	EXTRA.				
R\$ 22.820.000,00	R\$ 11.821.816,51	R\$ 15.010.619,87	R\$ 0,00	R\$ 1.300,20	R\$ 7.941.518,92	R\$ 41.712.217,66	82,78%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	51,80%	65,77%	0,00%	0,00%	34,80%	182,78%	-

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

Apresenta-se a seguir de forma gráfica a participação dos créditos adicionais em relação ao total dos créditos abertos no exercício.

Créditos Adicionais do Período



\* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc nº 597.645/2025, pg 52 à 55) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 41.712.217,66, igual ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas, conforme informações do Sistema Aplic.

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2024	R\$ 22.820.000,00	R\$ 26.833.736,58	117,58%



Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

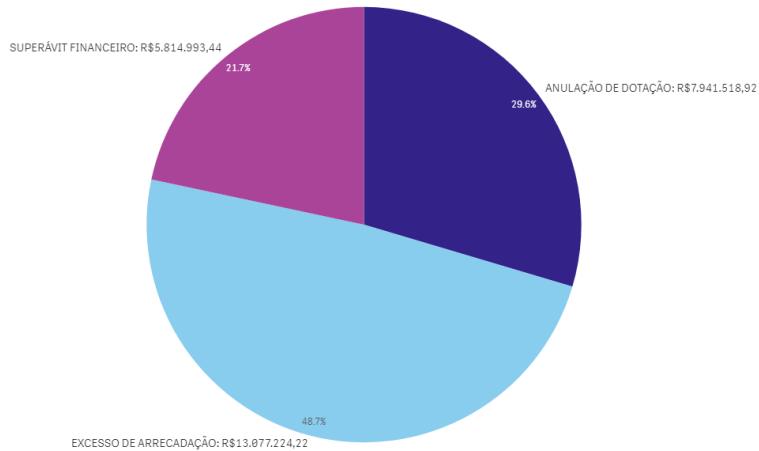
De acordo com o quadro acima, constata-se que as alterações orçamentárias em **2024** totalizaram 117,58% do Orçamento Inicial.

Na tabela a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 7.941.518,92
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 13.077.224,22
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 5.814.993,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
<b>TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	<b>R\$ 26.833.736,58</b>

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).

Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento



\* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

1) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação. FB03.



### Dispositivo Normativo:

Art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964.

1.1) *Abertura de créditos adicionais por Excesso de Arrecadação por conta de recursos inexistentes no valor total de R\$ 3.374.761,09, com destaque para a fonte 701 (R\$ 3.353.475,10). - FB03*

Consultar o quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito, coluna Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis, nas páginas 185 a 187.

2) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro. FB03.

### Dispositivo Normativo:

Art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964.

2.1) *Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de superávit financeiro no valor de R\$ 4.655.447,35, com destaque para a fonte 701 (R\$ 2.340.043,69). - FB03*

Consultar o quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais

Financiados por Superávit, coluna Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro, nas páginas de 179 a 184 deste relatório.

## 4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA



Para o exercício de **2024**, a Receita total prevista após as deduções e considerando a receita Intraorçamentária, foi de **R\$ 35.585.186,75**, sendo arrecadado o montante de **R\$ 33.208.429,11**, conforme demonstrado no Quadro 2.1 do Anexo 2.

#### 4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dentre as receitas auferidas no exercício de **2024**, foram selecionadas algumas Transferências Constitucionais e Legais efetuadas pela União e pelo Estado para verificação da consistência entre os valores informados na prestação de contas e os dados públicos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Banco do Brasil.

##### 4. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco do Brasil disponibilizam consultas aos valores repassados pela União e pelo Estado aos municípios como transferências constitucionais e legais pelos links abaixo:

- Transferências Constitucionais <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>
- Demonstrativo DAF: <https://demonstrativos.apps.bb.com.br/arrecadacao-federal>

O total dos valores repassados no decorrer do exercício foram comparados com os valores registrados como receita arrecadada:

##### Transferências da União:

Descrição	Informações Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 11.631.967,95	R\$ 11.631.967,95	R\$ 0,00
Cota-Parte ITR	R\$ 560.968,41	R\$ 560.968,41	R\$ 0,00
IOF-Ouro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União)	R\$ 255.664,75	R\$ 255.664,75	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de			



Descrição	Informações Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Complementação da União ao Fundeb - VAAT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente

### Transferências do Estado:

Descrição	Fonte Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota-Parte do ICMS	R\$ 7.520.471,83	R\$ 7.597.453,33	-R\$ 76.981,50
Cota-Parte do IPVA	R\$ 68.525,94	R\$ 68.525,94	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPI - Municípios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte da CIDE	R\$ 18.915,27	R\$ 18.915,27	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de Transferências do Fundeb	R\$ 776.990,70	R\$ 776.990,70	R\$ 0,00

APLIC> APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente (ICMS - valor total R\$ 9.400.589,48 - deduções R\$ 1.880.117,65 = R\$ 7.520.471,83)

- As Transferências Constitucionais e Legais não foram contabilizadas adequadamente. CB04.

### Dispositivo Normativo:



Arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

**1.1) Diferença no valor de R\$ 76.981,50 na contabilização das receitas de ICMS. - CB04**

Demonstrativo de Arrecadação Federal - 2024						
Crédito			Débito		Valor Líquido	
<b>R\$9.400.589,48</b>			<b>-R\$1.880.117,65</b>		<b>R\$7.520.471,83</b>	
DETALHES						
Município	Fundo	Parcela	Crédito	Débito		
Araguainha	ICS - ICMS ESTADUAL	COTA-PARTE	R\$9.400.589,48	R\$0,00		
Araguainha	ICS - ICMS ESTADUAL	DEDUCAO FUNDEB	R\$0,00	-R\$1.880.117,65		

**Fontes:**

<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>

<https://demonstrativos.apps.bb.com.br/arrecadacao-federal>

#### 4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das receitas orçamentárias no período de 2020/2024, revela crescimento na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
<b>RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)</b>	R\$ 14.912.831,40	R\$ 20.006.850,13	R\$ 24.492.615,81	R\$ 25.505.570,45	R\$ 34.847.930,94
Receitas de Impostos, Taxas e					



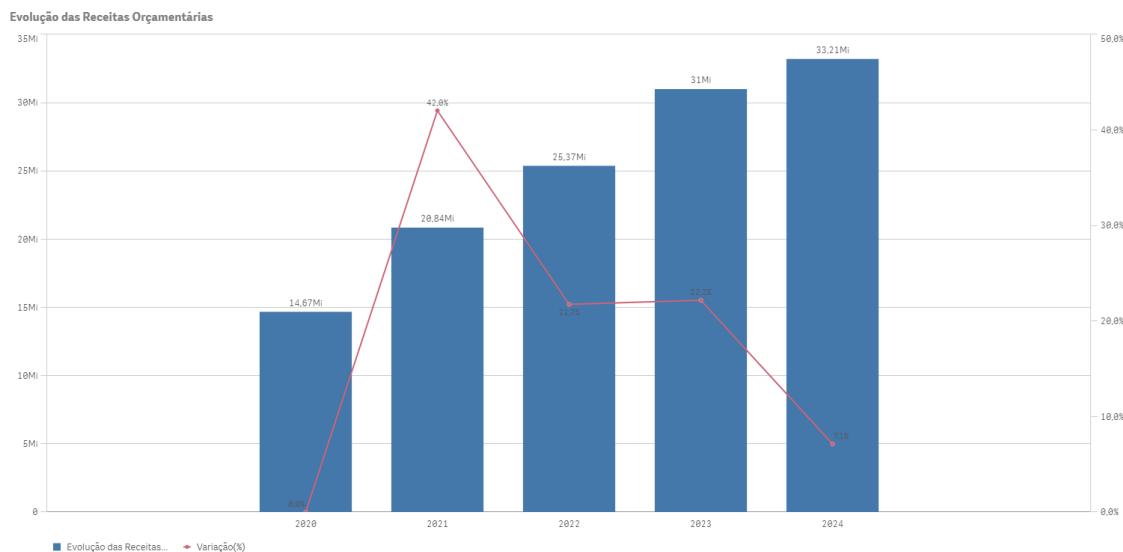
Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
Contrib. de Melhoria	R\$ 494.168,57	R\$ 2.169.726,66	R\$ 838.174,76	R\$ 598.038,47	R\$ 1.010.597,26
Receita de Contribuição	R\$ 501.426,65	R\$ 597.724,95	R\$ 618.984,12	R\$ 697.835,31	R\$ 809.731,69
Receita Patrimonial	R\$ 3.176,44	R\$ 69.412,70	R\$ 454.277,57	R\$ 661.708,79	R\$ 1.005.339,63
Receita Agropecuária	R\$ 0,00				
Receita Industrial	R\$ 0,00				
Receita de serviço	R\$ 64.013,24	R\$ 61.809,21	R\$ 84.764,99	R\$ 68.097,58	R\$ 68.716,54
Transferências Correntes	R\$ 13.795.498,46	R\$ 17.077.293,54	R\$ 22.453.313,37	R\$ 22.996.150,21	R\$ 31.792.124,96
Outras Receitas Correntes	R\$ 54.548,04	R\$ 30.883,07	R\$ 43.101,00	R\$ 483.740,09	R\$ 161.420
<b>RECEITAS DE CAPITAL (Exceto intra)</b>	<b>R\$ 623.583,66</b>	<b>R\$ 1.927.479,49</b>	<b>R\$ 2.229.378,60</b>	<b>R\$ 6.125.709,82</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Operações de crédito	R\$ 0,00				
Alienação de bens	R\$ 0,00				
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00				
Transferências de capital	R\$ 623.583,66	R\$ 1.927.479,49	R\$ 2.229.378,60	R\$ 6.125.709,82	R\$ 0,00
Outras receitas de capital	R\$ 0,00				
<b>TOTAL DAS RECEITAS (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 15.536.415,06</b>	<b>R\$ 21.934.329,62</b>	<b>R\$ 26.721.994,41</b>	<b>R\$ 31.631.280,27</b>	<b>R\$ 34.847.930,94</b>
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>-R\$ 1.936.896,73</b>	<b>-R\$ 2.646.892,05</b>	<b>-R\$ 3.149.063,83</b>	<b>-R\$ 3.325.688,14</b>	<b>-R\$ 4.613.113,05</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 13.599.518,33</b>	<b>R\$ 19.287.437,57</b>	<b>R\$ 23.572.930,58</b>	<b>R\$ 28.305.592,13</b>	<b>R\$ 30.234.817,89</b>
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 1.074.470,89	R\$ 1.553.687,22	R\$ 1.799.879,54	R\$ 2.692.602,44	R\$ 2.973.611,22
Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00				
<b>Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias</b>	<b>R\$ 14.673.989,22</b>	<b>R\$ 20.841.124,79</b>	<b>R\$ 25.372.810,12</b>	<b>R\$ 30.998.194,57</b>	<b>R\$ 33.208.429,11</b>
Receita Tributária Própria	R\$ 494.168,57	R\$ 2.137.682,89	R\$ 838.174,76	R\$ 598.038,47	R\$ 1.010.597,26
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	3,31%	10,68%	3,42%	2,34%	2,90%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	4,53%				

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) , Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.



Verifica-se no quadro acima que as receitas “Transferências Correntes” representaram em **2024** a maior fonte de recursos na composição da receita municipal, totalizando o valor de R\$ 31.792.124,96, o que corresponde a 91% do total da receita orçamentária, exceto a intra (corrente e de capital) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 34.847.930,94.

Segue demonstrado graficamente essa evolução das Receitas Orçamentárias nos últimos cinco exercícios, considerando os valores informados no quadro anterior:



#### 4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

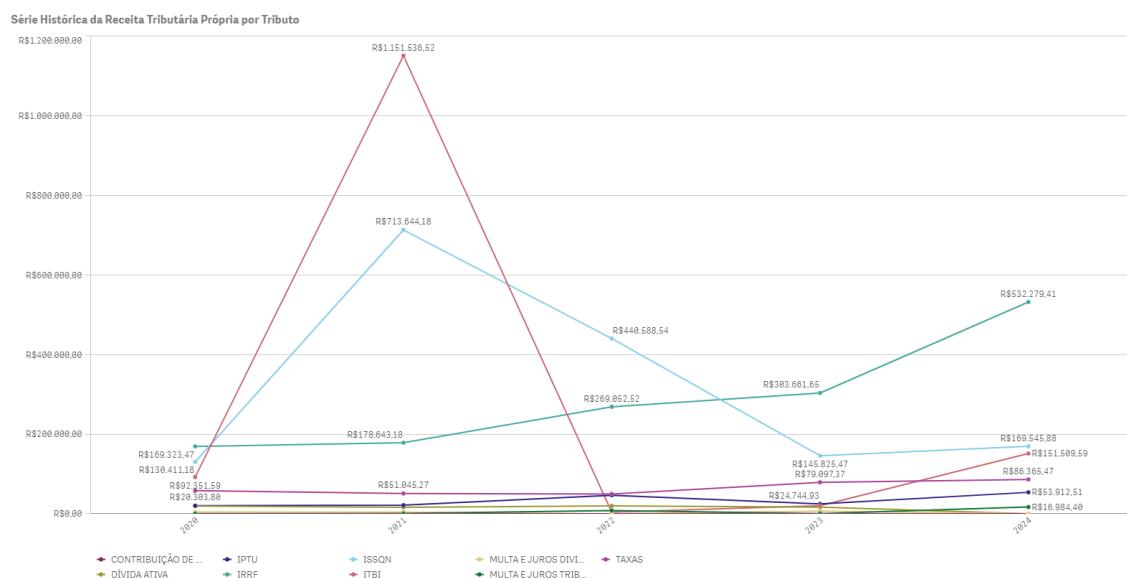
A receita tributária própria em relação ao total de receitas correntes arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **2,90%**.



A tabela e o gráfico a seguir apresentam a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2020 a 2024, destacando-se, individualmente, os impostos:

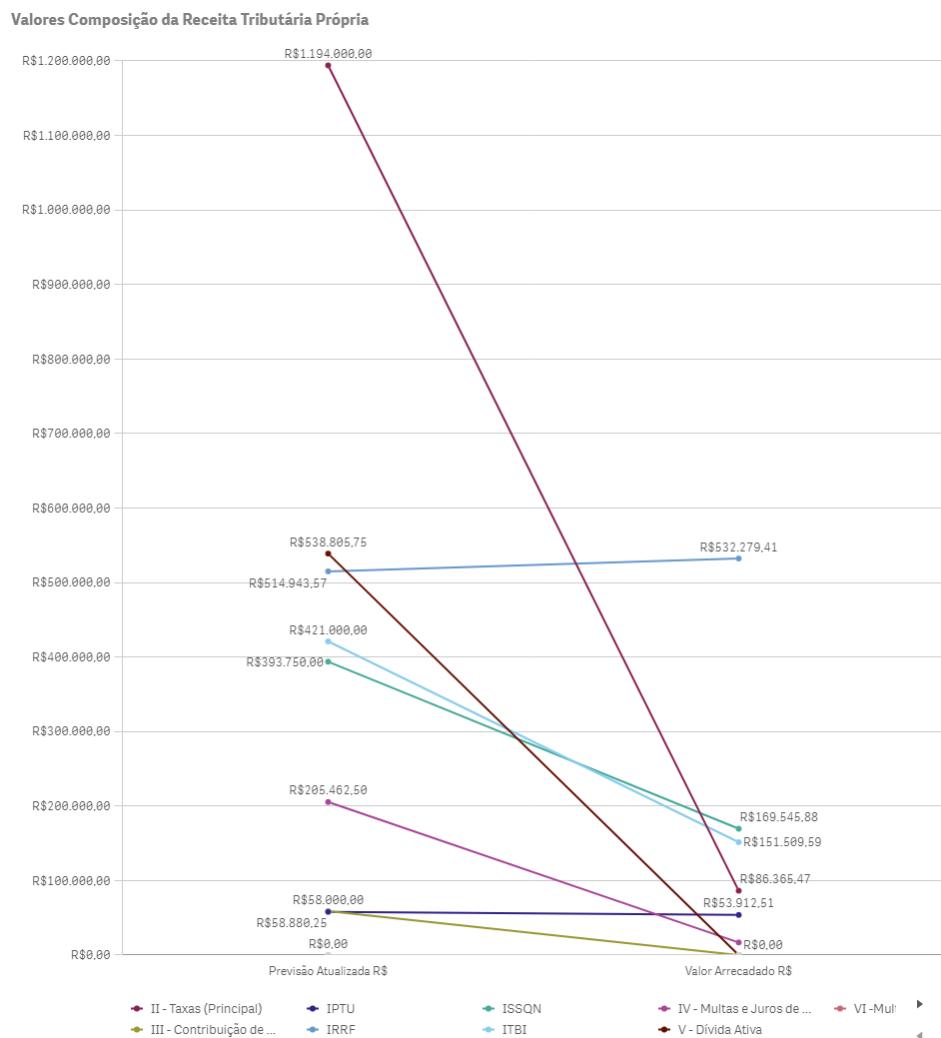
Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
IPTU	R\$ 20.303,80	R\$ 21.605,10	R\$ 46.679,73	R\$ 24.744,93	R\$ 53.912,51
IRRF	R\$ 169.323,47	R\$ 178.643,18	R\$ 269.052,52	R\$ 303.661,65	R\$ 532.279,41
ISSQN	R\$ 130.411,18	R\$ 713.644,18	R\$ 440.588,54	R\$ 145.825,47	R\$ 169.545,88
ITBI	R\$ 92.351,59	R\$ 1.151.536,52	R\$ 3.880,00	R\$ 20.440,37	R\$ 151.509,59
TAXAS	R\$ 57.977,69	R\$ 51.045,27	R\$ 49.822,64	R\$ 79.097,37	R\$ 86.365,47
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 258,31	R\$ 755,86	R\$ 8.127,22	R\$ 460,70	R\$ 16.984,40
DÍVIDA ATIVA	R\$ 19.178,37	R\$ 16.450,43	R\$ 19.863,15	R\$ 16.888,88	R\$ 0,00
MULTA E JUROS DÍVIDA ATIVA	R\$ 4.364,16	R\$ 4.002,35	R\$ 160,96	R\$ 6.919,10	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 494.168,57</b>	<b>R\$ 2.137.682,89</b>	<b>R\$ 838.174,76</b>	<b>R\$ 598.038,47</b>	<b>R\$ 1.010.597,26</b>

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Aplic) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.





Segue ilustrado no gráfico abaixo a composição da Receita Tributária Própria em 2024:





#### 4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

O art. 30, III, da Constituição Federal, estabelece a competência dos Municípios em instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas. Além disso, os municípios dispõem do recebimento das receitas não tributárias as quais se somam ao montante de recursos arrecadados pelo município para a consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a previsão constitucional de repasses financeiros da União e do Estado para o Município garante uma receita mínima independentemente de sua capacidade financeira de arrecadação própria, podendo fazer com que os municípios dependam de recursos externos para manutenção de sua estrutura político-administrativa.

O Grau de Autonomia Financeira do Município é caracterizada pelo percentual de participação das receitas próprias do município em relação à receita total arrecadada. Em outras palavras, a autonomia financeira é a capacidade do município de gerar receitas, sem depender das receitas de transferências.

Descrição	Valor - R\$
Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) (A)	R\$ 34.847.930,94
Receita de Transferência Corrente (B)	R\$ 31.792.124,96
Receita de Transferência de Capital (C)	R\$ 0,00
<b>Total Receitas de Transferências D = (B+C)</b>	<b>R\$ 31.792.124,96</b>
<b>Receitas Próprias do Município E = (A-D)</b>	<b>R\$ 3.055.805,98</b>
<b>Índice de Participação de Receitas Próprias F = (E/A)*100</b>	<b>8,76%</b>
<b>Percentual de Dependência de Transferências G = (D/A)*100</b>	<b>91,23%</b>

Relatório Contas de Governo >Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita.

A autonomia financeira de **8,76%** indica que, a cada R\$ 1,00 recebido, o município apenas contribuiu com R\$ 0,08 de receita própria. Assim, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência foi na ordem de **91,23%**.

A tabela a seguir apresentam o grau de dependência financeira do município no período de 2020 a 2024:

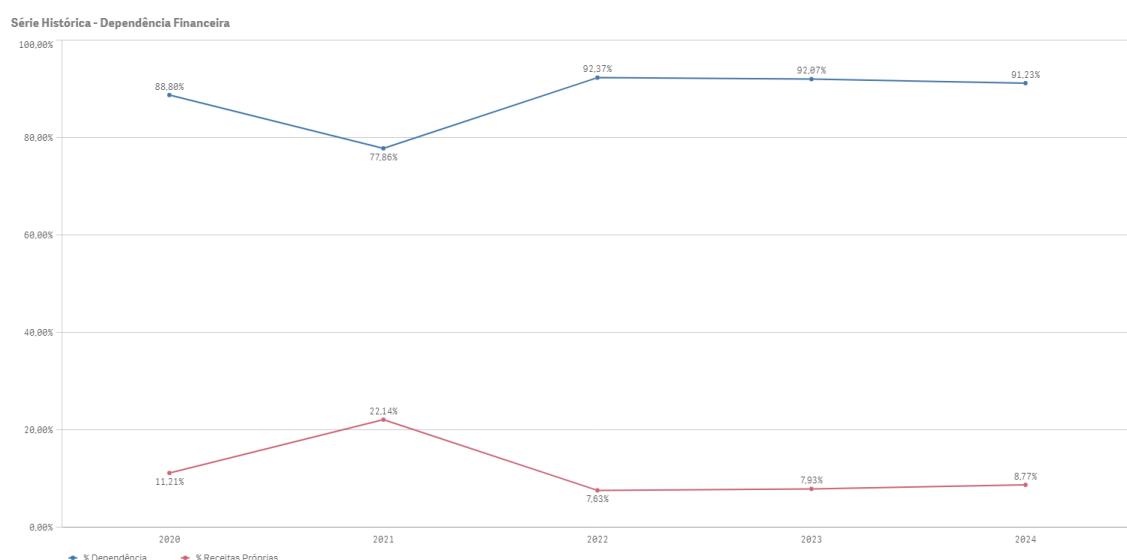


Dependência de Transferência					
Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual de Participação de Receitas Próprias	11,20%	22,14%	7,63%	7,93%	8,76%
Percentual de Dependência de Transferências	88,79%	77,85%	92,36%	92,06%	91,23%

Fonte: Relatórios Contas de Governo - Tópico: Grau de Autonomia Financeira.

Verifica-se no quadro acima que índice de participação de receitas próprias no exercício de 2024 foi de **8,76%** evidenciando um aumento modesto em relação aos exercícios anteriores, o que não reduz a dependência financeira em relação aos repasses recebidos.

Segue demonstrado graficamente a série histórica do Índice de Participação de Receitas Próprias:



## 4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA



Para o exercício de **2024**, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de **R\$ 41.712.217,66**, sendo realizado (empenhado) o montante de **R\$ 36.788.967,57**, liquidado **R\$ 35.169.473,58** e pago **R\$ 34.878.920,41**.

#### 4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2020/2024, revela aumento da despesa realizada, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Grupo de despesas	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Despesas correntes</b>	<b>R\$ 13.801.777,51</b>	<b>R\$ 14.337.690,96</b>	<b>R\$ 18.598.269,92</b>	<b>R\$ 20.442.303,70</b>	<b>R\$ 31.242.635,36</b>
Pessoal e encargos sociais	R\$ 7.505.576,63	R\$ 6.695.266,39	R\$ 8.001.123,32	R\$ 8.707.920,85	R\$ 11.247.622,45
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00				
Outras despesas correntes	R\$ 6.296.200,88	R\$ 7.642.424,57	R\$ 10.597.146,60	R\$ 11.734.382,85	R\$ 19.995.012,91
<b>Despesas de Capital</b>	<b>R\$ 1.469.567,09</b>	<b>R\$ 2.473.715,58</b>	<b>R\$ 3.710.255,46</b>	<b>R\$ 3.405.878,13</b>	<b>R\$ 3.582.040,94</b>
Investimentos	R\$ 1.014.797,98	R\$ 1.801.445,15	R\$ 2.946.985,63	R\$ 2.368.146,14	R\$ 2.591.233,85
Inversões Financeiras	R\$ 0,00				
Amortização da Dívida	R\$ 454.769,11	R\$ 672.270,43	R\$ 763.269,83	R\$ 1.037.731,99	R\$ 990.807,09
<b>Total Despesas Exceto Intra</b>	<b>R\$ 15.271.344,60</b>	<b>R\$ 16.811.406,54</b>	<b>R\$ 22.308.525,38</b>	<b>R\$ 23.848.181,83</b>	<b>R\$ 34.824.676,30</b>
<b>Despesas Intraorçamentárias</b>	<b>R\$ 1.130.789,52</b>	<b>R\$ 1.053.304,89</b>	<b>R\$ 1.310.939,03</b>	<b>R\$ 2.008.275,26</b>	<b>R\$ 1.964.291,27</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>R\$ 16.402.134,12</b>	<b>R\$ 17.864.711,43</b>	<b>R\$ 23.619.464,41</b>	<b>R\$ 25.856.457,09</b>	<b>R\$ 36.788.967,57</b>
Variação - %	Variação_2020	8,91%	32,21%	9,47%	42,28%

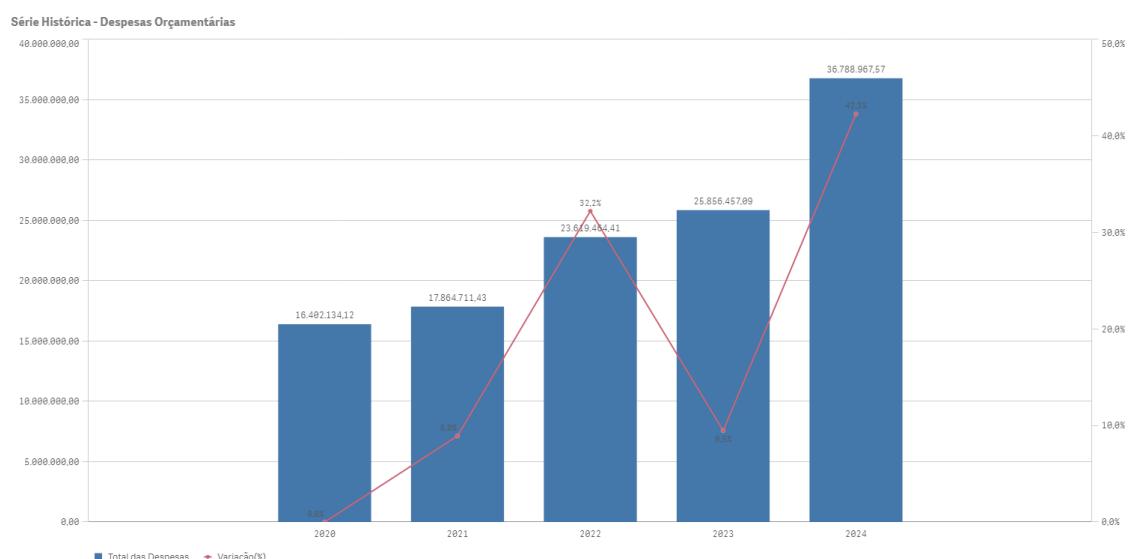
Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Verifica-se no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação em 2024 na composição da despesa orçamentária municipal



foi “Outras despesas correntes”, totalizando o valor de R\$ 19.995.012,91, o que corresponde a 64% do total da despesa orçamentária (Exceto a intra) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 31.242.635,36.

Segue demonstrado graficamente a evolução das despesas orçamentárias ocorridas nos últimos cinco exercícios, verificada no quadro acima:



Ressalta-se que consta demonstrado no Anexo 3, Quadro 3.3, o resultado da execução dos programas de governo previstos no orçamento.

## 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município e é por meio dos balanços consolidados que são feitas as análises.



O ponto de partida para a realização das análises deste tópico é a apresentação pelo Chefe do Poder Executivo das Demonstrações Contábeis. Assim, foi verificado se:

- 1) As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 não foram regularmente divulgadas. NB05.

#### **Dispositivo Normativo:**

Arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000.

1.1) *Constatou-se a ausência de diversos demonstrativos contábeis obrigatórios no Portal da Transparência, notadamente o Balanço Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), entre outros. - NB05*

Escolha o Exercício: 2024 Dados Abertos  
Escolha a Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA  
Dados atualizados em: 30/06/2025 - Quantidade de Acessos: 8993  
Início Receitas Despesas Pessoal Planejamento Orçamentário Licitações  
Você está em: Início / Prestação de Contas / Balancos - Link da página  
**Balancos**  
Selecione abaixo qual a Consulta desejada  
► 14-BALANÇO PATRIMONIAL - CONJUNTO  
► Anexo 01 - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas  
► ANEXO 02 - Despesa Segundo as Categorias Económicas  
► Anexo 02 - Natureza da Despesa por Orgão  
► ANEXO 02 - Natureza da Despesa por SubUnidade  
► ANEXO 02 - Natureza da Despesa por Unidade  
► Anexo 02 - Receita Segundo as Categorias Econômicas  
► Anexo 06 - Programa de Trabalho  
► Anexo 07 - Demonstrativo de Funções, SubFunções e Programas por Projetos e Atividades  
► Anexo 08 - Demonstrativo da Despesa (Funções, SubFun. e Programas Conforme Vínculo com Recursos)  
► Anexo 09 - Demonstrativo da Despesa por Orgão e Unidade  
► Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada / Arrecadada  
► Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada / Realizada  
► ANEXO 12-BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONJUNTO  
► ANEXO 12-BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONJUNTO  
► ANEXO 16-DÍVIDA FUNDADA - CONJUNTO  
► ANEXO 17-DÍVIDA FLUTUANTE - CONJUNTO  
► ANEXO 18-DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA - CONJUNTO



Data do acesso: 30 de junho de 2025

Portal Transparência:<http://transparencia.araguainha.mt.gov.br:8079/transparencia/#>

2) As Demonstrações Contábeis não foram publicadas em veículo oficial, consta apenas o EDITAL DE PUBLICAÇÃO BALANÇO CONSOLIDADO 2024 que não possui os dados pormenorizados. NB06.

#### **Dispositivo Normativo:**

Art. 37 da Constituição Federal

2.1) *Ausência de publicação das demonstrações contábeis pormenorizadas, consta apenas o EDITAL DE PUBLICAÇÃO BALANÇO CONSOLIDADO 2024. - NB06*

28/04/2025, 10:33

Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - diariomunicipal.org

Essa publicação está na edição do(s) dia(s): 4 de Fevereiro de 2025.

#### **EDITAL DE PUBLICAÇÃO BALANÇO CONSOLIDADO 2024**

REFERENTE ÀS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

O Senhor Francisco Gonçalves Naves, Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao artigo 31, § 3º da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual, Artigo 147 da Consolidação do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Lei Complementar Estadual nº 11/91, art. 41 & 5º, torna público as Contas do Exercício Financeiro referente ao Exercício 2024 do Município de Araguainha - MT.

As referidas Contas encontram-se à disposição de qualquer cidadão na Prefeitura Municipal de Araguainha, no setor de contabilidade, para exame e apreciação no período de 03 de fevereiro de 2025 a 30 de abril de 2025.

Araguainha – MT, 03 de Fevereiro de 2024.

Francisco Gonçalves Naves

PREFEITO MUNICIPAL

3) As Demonstrações não foram apresentadas / publicadas de forma consolidada.  
CB06.

#### **Dispositivo Normativo:**

Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.



**3.1) As demonstrações contábeis não foram publicadas de forma consolidada - CB06**

No Sistema APLIC consta apenas o edital de publicação.

4) As Demonstrações contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo (Protocolo Control-P n. 2001810/2025) não foram assinadas digitalmente pelo contador legalmente habilitado. CB08.

**Dispositivo Normativo:**

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330/2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946.

4.1) *No processo nº 200.181-0/2025 consta a assinatura digital do Gestor Sr. Francisco Gonçalves Naves, mas não consta a assinatura digital do contador Sr. Igor Pereira Lima. - CB08*

Assinaturas digitais do doc. digital nº 597.645/2025.

## 5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Portaria n.º 184, de 25/08/2008, do Ministério da Fazenda dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O aumento da globalização dos negócios exige transparência das demonstrações financeiras em uma jornada rumo à harmonização contábil, uma vez que cada país possui regulamentação própria e entendimentos específicos quanto às técnicas contábeis, o que gera, assim, divergência em muitos aspectos.



A existência de padrões contábeis uniformes e consistentes eleva a qualidade da informação contábil para fins de avaliação e comparação do desempenho e da eficiência orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, bem como facilita a compreensão dos dados e promove a transparência. No cenário atual, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes evidenciações de informações geradas para prestações de contas, responsabilização, desempenho e transparência dos resultados da gestão.

A Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de padronizar os procedimentos contábeis no âmbito da federação sob a mesma base conceitual, publica regularmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Este manual, é de observância obrigatória para todos os entes da Federação e está alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS, assim como está de acordo com a legislação que dá embasamento à contabilidade patrimonial no setor público e à normatização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público por parte da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Federal de Contabilidade.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A convergência das demonstrações contábeis refere-se à conciliação das práticas contábeis aos padrões internacionais visando diminuir as diferenças dos procedimentos da área e com isso viabilizar a comparação de informações em qualquer lugar do mundo. Já a consistência contábil se trata da verificação da uniformização dos critérios contábeis de modo a atingir a convergência das demonstrações contábeis.

Dessa forma, foi verificada a consistência na elaboração das Demonstrações Contábeis apresentadas no Sistema Aplic, referentes ao exercício de **2024**, considerando a Portaria do STN n.º 877/2018 e as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPCs n.ºs. 04, 05, 06, 07 e 08 expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.



Abaixo são apresentados os quesitos analisados, bem como as inconsistências de estrutura e omissões verificadas na análise:

### 5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Inclui no quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica, origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar e separadas: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de créditos/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais).		ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal da despesa orçamentária, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação e separadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reservas de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit.		ATENDIDO
3 Composto por um quadro principal; um quadro da execução dos Restos a Pagar não Processados e um quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e não processados liquidados e inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar não Processados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo.		ATENDIDO
4 Inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, pagos, cancelados e saldo.		ATENDIDO
5 Demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior.		ATENDIDO
6 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas = S das contas mães.		ATENDIDO



Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- 1) O Balanço Orçamentário apresentado/divulgado está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

### 5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Demonstra a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte ("caixa e equivalente de caixa" e "depósitos restituíveis e valores vinculados").		ATENDIDO
2 Apresenta informações do exercício anterior e do exercício atual.		ATENDIDO
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas= S das contas mães.		ATENDIDO

Sistema APLIC - Balanço financeiro - 2023 e 2024

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- 1) O Balanço Financeiro apresentado/divulgado está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

### 5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composto por quadro principal dos Ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a		ATENDIDO



Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado, Intangível).		
2 Composto por quadro principal dos Passivos, incluindo na coluna do Passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, provisões a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).		ATENDIDO
3 Inclui no quadro principal na coluna do Patrimônio Líquido no mínimo o Patrimônio Social, Capital Social e Resultados Acumulados.		ATENDIDO
4 Inclui no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial.		ATENDIDO
5 Inclui no quadro das contas de compensação: atos potenciais ativos e atos potenciais passivos.		ATENDIDO
6 Inclui no quadro de Superávit/Déficit Financeiro: Código, descrição e saldos das fontes de recursos.		NÃO ATENDIDO
7 Apresenta informações comparáveis com o exercício anterior.		NÃO ATENDIDO
8 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Soma das contas filhas = Soma das contas mães.		ATENDIDO

Sistema APLIC - Balanço Patrimonial - 2023 e 2024

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- O Balanço Patrimonial apresentado / divulgado não está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN. CC09.

#### **Dispositivo Normativo:**

Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

- O Balanço Patrimonial enviado ao Sistema APLIC não contempla todos os quadros obrigatórios, além de apresentar divergência no saldo inicial informado, quando comparado ao Balanço Patrimonial do exercício de 2023. - **CC09**

#### Apêndice Balanço Patrimonial



### 5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)

Demonstra-se a seguir os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos iniciais apresentados no exercício de 2024:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Ativo Circulante	R\$ 13.139.048,61	R\$ 13.076.632,82	R\$ 62.415,79
ARLP	R\$ 731.554,61	R\$ 731.554,61	R\$ 0,00
Investimentos	R\$ 836.905,46	R\$ 836.905,46	R\$ 0,00
Ativo Imobilizado	R\$ 18.636.270,36	R\$ 18.655.732,41	-R\$ 19.462,05
Ativo Intangível	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>R\$ 33.343.779,04</b>	<b>R\$ 33.300.825,30</b>	<b>R\$ 42.953,74</b>
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Passivo Circulante	R\$ 1.720.936,35	R\$ 1.705.358,02	R\$ 15.578,33
Passivo Não Circulante	R\$ 23.353.204,03	R\$ 23.353.204,03	R\$ 0,00
Patrimônio Líquido	R\$ 8.269.638,66	R\$ 8.269.638,66	R\$ 0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>R\$ 33.343.779,04</b>	<b>R\$ 33.328.200,71</b>	<b>R\$ 15.578,33</b>

APLIC>Prestação de Contas>Contas de Governo>Balanço patrimonial de 2024

Fonte: Balanço Patrimonial 2024 - Saldo Anterior e Balanço Patrimonial 2023 - Saldo final (Apêndice Balanço Patrimonial).

Com base nas informações acima, verifica-se que:

1) Não há convergência entre os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos apresentados no exercício de 2024 provenientes do exercício anterior. CB05.

#### Dispositivo Normativo:

Arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.



1.1) Há divergência entre o saldo anterior do balanço patrimonial de 2024 em comparação com o balanço patrimonial de 2023, enviados ao Sistema APLIC. - CB05

Como demonstrado no quadro acima, cita-se como exemplo:

Balanço Patrimonial - 2023 - Ativo circulante - saldo R\$ 13.076.632,82

Balanço Patrimonial 2024 - Ativo circulante - saldo do exercício anterior - R\$ 13.139.048,61

Além das diferenças no Ativo imobilizado (R\$ 19.462,05) e Passivo Circulante (R\$ 15.578,33).

### 5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO

Demonstra-se a seguir quadro com os saldos dos subgrupos do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial do Exercício de 2024:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)
Ativo Circulante	R\$ 11.340.147,11	Passivo Circulante	R\$ 1.918.368,43
ARLP	R\$ 731.554,61	Passivo Não Circulante	R\$ 22.319.332,70
Investimentos	R\$ 981.048,78	Patrimônio Líquido	R\$ 8.914.922,37
Ativo Imobilizado	R\$ 20.099.873,00		
Ativo Intangível	R\$ 0,00		
<b>TOTAL DO ATIVO ( I )</b>	<b>R\$ 33.152.623,50</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO ( II )</b>	<b>R\$ 33.152.623,50</b>
<b>DIFERENÇA ( III ) = I - II</b>	<b>R\$ 0,00</b>		

APLIC>Prestação de Contas> Contas de Governo>Balanço Patrimonial



Da análise do quadro acima, constata-se que:

- 1) Na conferência de saldos do Balanço Patrimonial foi verificado que o total do Ativo e o Passivo são iguais entre si.

#### 5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

O quadro a seguir tem por objetivo demonstrar acerca da apropriação do Resultado Patrimonial no Patrimônio Líquido do Ente:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Patrimônio Líquido de 2023 (I)	R\$ 8.269.638,66
Patrimônio Líquido de 2024 (II)	R\$ 8.914.922,37
Variação do PL (III) = II - I	R\$ 645.283,71
Saldo final de ajustes de Exercícios anteriores registrados em 2024 (IV)	R\$ 0,00
Resultado patrimonial evidenciado na DVP (V)	R\$ 0,00
Diferença (VI) = III - IV - V	R\$ 645.283,71

APLIC > Prestação de Contas> Contas de Governo> Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais

Com base nas informações acima, verifica-se que:

- 1) Quanto a apropriação do resultado do exercício foi verificado que o total do Patrimônio Líquido (Exercício de 2023) adicionado ao resultado patrimonial apurado na DVP (Exercício de 2024) e os ajustes de exercícios anteriores (se houver) convergem com o total do Patrimônio Líquido do Exercício de 2024.

#### 5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO

As informações apresentadas abaixo, tem por objetivo evidenciar a convergência do Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros/Permanentes e o apurado no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro por fontes de recursos:



QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	Exercício Atual (2024)	Exercício Anterior (2023)
Ativo Financeiro	R\$ 11.239.485,92	R\$ 13.084.336,64
(-) Passivo Financeiro	R\$ 5.548.318,35	R\$ 3.845.053,29
<b>Resultado Financeiro (I = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro)</b>	<b>R\$ 5.691.167,57</b>	<b>R\$ 9.239.283,35</b>

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial - exercício de 2023 e 2024 (vide apêndice)

#### QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VERSUS QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

DESCRÕES	QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	QUADRO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO	DIFERENÇA
Resultado financeiro 2024	R\$ 5.691.167,57	R\$ 0,00	R\$ 5.691.167,57
Resultado financeiro 2023	R\$ 9.239.283,35	R\$ 0,00	R\$ 9.239.283,35

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial (2023 e 2024) - Não consta o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro nas demonstrações contábeis.

Assim, verifica-se que:

1) Foi verificado que o total do resultado financeiro não é convergente com o total das fontes de recursos. CB05.

#### Dispositivo Normativo:

Arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

1.1) *Além das divergências verificadas entre o saldo anterior e o balanço do exercício de 2023, verificou-se ausência de envio do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (2024). - CB05*

#### B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

- Balanço patrimonial de 2024 - Saldo anterior do ativo financeiro - R\$ 13.148.352,43
- Balanço patrimonial de 2023 - Saldo final - R\$ 13.084.336,64

Vide apêndice - Balanço Patrimonial



## 5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Compõe a VPA: (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; Transferências e Delegações Recebidas; Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas).		NÃO ATENDIDO
2 Compõe a VPD: (Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Dimutivas).		NÃO ATENDIDO
3 Apresenta o resultado patrimonial do período.		NÃO ATENDIDO
4 Apresenta informações do exercício anterior e exercício atual.		NÃO ATENDIDO
5 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: S das contas filhas = S das contas mães.		NÃO ATENDIDO

Documento não enviado ao Sistema APLIC na prestação de contas.

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) não foi apresentada, assim não é possível avaliar se está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN. CC09.

### Dispositivo Normativo:

Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

1.1) *Deixar de enviar na prestação de contas a Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), foi enviado no lugar o Balanço Patrimonial duplicado. - CC09*

Sistema APLIC - Contas de Governo - DVP



### 5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composta por quadro principal; quadro de transferências recebidas e concedidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função; e quadro de juros e encargos da dívida.		ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (ingressos e desembolsos); Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (ingressos e desembolsos); e Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.		ATENDIDO
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas= S das contas mães.		ATENDIDO

Sistema APLIC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (2024)

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- 1) A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresentada/divulgada está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

### 5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 As notas explicativas apresentam informações gerais da entidade; Resumo das políticas contábeis significativas; Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis e outras informações relevantes.		NÃO ATENDIDO
2 As notas explicativas foram apresentadas de forma sistemática e cada quadro ou item nas demonstrações contábeis a que uma nota se aplique teve referência cruzada com a respectiva nota explicativa.		NÃO ATENDIDO
3 O Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante, é evidenciado em notas explicativas; Há evidenciação do detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário); A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como		



Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
suas influências no resultado orçamentário é evidenciado em notas explicativas; As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária são evidenciadas em notas explicativas; O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente é registrado em notas explicativas; Há evidenciação do detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada; Há evidenciação do montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício (Déficit Orçamentário).		NÃO ATENDIDO
4 O Balanço Financeiro deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: as receitas orçamentárias líquidas de deduções. Observar se o detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos estão apresentados em quadros anexos ou em notas explicativas.		NÃO ATENDIDO
5 O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de notas explicativas que indiquem: evidenciação do detalhamento das seguintes contas: Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; Imobilizado; Intangível; Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo; evidenciação das políticas contábeis relevantes que tenham reflexos no patrimônio sejam evidenciadas, como as políticas de depreciação, amortização e exaustão; Há evidenciação em notas explicativas dos ganhos e perdas decorrentes da baixa de imobilizado estã£o reconhecidos no resultado Patrimonial e devidamente evidenciados em nota explicativa; Há evidenciação em notas explicativas, dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e de realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo; Há evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e notas explicativas; A depreciação, amortização e exaustão para cada período é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo		NÃO ATENDIDO
6 A Demonstração das Variações Patrimoniais deverá ser acompanhada de notas explicativas que indiquem: evidenciação em notas explicativas da origem e do destino dos recursos provenientes de alienação de ativos, em atendimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar 101/2000 (LRF).		NÃO ATENDIDO

Não foram enviadas notas explicativas ao Sistema APLIC na prestação de contas.



Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- 1) As Notas Explicativas não foram apresentadas / divulgadas e estão em desacordo com as normas e orientações expedidas pela STN, CC09.

**Dispositivo Normativo:**

Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

1.1) *Não foram enviadas ao Sistema APPLIC as notas explicativas das demonstrações contábeis. As notas explicativas são fundamentais para fornecer detalhes sobre itens específicos dos balanços, como métodos de avaliação, valores ajustados, riscos e incertezas, entre outros. - CC09*

Todas as demonstrações contábeis enviadas ao Sistema APPLIC não apresentam referência cruzada acerca das notas explicativas.

## 5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Além da análise quanto à estrutura das demonstrações contábeis, e, em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, foi verificado se o Município divulgou em notas explicativas informações sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, conforme estabelecido no artigo 1º, na Portaria do STN n.º 548, de 24 de setembro de 2015:

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.



Dessa análise, observou-se que o Município de Araguaína não divulgou o estágio de implementação do PIPCP em notas explicativas.

### 5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

Um dos procedimentos patrimoniais exigidos pela Portaria do STN n.<sup>o</sup> 548 /2015 é a apropriação por competência das obrigações decorrentes de benefícios a empregados, dentre eles a gratificação natalina e férias.

Segundo o MCASP (STN, 10<sup>a</sup> Ed, p. 307):

O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência... e para o reconhecimento dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias deve-se realizar a apropriação mensal em conformidade com o regime de competência.

A apropriação mensal das férias, do abono constitucional de 1/3 e da gratificação natalina deve ser registrada em conta com atributo Permanente (P) e posteriormente, quando do empenho, terá o saldo transportado para contas com atributo Financeiro (F) com os respectivos desdobramentos de natureza orçamentária e posterior pagamento.

O prazo para implementação do reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados para municípios com mais de 50 mil habitantes encerrou-se em 2018 e para os municípios com até 50 mil habitantes encerrou-se em 2019.

A consulta a movimentação contábil das contas de variações patrimoniais diminutivas:

- 31111012200 13º salário (há registro contábil)
- 31111012100 e 21111010351 férias vencidas e proporcionais (apenas R\$ 20.393,41)



- 31111012400 férias abono constitucional (não há registro contábil)

Verifica-se que:

1) Ausência de apropriação mensal das provisões trabalhistas de férias e décimo terceiro. A consulta ao Razão contábil das contas de variações patrimoniais diminutivas 31111012100 e 21111010351 férias vencidas e proporcionais e 31111012400 férias abono constitucional registrados no Sistema Aplic, referente ao exercício de 2024 - competência dezembro, evidencia que não foram efetuados os registros contábeis por competência das férias e do adicional de 1/3 das férias. CB03.

#### **Dispositivo Normativo:**

Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1.1) *Ausência de contabilização da provisão de pagamento das férias vencidas e abono constitucional de férias (1/3). - CB03*

Sistema APLIC - Movimentação Contábil

Dezembro de 2024, contas:

- 31111012100 férias vencidas e proporcionais
- 31111012400 férias abono constitucional
- 21111010351 - FÉRIAS (P) (balancete)

### **5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação orçamentária referente ao exercício de **2024** do Município de **ARAGUAINHA**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor.

#### **5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA**



Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

#### **5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA**

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Líquida Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 14.867.329,48	R\$ 18.353.733,24	R\$ 22.682.204,48	R\$ 29.264.822,80	R\$ 33.644.958,00
Receita Líquida Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 13.599.518,33	R\$ 19.287.437,57	R\$ 23.572.930,58	R\$ 28.305.592,13	R\$ 30.234.817,89
Quociente de execução da Receita (QER)=B/A	0,9147	1,0508	1,0392	0,9672	0,8986

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de **2024** o resultado indica que a receita arrecadada foi menor do que a prevista, correspondendo a **11% abaixo do valor estimado**, indicando a existência de frustração de Receita para a cobertura de despesas.

#### **5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA**

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Corrente Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 15.632.395,82	R\$ 18.160.098,94	R\$ 22.796.909,86	R\$ 22.222.267,03	R\$ 36.239.988,00
Receita Corrente Arrecadada - Exceto					



-	2020	2021	2022	2023	2024
Intra (B)	R\$ 14.912.831,40	R\$ 20.006.850,13	R\$ 24.492.615,81	R\$ 25.505.570,45	R\$ 34.847.930,94
Quociente execução da receita corrente (QERC)=B/A	0,9539	1,1016	1,0743	1,1477	0,9615

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de **2024** o resultado indica que a receita corrente arrecadada foi menor do que a prevista, correspondendo a **4% abaixo do valor estimado** (frustração de receitas correntes).

### 5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita de Capital Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 1.224.933,66	R\$ 2.221.634,30	R\$ 2.381.094,62	R\$ 8.922.855,77	R\$ 31.250,00
Receita de Capital Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 623.583,66	R\$ 1.927.479,49	R\$ 2.229.378,60	R\$ 6.125.709,82	R\$ 0,00
Quociente execução da receita de capital (QRC)+B/A	0,5090	0,8676	0,9362	0,6865	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de 2024 o resultado indica que a receita de capital arrecadada foi **menor** do que a prevista, correspondendo a **100% abaixo do valor estimado** (frustração de receitas de capital), ou seja, não houve arrecadação de receita de capital.

### 5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA



Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

### 5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 16.108.680,62	R\$ 19.090.187,56	R\$ 25.087.084,74	R\$ 32.351.117,64	R\$ 39.618.072,56
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 15.271.344,60	R\$ 16.811.406,54	R\$ 22.308.525,38	R\$ 23.848.181,83	R\$ 34.824.676,30
Quociente execução da despesa (QED)+B/A	0,9480	0,8806	0,8892	0,7372	0,8790

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de 2024 o resultado indica que a despesa realizada foi menor do que a autorizada, representando a 88% do valor inicial orçado, ineficiência no processo planejamento-execução ou pode ter sido reflexo de contingenciamento efetuado no decorrer do exercício.

### 5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 14.195.750,53	R\$ 15.775.625,35	R\$ 19.560.529,42	R\$ 24.891.720,40	R\$ 35.732.367,42
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 13.801.777,51	R\$ 14.337.690,96	R\$ 18.598.269,92	R\$ 20.442.303,70	R\$ 31.242.635,36
Quociente execução					



-	2020	2021	2022	2023	2024
da Despesa Corrente (QEDC)=B/A	0,9722	0,9088	0,9508	0,8212	0,8743

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de 2024 o resultado indica que a despesa corrente realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 13% abaixo do valor estimado.

### **5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA**

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 1.867.930,09	R\$ 3.259.562,21	R\$ 5.437.555,32	R\$ 7.459.396,61	R\$ 3.884.805,14
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 1.469.567,09	R\$ 2.473.715,58	R\$ 3.710.255,46	R\$ 3.405.878,13	R\$ 3.582.040,94
Quociente execução da Despesa de Capital (QDC)=A/B	0,7867	0,7589	0,6823	0,4566	0,9220

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de 2024 o resultado indica que a despesa de capital realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 8% abaixo do valor estimado.

### **5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



Os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT n.<sup>o</sup> 43/2013, a qual dispõe sobre as diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados, conforme demonstrados no Anexo 4 - Análise da Situação Orçamentária, Quadro 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS.

### 5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)

O art. 167, III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Complementar a esse ditame, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32, § 3º, enfatiza que são consideradas para essa análise, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados e o das despesas de capital executadas.

Assim, denomina-se Regra de Ouro a vedação de que os ingressos financeiros provenientes de endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

O objetivo é impedir que o ente se endivide para o pagamento de despesas correntes como: pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública. Categoricamente a regra determina que a Receita de Capital não deve ultrapassar o montante da Despesa de Capital.

Apresenta-se abaixo a série histórica para verificação do cumprimento da regra de ouro:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (A)	R\$ 1.469.567,09	R\$ 2.473.715,58	R\$ 3.710.255,46	R\$ 3.405.878,13	R\$ 3.582.040,94
Operações de Créditos (B)	R\$ 0,00				



-	2020	2021	2022	2023	2024
Regra de Ouro B/A	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:

### **1) C. GOV M - REGRA DE OURO**

**As receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital.**

Houve obediência da regra de ouro, uma vez que as receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital, conforme estabelece o Art. 167, III, CF.

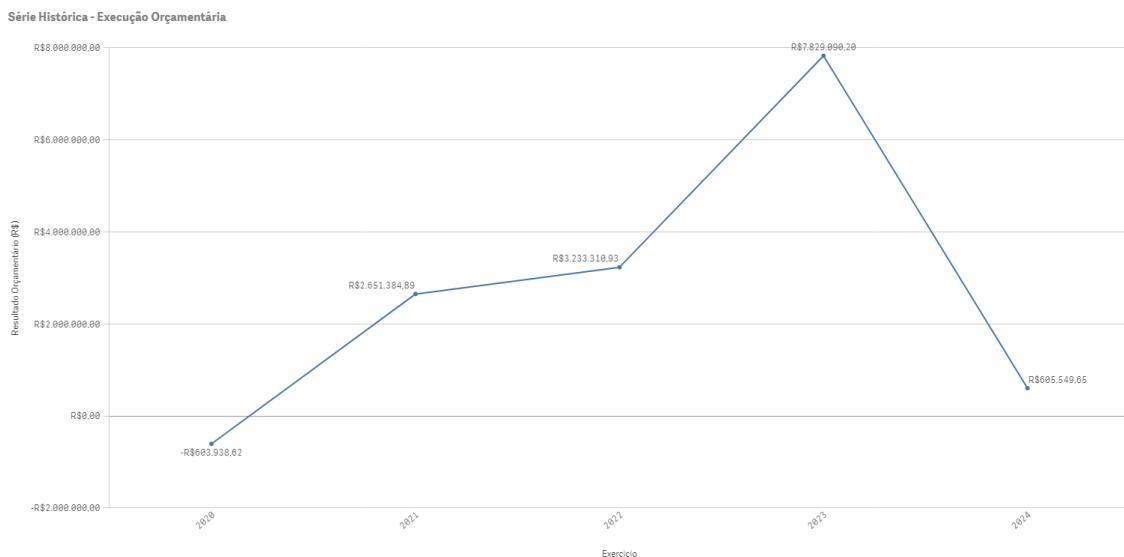
### **5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)**

A seguir, apresenta-se o histórico da execução orçamentária de 2020 a 2024:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro - Créditos Adicionais (A)	R\$ 0,00	R\$ 1.184,05	R\$ 1.791.071,50	R\$ 3.566.795,08	R\$ 4.650.156,76
Despesa Orçamentária Consolidada Ajustada (B)	R\$ 13.723.328,10	R\$ 16.058.644,73	R\$ 21.204.536,78	R\$ 23.041.625,55	R\$ 33.012.087,13
Receita Orçamentária Consolidada Ajustada (C)	R\$ 13.119.389,48	R\$ 18.708.845,57	R\$ 22.963.643,13	R\$ 27.303.920,67	R\$ 28.967.480,02
QREO--->2020 a 2023=C+A/B Exercício 2024= Se (C-B)<0; (C+A/B); (C /B)	0,9559	1,1651	1,1674	1,3397	1,0183



Relatórios dos Exercícios 2020-2023



A partir da análise do quociente da situação orçamentária, constatou-se o que segue:

## 1) C. GOV M - Quociente da Execução Orçamentária

O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superavit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

Esse resultado apurado, conforme diretrizes estabelecidas na Resolução Normativa n.º 43/2013, indica que receita arrecadada é maior que a despesa realizada - superávit de execução orçamentária.

## 5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de **2024** do Município de **ARAGUAINHA**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor, bem como ajustes apurados pela equipe técnica.



## 5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante o Exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.

O Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados, do Anexo 5 (Restos a Pagar) apresentam os valores existentes de Restos a Pagar Processados de R\$ 1.619.493,99, e de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 456.971,72.

### 5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado no Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

O Município deve garantir recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo os restos a pagar não processados do exercício ao final de 2024.

Disciplinando o assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece da seguinte forma sobre o controle da disponibilidade de caixa:

“como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de



obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios". (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional - 14ª ed., pág. 567).

De modo a garantir o princípio do equilíbrio financeiro, neste mesmo sentido há decisão deste Tribunal de Contas sobre a necessidade de garantir recursos para o pagamento tanto dos restos a pagar processados quanto não processados do exercício, conforme transcrição a seguir:

1. Para efeito de verificação do cumprimento das disposições constantes no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a relação entre a assunção de obrigação de despesa e a suficiente disponibilidade de caixa deve ser calculada, individualmente, por fontes de recursos. Inclui-se como assunção de obrigação de despesa tanto os restos a pagar processados quanto os não processados, inscritos no exercício." (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Parecer Prévio n.º 41 /2017-TP. Julgado em 03/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 24 /10/2017. Processo n.º 8.385-2/2016).(Item 7.8. Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 30)

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar Não Processados e Demais Obrigações Financeiras).

Apresenta-se a seguir o quadro da série histórica:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Disp. Bruto - Exceto RPSS (A)	R\$ 370.753,92	R\$ 3.349.392,80	R\$ 5.860.310,66	R\$ 9.011.757,31	R\$ 6.164.131,55



-	2020	2021	2022	2023	2024
Demais Obrigações - Exceto RPPS (B)	R\$ 298.741,82	R\$ 378.421,89	R\$ 401.926,03	R\$ 259.647,79	R\$ 241.701,19
Restos a Pagar Processados - Exceto RPPS (C)	R\$ 1.746.938,95	R\$ 790.970,16	R\$ 751.191,00	R\$ 671.230,81	R\$ 443.863,33
Restos a Pagar Não Processados - Exceto RPPS (D)	R\$ 188.963,33	R\$ 447.453,61	R\$ 1.072.999,55	R\$ 144.841,75	R\$ 1.619.493,99
Quociente Disponibilidade Financeira (QDF)= (A-B)/(C+D)	0,0372	2,3989	2,9922	10,7247	2,8702

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do exercício em análise indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 2,87 de disponibilidade financeira, conforme detalhado nos Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5.

#### **5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Inscrição de Restos a Pagar no Exercício (A)	R\$ 1.842.297,11	R\$ 595.265,55	R\$ 1.429.086,66	R\$ 574.821,36	R\$ 1.910.047,16
Total Despesa - Execução (B)	R\$ 16.402.134,12	R\$ 17.864.711,43	R\$ 23.619.464,41	R\$ 25.856.457,09	R\$ 36.788.967,57
Quociente inscrição de restos a pagar (QIRP)=A/B	0,1123	0,0333	0,0605	0,0222	0,0519

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de 2024 o resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, 5% foram inscritos em restos a pagar.

#### **5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS**



Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte, desde que respeitadas a fonte e a destinação de recursos específicas. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei n.º 4.320/64.

O cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 6.4 do Anexo 6 (Análise da Situação Financeira e Patrimonial) deste Relatório de Contas de Governo.

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Ativo Financeiro - Exceto RPPS (A)	R\$ 819.327,23	R\$ 3.499.224,29	R\$ 6.331.275,63	R\$ 9.506.900,43	R\$ 6.875.448,06
Total Passivo Financeiro - Exceto RPPS (B)	R\$ 2.533.833,60	R\$ 1.937.979,14	R\$ 2.547.250,06	R\$ 1.421.031,98	R\$ 2.866.543,53
Quociente Situação Financeira (QSF)=A/B	0,3233	1,8056	2,4855	6,6901	2,3985

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de 2024 o resultado indica que houve **Superávit** financeiro no valor de R\$ 4.008.904,53, considerando todas as fontes de recursos.

## 6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo, seguem análises dos cumprimentos dos limites constitucionais e legais, que devem ser observados pelo Município:

### 6. 1. DÍVIDA PÚBLICA



Conforme estabelecido no art. 29, inciso I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inciso III, da Resolução n.º 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos (art. 1º, § 1º, inciso V, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal).

### 6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)

Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 7.1 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 7 (Limites Constitucionais e Legais).

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).



Assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

-	2020	2021	2022	2023	2024
DCL (A)	R\$ 5.930.060,07	R\$ 3.068.860,48	R\$ 179.165,99	-R\$ 3.591.289,35	-R\$ 2.221.316,34
RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO (B)	R\$ 12.492.143,20	R\$ 16.781.366,08	R\$ 20.369.802,53	R\$ 21.168.649,87	R\$ 28.958.663,27
Quociente Limite de Endividamento (QLE) = SE(A<=0,0,A/B)	0,4747	0,1828	0,0088	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:

### 1) C. GOV M - Quociente do Limite de Endividamento (QLE)

**A dívida consolidada líquida é negativa, pois as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada conforme demonstrado no Quadro 6.4 deste Relatório.**

A dívida consolidada líquida é negativa, pois as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada.

### 6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas “operações de crédito”, definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº43/2001, como “os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de



valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".

O art. 7º, inciso I, da supracitada Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

Segue, abaixo, a série histórica do indicador:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 12.492.143,20	R\$ 16.781.366,08	R\$ 20.369.802,53	R\$ 21.168.649,87	R\$ 28.958.663,27
Total Dívida Contratada (B)	R\$ 0,00				
Quociente Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC) =B/A	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Relatórios dos Exercícios 2020-2023					

No exercício de 2024, verificou-se:

### 1) C. GOV M - Quociente da Dívida Pública Contratada no Exercício (QDPC)

**Este resultado indica que a dívida contratada no exercício representou ZERO % da receita corrente líquida ajustada para fins de endividamento.**

Esse resultado indica cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

#### 6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)

Os dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos



a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, inciso II, da Resolução n.º 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

Apresenta-se, a seguir, a série histórica do quociente:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 12.492.143,20	R\$ 16.781.366,08	R\$ 20.369.802,53	R\$ 21.168.649,87	R\$ 28.958.663,27
Total Dispêndio da Dívida Pública (B)	R\$ 454.769,11	R\$ 672.270,43	R\$ 763.269,83	R\$ 1.037.731,99	R\$ 990.807,09
Quociente Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)=B/A	0,0364	0,0400	0,0374	0,0490	0,0342

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:

### 1) C. GOV M - Quociente de Dispêndio da Dívida Pública (QDDP)

**Este resultado indica que os dispêndios da dívida pública efetuados no exercício representaram 3% da Receita Corrente Líquida Ajustada para fins de Endividamento.**

O resultado de 0,0342 indica que os dispêndios da Dívida Pública estão dentro do limite estabelecido na legislação vigente.

## 6. 2. EDUCAÇÃO

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.



Quanto à formação da base de cálculo da MDE, é importante ressaltar que a tese prejulgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005, que excluía o IRRF da referida base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Até o exercício de 2020, o TCE-MT para verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do ensino considerava as despesas após a sua regular liquidação conforme Resolução Normativa TCE-MT n.º 14/2012. Todavia, em função da revogação do item que trata do cálculo da aplicação em MDE da citada Resolução, ocorrida na Sessão Presencial realizada em 03 de maio de 2022, por ocasião do julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Governo do estado de Mato Grosso, o cálculo passou a ser pela despesa empenhada, conforme item c.1 do Acórdão 207/2022-TP (Sessão de Julgamento 3-5-2022 - Tribunal Pleno - Processo n.º 22.153-8/2020) transrito abaixo:

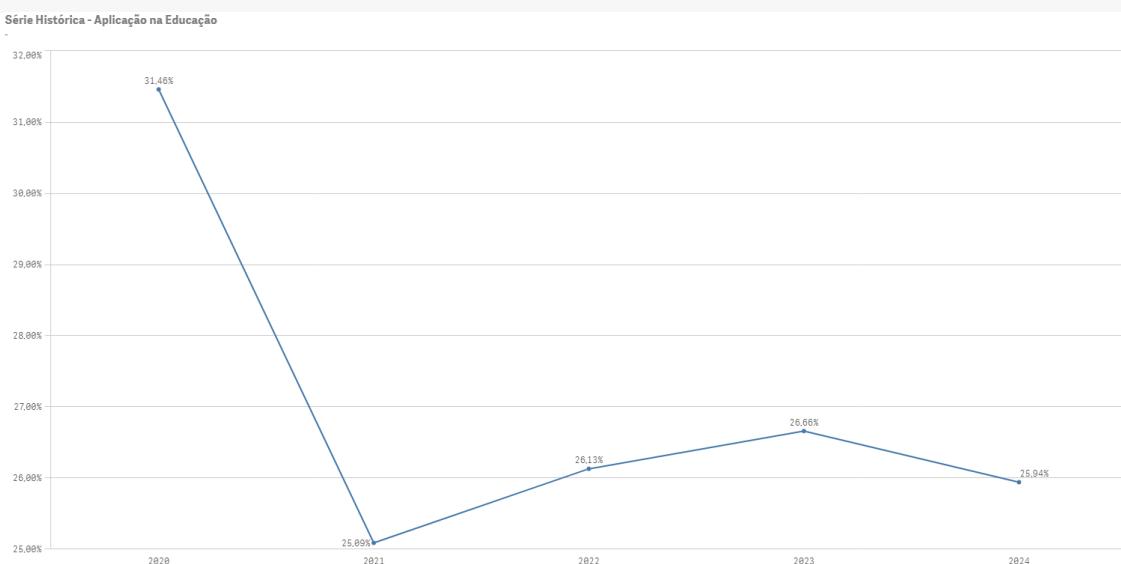
c.1) para efeito de verificação anual do cumprimento dos limites referentes à aplicação em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb, deve-se considerar as despesas empenhadas, conforme critério previsto no art. 24, II, da LC n.º 141/2012, que dispõe sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde; e, c.2) para efeito de verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Mato Grosso, deve-se incluir as despesas empenhadas com o ensino superior, sendo inaplicável, neste caso, o que dispõe a Resolução de Consulta n.º 21/2008.



A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2020/2024, indica que a administração municipal de **ARAGUAINHA** vem cumprindo/descumprindo a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	31,46%	25,09%	26,13%	26,66%	26,34%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF OBS:  
Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).



Nesse sentido, da análise das informações, é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever constitucional por parte do Município, constatou-se que:

### 1) C. GOV M - Aplicação em MDE

**Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.**



O percentual aplicado ( 25,94% ) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

## **6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB**

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional n.<sup>o</sup> 53/2006, regulamentado pela Lei n.<sup>o</sup> 11.494, de 20/06/2007 e pelo Decreto n.<sup>o</sup> 6.253/2007, trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional 108, de 26/08/2020, dá nova redação ao art. 212-A, da Constituição Federal:

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;

O inciso XI, dessa EC, determina que a proporção não inferior a 70% (setenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. (Antes era 60%)



Diante disso, a Lei n.<sup>o</sup> 14.113, de 25/12/2020, regulamenta o Fundeb e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Lei n.<sup>o</sup> 11.494/2007, ressalvado o caput do art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020. Além disso, o Decreto n.<sup>o</sup> 10.656, de 22/03/2021, revoga o Decreto n.<sup>o</sup> 6.253/2007, sendo a nova norma regulamentadora do Fundeb.

Essa lei definiu os seguintes parâmetros:

- a) haverá complementação da União aos recursos do Fundeb, sendo que a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais, será destinada à educação infantil (art. 3º, § 2º; art. 4º, art. 5º, art. 13, art. 16, § 2º, art. 28, da Lei n.<sup>o</sup> 14.113/2020);
- b) até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. (art. 25, § 3º) (antes era 5%)

Ressalta-se que o superávit de 10% se refere somente ao Fundeb 30%, sendo que a parte de 70%, destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicado integralmente até o final do exercício em que os recursos forem recebidos.

Nesse sentido, a jurisprudência do TCE/MT, na vigência da Lei 11.494 /2007:

Educação. Superávit nos recursos do Fundeb 40%. Aplicação no exercício subsequente. Parte Fundeb 60%. Utilização exclusiva no exercício corrente.

1. Sendo apurado superávit financeiro de até 5% nos recursos recebidos do Fundeb no exercício corrente, poderá ser aplicado no primeiro trimestre do exercício subsequente, mediante abertura de créditos adicionais (art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007). Tal previsão legal aplica-se exclusivamente à parte disponível do Fundeb 40%.
2. A parte do Fundeb 60%, vinculada ao pagamento da remuneração

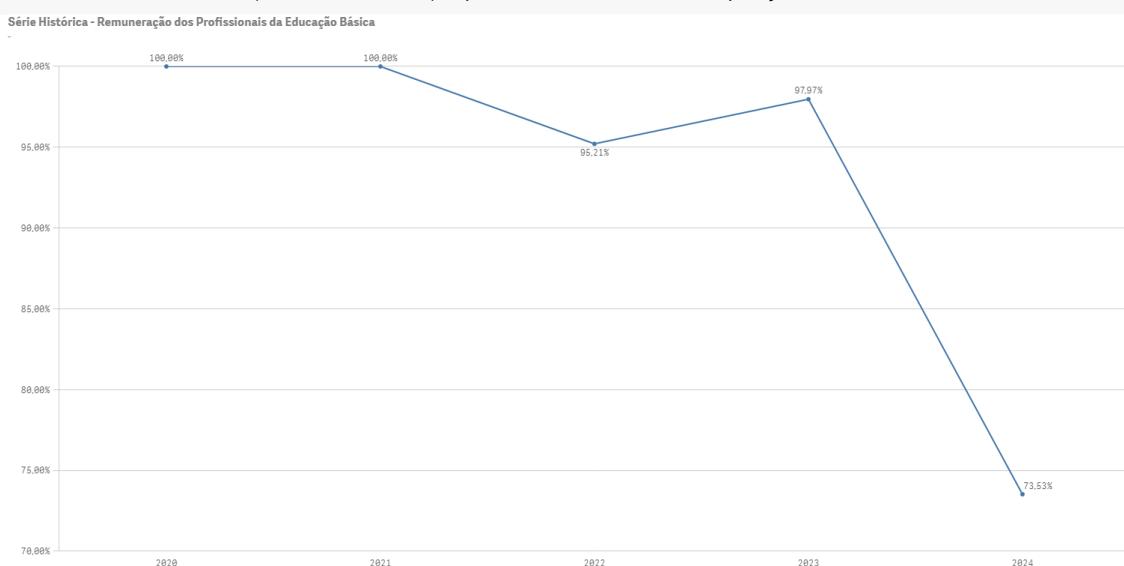


dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicada anualmente, sendo incabível, neste caso, a possibilidade prevista no art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio n.º 81/2017-TP. Julgado em 28/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 14/12/2017. Processo n.º 7.816-6/2016). (Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada. fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, p. 39)

Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais da Educação Básica, período 2020/2024, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	100,00%	100,00%	95,21%	97,97%	73,52%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). A partir de 2021 o % mínimo de Aplicação é de 70%.



Nesse sentido, da análise das informações das quais é possível verificar o **cumprimento** desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

### **1) C. GOV M - FUNDEB 70%**

**Este resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.**

O percentual destinado para os profissionais da educação básica em efetivo exercício ( 73,52% ) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação.

## **2) C. GOV M - FUNDEB - Aplicação Mínimo 90%**

Indica que o percentual não aplicado no exercício das receitas  
recebidas do FUNDEB está dentro do limite estabelecido na legislação vigente.

No quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB é possível verificar o valor empenhado no exercício de 2025 como despesas de exercícios anteriores.

Exercício 2025	Orçamento Fiscal – Sim	Função Educação	Fonte Transferências do FUN...	Código Elemento – 92	
					Despesas Municipais
					Ind. Fiscal Art. 167-A

Fonte: <https://radardespesa.tce.mt.gov.br/>

### **6.3. SAÚDE**

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15%



da receita de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Atendendo ao comando do art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, foi publicada a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecendo em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Quanto à formação da base de cálculo para as ASPS, é importante ressaltar que a tese prejulgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005, que exclui o IRRF da base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

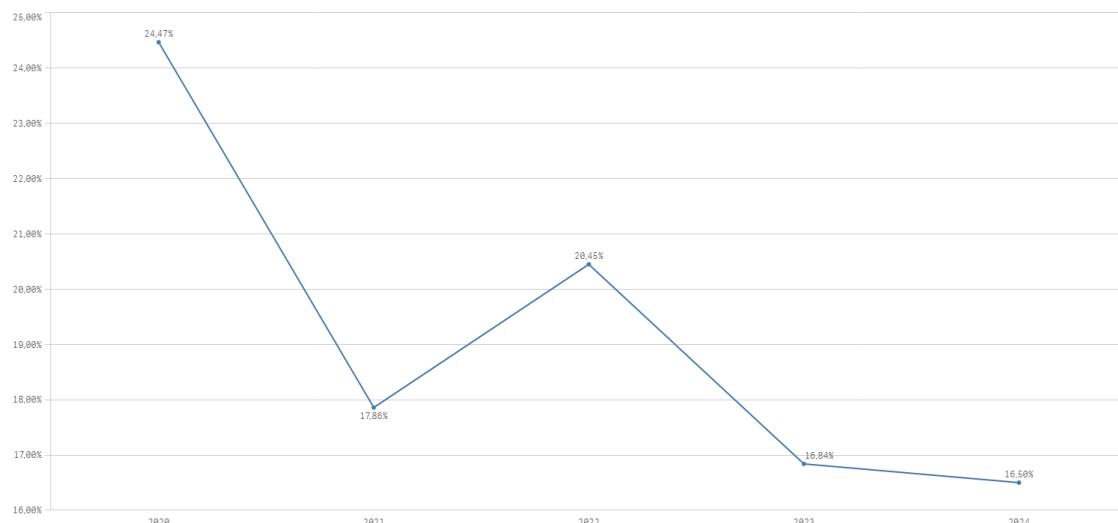
No período 2020/2024, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, **atenderam** à exigência constitucional, superando/não superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	24,47%	17,86%	20,45%	16,84%	16,50%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde - APLIC). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).



Série Histórica - Aplicação na Saúde



Assim, da análise das informações, constata-se que:

### 1) C. GOV M - Aplicação em ASPS

**Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.**

O percentual aplicado ( 16,50% ) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141 /2012.

### 6. 4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar n.º 101/2000, em seu art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.



## 6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF

A Lei Complementar n.<sup>o</sup> 101/2000, em seu art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2020/2024, mantiveram-se abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2020	2021	2022	2023	2024
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					
Aplicado - %	52,96%	33,30%	31,14%	30,16%	27,35%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					
Aplicado - %	3,59%	2,82%	3,25%	3,61%	2,67%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	56,55%	36,12%	34,39%	33,77%	30,03%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).





25.00%

2020

2021

2022

2023

2024

A partir da análise das informações sobre o total de gastos com pessoal do Poder Executivo é possível verificar o que segue:

### 1) C. GOV M - Pessoal \_Limite\_LRF

**Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.**

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 7.897.346,11, correspondente a 27,35% da RCL Ajustada, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF (quadro 9.4).

Segundo declaração firmada pelo gestor, não houve terceirizações de serviços com execução de atividades por organizações sociais ou OSCIP (doc. digital nº 595.027/2025 - pág 3).

#### 6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO

O total da despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo (Quadros 9.3 e 9.4 do Anexo 9 - Pessoal) foi de R\$ 7.897.346,11, que correspondeu a 27,35% da Receita Corrente Líquida Ajustada, estando abaixo do Limite de Alerta (48,6%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que corresponde a 90% do valor máximo permitido para gastos com pessoal.

#### 6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 29-A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal,



incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;
- II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;
- III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;
- IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;
- V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;
- VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

Além disso, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29-A, CF;
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

No caso do Município de **ARAGUAINHA**, com Estimativa de População do Município - IBGE - 2024 de **1.006** habitantes, o percentual de repasse fica estabelecido em **7,00%** da Receita Base.

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2020/2024 está apresentada a seguir:

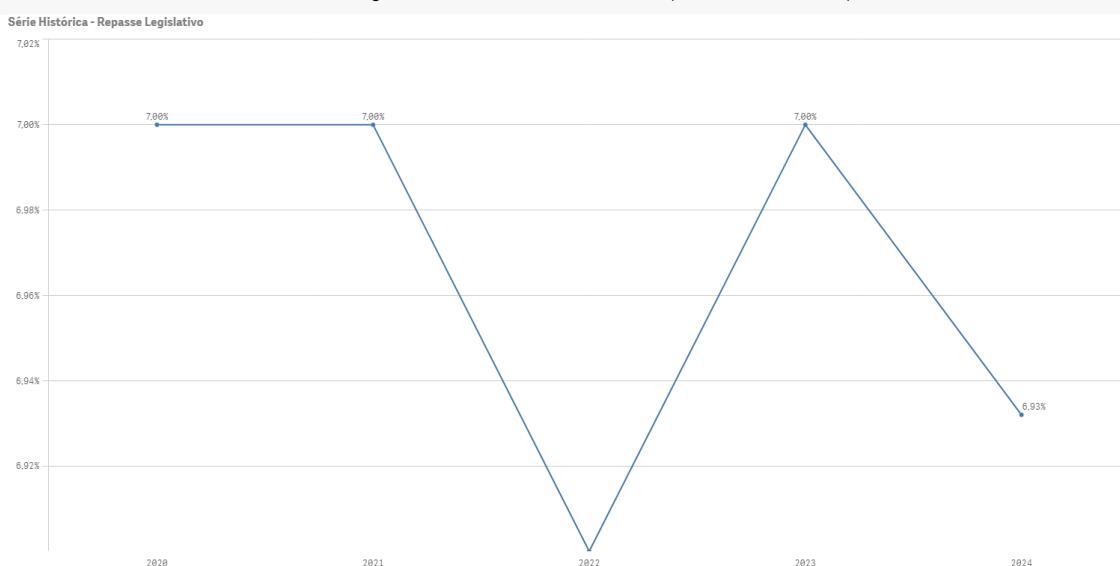
REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual máximo Fixado	7,00%				



#### REPASSE PARA O LEGISLATIVO

	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	7,00%	7,00%	7,00%	6,90%	7,00%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).



A partir da análise dos quadros 10.1 e 10.2, constantes no Anexo 10 - Repasse à Câmara Municipal deste relatório, constata-se:

- 1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram superiores aos limites definido no art. 29-A da Constituição Federal.
- 2) Os repasses ao Poder Legislativo foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, III, CF). AA10.

#### Dispositivo Normativo:

Art. 29-A, § 2º, III, CF

2.1) *Conforme parecer do controle interno da Câmara, foram previstos repasses no valor de R\$ 1.350.000,00 e foram recebidos R\$ 1.245.131,14. - AA10*

Parecer do controle interno da Câmara e quadro 10.1 - Anexo.

LOA-2024 nº 1.022/2023



- 3) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, II, CF).

## 6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF

O dispositivo constitucional 167-A preconiza que:

**Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:**

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e;

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e



de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.



§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente

§ 5º As disposições de que trata este artigo.

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

**§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:**

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifo nosso)

Em linhas gerais, o artigo 167-A da Constituição Federal prevê que nos casos em que a relação entre as despesas e receitas correntes do Ente atingir o limite de 95%, algumas restrições deverão ser adotadas visando controlar as despesas com pessoal, como, por exemplo, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (...).

Importa constar que conforme redação do dispositivo constitucional mencionado, trata-se de uma “faculdade” aos Poderes Executivo, Legislativo e



Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, quando apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento).

Todavia, se o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos Órgãos e Poderes a que se refere.

Os Tribunais de Contas serão responsáveis por atestar o percentual da relação entre a receita e a despesa corrente e, caso esse percentual supere 95% (noventa e cinco por cento), atestar a adoção dos mecanismos de ajustes fiscal estabelecidos.

A seguir apresenta a relação entre despesas correntes e receitas correntes dos exercícios de 2021 a 2024:

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquida (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 18.913.645,30	R\$ 15.156.880,36	R\$ 234.115,49	81,37%
2022	R\$ 23.143.431,52	R\$ 19.894.658,08	R\$ 14.550,87	86,02%
2023	R\$ 24.872.484,75	R\$ 22.334.521,65	R\$ 116.057,31	90,26%
2024	R\$ 33.208.429,11	R\$ 33.206.926,63	R\$ 0,00	99,99%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

Em relação ao exercício de 2024 verifica-se que o município de Araguainha gastou praticamente 100% da receita arrecadada e deve adotar medidas para redução deste índice no exercício de 2025.

## 7. REGIME PREVIDENCIÁRIO



Os servidores efetivos do município estão vinculados Regime Próprio de Previdência - RPPS e os demais ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

## 7. 1. NORMAS GERAIS

### 7. 1. 1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP

Índice de Situação Previdenciária - ISP-RPPS é um instrumento do Ministério da Previdência Social que mede a qualidade da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos entes federativos. Criado para avaliar a gestão, sustentabilidade financeira e equilíbrio atuarial dos RPPS, o índice utiliza dados informados pelos próprios entes no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

A Portaria SPREV n.<sup>º</sup> 14.762/2020 estabelece a composição, metodologia de aferição e periodicidade do Indicador de Situação Previdenciária e autoriza sua publicação. Nos termos de seu art. 4º, tem-se que a metodologia do ISP-RPPS envolve a análise de três dimensões principais: gestão e transparência, situação financeira e situação atuarial. Cada uma dessas dimensões é composta por indicadores específicos, como regularidade previdenciária, envio de informações, modernização da gestão, suficiência financeira, acumulação de recursos e cobertura de compromissos previdenciários. Os entes federativos recebem classificações A, B ou C, conforme o desempenho em cada indicador.

#### Portaria SPREV n.<sup>º</sup> 14.762/2020

Art. 4º A classificação do ISP-RPPS será determinada com base na análise dos indicadores abaixo, relacionados aos seguintes aspectos:

I - gestão e transparência:

- a) Indicador de Regularidade;
- b) Indicador de Envio de Informações;
- c) Indicador de Modernização da Gestão;

II - situação financeira:



- a) Indicador de Suficiência Financeira;
- b) Indicador de Acumulação de Recursos;
- III - situação atuarial: Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.

§ 1º A cada indicador será atribuída uma **classificação A, B ou C.**

§ 2º Para os indicadores a que se referem os incisos II e III do caput, será atribuída a classificação C caso os demonstrativos utilizados em seu cálculo não tenham sido enviados no prazo previsto no inciso I do caput do art. 2º. (grifado)

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 assim dispõe:

Portaria MTP n.º 1.467/2022

Art. 238. O Índice de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social - ISP-RPPS será aferido anualmente segundo conceitos, critérios de composição, metodologia de cálculo e periodicidade estabelecidos pela SPREV.

§ 1º Para apuração do ISP-RPPS serão utilizadas as informações de que trata o art. 241, relativas ao exercício anterior ao de sua divulgação, encaminhadas até a data-base estabelecida pela SPREV.

§ 2º Para fins de cálculo e divulgação do ISP-RPPS os regimes próprios serão segregados em grupos, conforme seu porte, calculado pelas quantidades de segurados e beneficiários do RPPS, e subgrupos, de forma a refletir o grau de maturidade da sua massa.

§ 3º As informações detalhadas sobre a composição e metodologia de aferição do ISP-RPPS serão disponibilizadas pela SPREV na página da Previdência Social na Internet por meio de relatório anual, com a correspondente memória de cálculo do índice.

§ 4º Após ser publicado o relatório anual de que trata o § 3º, os



interessados terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar à SPREV, impugnação aos resultados apresentados, cuja apreciação e decisão serão informadas aos interessados em até 30 (trinta) dias contados do encerramento do prazo para apresentação da impugnação, procedendo-se, então, se for o caso, à revisão do ISP-RPPS que será considerado válido até a próxima divulgação anual do índice.

§ 5º Caso ocorra alteração de composição ou de metodologia de aferição do ISP-RPPS antes do prazo de 3 (três) anos da última alteração, os resultados com a antiga metodologia deverão continuar a ser divulgados até o término desse período.

Na edição de 2024, incorporou-se o Indicador de Reforma RPPS e Vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC. Essa métrica reflete a adoção de reformas previdenciárias pelos entes, conforme exigências da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

O índice é essencial para avaliar a saúde previdenciária dos estados e municípios, influenciando a concessão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, que não busca comparar diretamente os entes, mas garantir que boas práticas sejam seguidas para um sistema previdenciário sustentável.

De acordo com o Relatório Final do Indicador de Situação Previdenciária, publicado em 03/12/2024, pelo Ministério da Previdência Social, o Município de **ARAGUAINHA** apresenta a classificação C, conforme se demonstra a seguir:

ENTE	UF	GRUPO	SUBGRUPO	ISP	PERFIL AUTARIAL
ARAGUAINHA	MT	PEQUENO PORTE	MAIOR MATURIDADE	C	II

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria>

Nesse sentido, recomenda-se que ao gestor municipal promova ações conjuntas com o RPPS, a fim de adotar medidas para fortalecer a governança e gestão, aprimorar a suficiência financeira, a acumulação de recursos, bem como a melhoria da situação atuarial. Essas ações visam garantir uma administração mais eficiente e sustentável dos recursos previdenciários, contribuindo para a melhoria da



classificação no ISP.

### 7. 1. 2. PRÓ-GESTÃO RPPS

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS foi instituído pela Portaria MPS n.º 185/2015 e objetiva incentivar a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária pelos RPPS, de forma a melhorar o controle dos ativos e passivos e dar maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade, consoante estabelece o art. 236 da Portaria MTP n.º 1.467/2022. Em seu §1º, prevê que a adesão ao Pró-Gestão é facultativa e deve ser formalizada por termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS, conforme cite-se a seguir:

#### **Portaria MTP n.º 1.467/2022:**

Art. 236. O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS n.º 185, de 14 de maio de 2015, tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

§ 1º A adesão ao Pró-Gestão RPPS é facultativa, devendo ser formalizada por meio de termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS.

O Programa possui 3 dimensões - Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária - e 4 níveis de aderência conforme a complexidade, o porte e a estrutura organizacional que os RPPS podem alcançar, sendo o Nível I o mais simples e o Nível IV o mais avançado, com prazo de validade de 3 anos.



Como vantagens proporcionadas pela certificação, o Manual do Pró-Gestão RPPS elenca:

- a) Melhoria na organização das atividades e processos;
- b) Aumento da motivação por parte dos colaboradores;
- c) Incremento da produtividade;
- d) Redução de custos e do retrabalho;
- e) Transparência e facilidade de acesso à informação;
- f) Perpetuação das boas práticas, pela padronização;
- g) Reconhecimento no mercado onde atua.

Em consulta ao Radar Previdência, na data de 17/06/2025, verifica-se que o RPPS de Araguainha **não possui a certificação, tampouco aderiu ao Pró-Gestão**. Nesse sentido, recomenda-se a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185 /2015, para a sua implementação e obtenção da certificação institucional, conforme Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008/2024.

### 7. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Previdência Social, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.



1) Na análise das informações extraídas, constatou-se que o Município de Araguainha, possui CRP n.º 989023 - 240929 e encontra-se REGULAR, com o Certificado de Regularidade Previdenciária, desde 15/02/2025.

Importante destacar que consta no certificado que foi “EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL”.

#### 7. 1. 4. UNIDADE GESTORA ÚNICA

A Portaria n.º 1.467, de 02/06/2022, disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamentos dos RPPS, e mantém a vedação de existência de mais de um RPPS e unidade gestora em cada ente federativo, conforme art. 71, *in verbis*:

##### **Portaria MTP n.º 1.467/2022**

(...)

Art. 71. É vedada a existência de mais de um RPPS para os segurados desse regime em cada ente federativo e de mais de uma unidade gestora.

§ 1º A unidade gestora única deverá gerenciar, direta ou indiretamente, a concessão, o pagamento e a manutenção, dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte devidos a todos os segurados e beneficiários do RPPS e a seus dependentes, relativos a todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

§ 2º Há gerenciamento indireto quando a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios forem executados por outro órgão ou entidade integrante da correspondente Administração Pública, atendendo-se, porém, na realização daquelas atividades, ao comando, à coordenação e ao controle da unidade gestora única.

A Emenda Constitucional n.º 103/2019 registrou como mandamento constitucional a referida obrigação, estabelecendo:



### **Constituição Federal de 1988**

Art.40.(...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103, de 2019)

1) Da análise da previdência social dos servidores de Araguainha verifica-se que os servidores estão vinculados ao Araguainha PREVI, não sendo constatados outros Regimes Próprios de Previdência Social.

### **7. 1. 5. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS**

O caput do art. 40 e inc. I do art. 198 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, a fim de que se preserve o equilíbrio financeiro e atuarial e que o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portanto, é determinação constitucional o recolhimento, tempestivo, da contribuição previdenciária pelo ente público.

De acordo com os dispositivos citados, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso e/ou inadimplência no recolhimento das contribuições patronais e segurados, é de sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.



Portanto, os repasses das contribuições previdenciárias são uma obrigação constitucional, sendo necessário o seu recolhimento dentro do prazo, a fim de não ocasionar o pagamento de **juros e multas por atraso**, não podendo ser tratado como despesas flexíveis de pagamento ou como uma forma de financiamento de outras despesas.

Registra-se que a inadimplência previdenciária prejudica a saúde financeira dos RPPS e, por via de consequência, sua capacidade de pagar eventuais benefícios aos seus segurados.

#### **7. 1. 5. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS**

De acordo com o Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Normativa nº 12/2020-TP, o Controlador Interno informou **inadimplência** de contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, do exercício de 2024, referentes aos meses de dezembro e parte do 13º.

Consta no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Apêndice RPPS), enviado ao Sistema Aplic, conforme consulta realizada em 17/06/2025, a **inadimplência** de contribuições previdenciárias patronais e dos segurados, do exercício de 2024, conforme demonstrado no Apêndice RPPS.

Além disso, verificou-se a **inadimplência** de contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, do exercício de 2024, por meio das informações encaminhadas via Sistema Aplic.

Demonstra-se na tabela, a seguir, a consolidação das informações acima:

#### **Contribuições Previdenciárias Patronais:**



Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 774.504,06	R\$ 774.733,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 229,09
APLIC	R\$ 770.790,77	R\$ 704.463,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 66.327,70
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 773.415,78	R\$ 707.400,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 66.015,20

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias e Documentos Diversos No parecer conclusivo do Controle Interno não constam informações sobre as contribuições ao RPPS.

### Contribuições Previdenciárias dos servidores:

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 671.806,66	R\$ 671.421,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 384,85
APLIC	R\$ 668.585,70	R\$ 611.052,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 57.532,84
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 670.829,41	R\$ 612.917,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 57.911,84

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias; APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais>Documentos Diversos / No parecer conclusivo do Controle Interno não constam informações sobre as contribuições ao RPPS.

### Contribuições Previdenciárias Suplementares:

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos monetários Pagos		Diferença em R\$ (A-B)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
APLIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias; APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais>Documentos Diversos

É importante destacar que consta informação sobre inadimplência da Câmara Municipal, nos seguintes termos:

Informo ainda, a seguinte situação relativa a débitos ao RPPS de exercícios anteriores não parcelados:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA			
Mês de Competência/Ano	Tipo (Segurado ou Patronal)	Base de Cálculo	Valor Devido (R\$)
DEZEMBRO/2016	SEGURADO	16.853,03	0,00
	PATRONAL	16.853,03	282,79
	SUPLEMENTAR	16.853,03	0,00
TOTAL GERAL		16.853,03	282,79

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA			
Mês de Competência/Ano	Tipo (Segurado ou Patronal)	Base de Cálculo	Valor Devido (R\$)
JULHO/2023	SEGURADO	4.114,49	576,03
	PATRONAL	4.114,49	664,08
	SUPLEMENTAR	4.114,49	0,00
TOTAL GERAL		4.114,49	1.240,11

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Atenciosamente,

ARAGUAINHA-MT, 31 de dezembro de 2024

REGES OLIVEIRA Assinado de forma digital  
DUTRA:02620860180  
0180 Dados: 2025.01.09 07:37:27  
-03'00'

REGES OLIVEIRA DUTRA  
DIRETOR EXECUTIVO

1) Da análise do Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Controle Interno, das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic e da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias, verificou-se a inadimplência / divergência das contribuições previdenciárias patronais, no valor de R\$ 384,85, referente ao período de Dezembro e 13º de 2024, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social. MB03.

#### Dispositivo Normativo:

Arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal; arts. 7º a 10 da Portaria MTP nº 1.467/2022; Súmula nº 1 do TCE-MT

1.1) *Foi constatada divergência entre os repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Declaração de Veracidade - no valor de R\$ 384,85. - MB03*

Quadro: 14.3 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Declaração de Veracidade

Apêndice - RPPS

2) Da análise do Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Controle Interno, das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic e da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias, verificou-se a



inadimplência das contribuições previdenciárias dos segurados, no valor de R\$ 57.532,84 e informações sobre o 13º, referente ao período de dezembro e 13º, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social (ausência de informação no Sistema APLIC). MB03.

**Dispositivo Normativo:**

Arts. 40, 149, § 1º, e 195, II, da Constituição Federal; art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848/1940; arts. 7º a 10 da Portaria MTP nº 1.467/2022; Súmula nº 1 do TCE-MT

2.1) *Em relação aos repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores, informados no Sistema APLIC, verificou-se divergência de R\$ 57.532,84 (competência de dezembro) e ausência de informação sobre as Contribuições Previdenciárias dos Servidores (13º salário). - MB03*

Quadro: 14.4 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - APLIC

Apêndice - RPPS

## 7. 1. 5. 2. ADIMPLÊNCIA DE PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1) Conforme consulta aos Acordos de Parcelamentos de Contribuições Previdenciárias firmados nº 738/2019 e 832/2021, constatou-se a inadimplência de 3 parcelas de cada acordo, conforme se demonstra no Apêndice - Parcelamento. DA12.

**Dispositivo Normativo:**

Arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal; arts. 14 a 17 da Portaria MTP nº 1.467/2022

1.1) *Deixar de recolher 3 (três) parcelas dos acordos de parcelamento nº 738/2019 e 832/2021 junto ao Ministério da Previdência. - DA12*

Relatório de acompanhamento dos parcelamentos - Apêndice - Parcelamentos RPPS



## 7. 2. GESTÃO ATUARIAL

### 7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A EC n.º 103/2019 determinou que cada um dos entes federados realizasse sua própria reforma da previdência, pela fixação de alíquota mínima de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores, pela limitação dos benefícios previdenciários à aposentadoria e à pensão por morte e pela instituição da previdência complementar para os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para o valor das aposentadorias e das pensões pagas pelos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

No que tange à instituição do Regime de Previdência Complementar - RPC, conforme mencionado, a sua implementação é obrigatória pelos municípios que possuem RPPS. A instituição do RPC se dá pela aprovação da lei de implantação do regime, cujo projeto deve ser de iniciativa do poder executivo municipal, e pela vigência do RPC. Esta se dá pela autorização do convênio de adesão ao plano de benefícios da entidade de previdência complementar pelo órgão fiscalizador competente, caso haja o ingresso de segurados no RPPS com remuneração acima do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, após a instituição do RPC, ou após essa data, para os que vierem a admitir novos servidores que se enquadrem nessa situação, nos termos do art. 158 da Portaria MTP n.º 1.467/2022.

A mesma EC facultou aos entes estabelecer regras de elegibilidade, cálculo e reajusteamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas aos seus respectivos RPPS.

O Ministério da Previdência Social identifica dois tipos de reforma da previdência:

- 1. Reforma da Previdência Ampla** - Quando há uma reestruturação significativa no sistema previdenciário, podendo envolver mudanças nas regras



de acesso (idade mínima, tempo de contribuição), cálculo de benefícios, regime de capitalização ou repartição, entre outras medidas que afetam a maior parte dos segurados.

**2. Reforma da Previdência Parcial** - Quando as mudanças são mais pontuais e atingem apenas grupos específicos de beneficiários, como servidores públicos, militares ou determinadas categorias de trabalhadores. Essa reforma pode incluir ajustes em alíquotas de contribuição, regras de transição ou criação de novas condições para aposentadoria.

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social - CNRPPS emitiu a Recomendação/MTP n.<sup>o</sup> 2, de 19 de agosto de 2021, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o planejamento e a gestão previdenciária, no que se refere ao equilíbrio financeiro e atuarial, se não bem direcionados, afetarão a capacidade do ente federativo desenvolver outras políticas públicas de relevo, e ameaçarão também a garantia do correto e pontual pagamento de todas as aposentadorias e pensões de responsabilidade do regime previdenciário;

torna público ter deliberado em sua 5<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2021:

**1 - Orientar** os entes federativos quanto à **necessidade de adotarem as providências para a adequação do rol de benefícios e das alíquotas de contribuição do RPPS e para a instituição e vigência do regime de previdência complementar.**

**2 - Recomendar** aos entes federativos que adotem providências relacionadas à **discussão e aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios**, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. (grifado)

(...)



Em consulta ao Radar Previdência, constata-se que o Município Araguainha não realizou a reforma da Previdência.



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/radar-previdencia-rpps>

1) Conforme consulta à Lei 587/2009, verifica-se que o Município fixou a alíquota mínima de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores.

Foi regulamento pelo Município de Araguainha, conforme art. 44, I, da Lei Municipal nº 587 de 13 de julho de 2009, com redação alterada pela Lei nº 899 de 15 de julho de 2020.

2) Conforme consulta à Lei 587/2009, verifica-se que o Município limitou os benefícios previdenciários à aposentadoria e à pensão por morte, conforme art. 3º, § 1º e § 2º da Lei nº 899 de 15 de julho de 2020 (que atualizou a Lei nº 587/2009).

3) Conforme consulta ao Radar Previdência, verifica-se que o Município de Araguainha não instituiu o Regime de Previdência Complementar - RPC. LB99.

#### **Dispositivo Normativo:**

§6º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019; e art. 158 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

3.1) *Deixar de realizar / firmar convênio de adesão com entidade fechada de previdência complementar autorizada. - LB99*

Declaração, doc. digital nº 619.733/2025 - pág. 3



4) Conforme consulta ao Radar Previdência, verifica-se que o Município de Araguainha não teve o convênio de adesão com entidade fechada de previdência complementar aprovado. LB99.

#### **Dispositivo Normativo:**

§6º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019; e art. 158 da Portaria MTP n.º 1.467/2022.

4.1) *Em consulta ao Sistema Aplic, verificou-se que o município possui servidores efetivos vinculados ao RPPS, com remuneração acima do teto do RGPS e, por esse motivo, deveria ter o convênio junto a uma entidade fechada de previdência complementar aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, nos termos do art. 158 da Portaria MTP n.º 1.467/2022. - LB99*

Servidores matrículas: 023004342, 0023005362, 0023000279, 23000277 entre outros.

Fonte: Sistema APLIC - RPPS / Folha de pagamento / Novembro.

#### **7. 2. 2. AVALIAÇÃO ATUARIAL**

A avaliação atuarial é documento a ser elaborado por atuário, de acordo com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, o qual caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões



matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que apresenta parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.

A Portaria MTP n.<sup>º</sup> 1.467/2022 estabelece os seguintes parâmetros acerca do referido documento:

Art. 26. Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, observados os seguintes parâmetros:

- I - elaboração por atuário habilitado;
- II - embasamento na Nota Técnica Atuarial - NTA;
- III - demonstração da situação do RPPS em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, considerando as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e a legislação do ente federativo vigentes na data focal;
- IV - inclusão de todos os benefícios concedidos e a conceder e respectivos critérios para sua concessão, manutenção e pagamento, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano de benefícios;
- V - fornecimento das projeções atuariais e da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar n.<sup>º</sup> 101, de 4 de maio de 2000;
- VI - apuração das provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público; e
- VII - definição do resultado atuarial do RPPS, com a apuração dos custos normal e suplementar e dos compromissos do plano de benefícios, para estabelecer o plano de custeio de equilíbrio do regime, embasado em regime financeiro e método de financiamento descritos na NTA, indicando, se for o caso, a



necessidade de revisão dos planos vigentes.

§ 1º Os resultados das avaliações atuariais anuais deverão ser registrados no Relatório da Avaliação Atuarial que deverá fornecer aos dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS e aos gestores e representantes legais dos entes federativos informações que possibilitem o contínuo acompanhamento da solvência e liquidez do plano de benefícios. (Redação dada pela Portaria MTP n.º 3.803, de 16/11/2022)

§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial deverá demonstrar os ganhos e perdas atuariais.

§ 3º Para registro das provisões matemáticas previdenciárias de que trata o inciso VI do caput deverá ser utilizado método de financiamento alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público e, no caso de, adicionalmente, ser utilizado outro método para a avaliação da situação atuarial do RPPS, seus resultados deverão ser apresentados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

§ 4º Deverão ser elaboradas avaliações atuariais anuais para apuração dos valores dos compromissos e registro das provisões matemáticas previdenciárias nas seguintes situações, observados subsidiariamente os parâmetros de atuária estabelecidos nesta Portaria e as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público: I - em caso de extinção de RPPS; II - para a massa de beneficiários do RPPS sob responsabilidade financeira direta do Tesouro; e III - para os Sistemas de Proteção Social dos Militares - SPSM dos Estados e Distrito Federal.

A obrigatoriedade de os RPPS realizarem a avaliação atuarial está estabelecida na Lei n.º 9.717/1998, a qual determina a sua realização inicial e, em cada exercício, realizado o levantamento dos recursos necessários ao custeio do plano, principalmente, à garantia dos pagamentos dos benefícios aos seus beneficiários, a saber:



### **Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998**

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuaría, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Redação dada pela Medida Provisória n.º 2.187-13, de 2001).

A avaliação atuarial de Araguainha PREVI, referente ao exercício de 2024, base cadastral de 31/12/2024, **não foi enviada ao Sistema APLIC**.

1) Dos documentos enviados ao Sistema APLIC verifica-se a confecção de avaliação atuarial do exercício de 2023 data focal: 31/07/2023. LA05.

No entanto, o gestor enviou no doc. digital nº 619.733/2025 nova avaliação atuarial, com data focal: 31/12/2024, mas não enviou ao Sistema APLIC e Ministério da Previdência Social.

Deve o gestor enviar a nova avaliação atuarial realizada ao Sistema APLIC para que fique disponível e acessível para todos os responsáveis pela análise das informações acerca do RPPS.

#### **Dispositivo Normativo:**

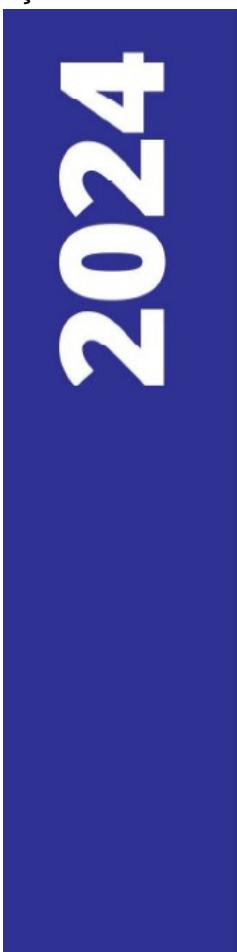
Art. 1º, I, da Lei nº 9.717/1998; arts. 26 a 54 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

1.1) *Ausência de envio ao Sistema Aplic e ao Ministério da Previdência Social avaliação atuarial com data focal 31/12/2024. - LA05*

Evidências:



- Avaliação Atuarial enviada ao Sistema APLIC



## Relatório da Avaliação Atuarial

Fundo Municipal De Previdência Social  
Dos Servidores De Araguaína -  
ARAGUAÍPREVI

Data Focal: 31/07/2023

Perfil Atuarial: I

Porte: Pequeno

Plano: Civil

Fundo: Em Capitalização

Nota Técnica Atuarial: N° 2020.000326.1

Álvaro Henrique Ferraz de Abreu  
Atuário MIBA nº1072

Versão 01

Araguaína - MT, 23/04/2024

- CADPREV



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

SECRETARIA DO REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR - SRPC

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

### DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

#### IDENTIFICAÇÃO DO DRAA

Exercício do DRAA: 2024

Avaliação Atuarial Inicial:  Sim  Não

Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Previdenciário:

Nº da Nota Técnica Atuarial Vigente - Plano Financeiro:

Descrição:

Tipo do DRAA: Avaliação Atuarial Anual

Data da Avaliação: 31/12/2023

Data de Elaboração da Avaliação:

01/01/2024



- Documentos inseridos no apêndice Regime Previdenciário.

### 7. 2. 2. 1. RESULTADO ATUARIAL

O equilíbrio atuarial, conforme o art. 2º, inc. XVII, do Anexo VI, Portaria MTP n.º 1.467/2022, é definido de acordo com os termos a seguir transcritos:

Art. 2º Para os efeitos deste Anexo, considera-se:

(...)

XVII. a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

Assim, pode-se dizer que:

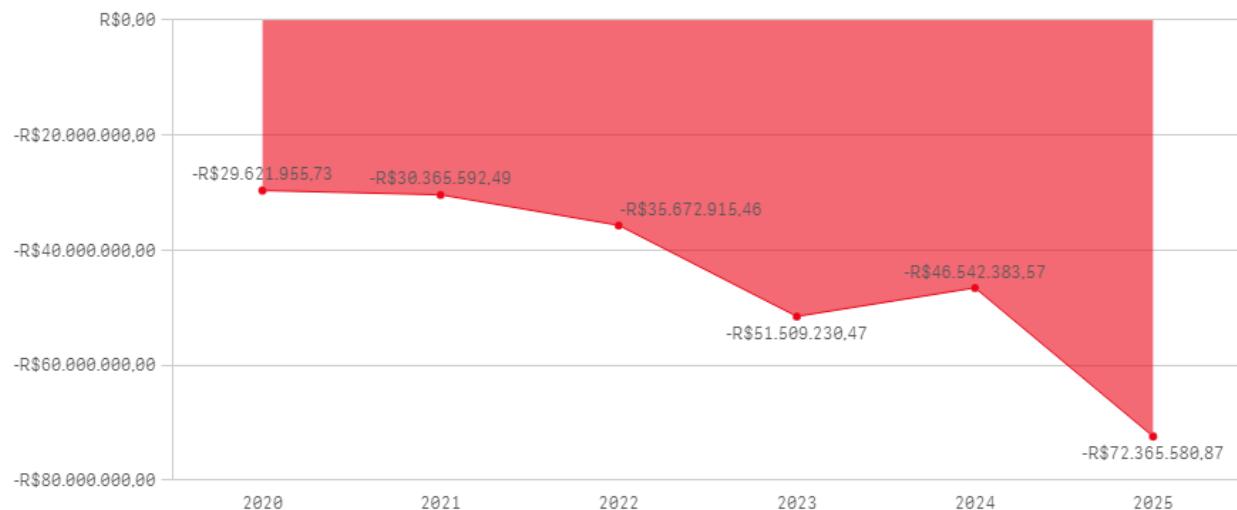
- Receitas estimadas = Obrigações (equilíbrio atuarial)
- Receitas estimadas > Obrigações (superávit atuarial)
- Receitas estimadas < Obrigações (déficit atuarial)

O déficit atuarial indica que o somatório das receitas atuais com as futuras é insuficiente para o pagamento dos compromissos com benefícios previdenciários, ao longo do tempo, necessitando de um plano de amortização para o equacionamento desse déficit.

O gráfico, a seguir, evidencia a evolução resultado atuarial dos últimos quatro exercícios:



#### Evolução do Resultado Atuarial



A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece diretrizes para a organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, enfatizando a importância do equilíbrio financeiro e atuarial. Um agravamento do resultado atuarial do município em relação ao exercício anterior pode ser interpretado como uma variação decorrente de mudanças nas hipóteses atuariais, aumento das despesas com benefícios, receitas insuficientes, gestão inadequada dos recursos, taxa de reposição de servidores, dentre outras causas. Essas variações devem ser devidamente acompanhadas de medidas corretivas e preventivas para garantir a sustentabilidade do RPPS a longo prazo.

O art. 55 da Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece como medidas a serem adotadas para o equacionamento do déficit atuarial:

Art. 55. No caso de a avaliação atuarial apurar deficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, que poderão consistir em:

I - plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - segregação da massa;



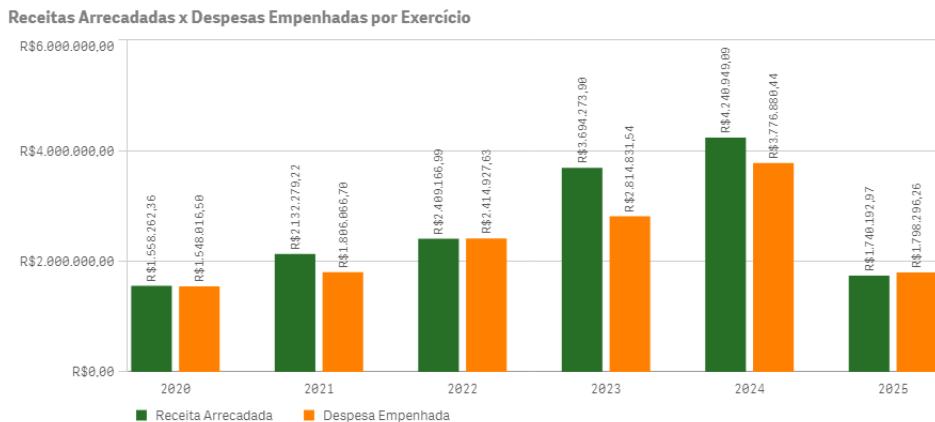
III - aporte de bens, direitos e ativos, observados os critérios previstos no art. 63; e

IV - adequações das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, na forma do art. 164.

§ 1º Complementarmente às medidas previstas no caput, devem ser adotadas providências para o aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios e para a melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do regime e identificação e controle dos riscos atuariais.

### 7. 2. 3. RESULTADO CORRENTE DOS RPPS

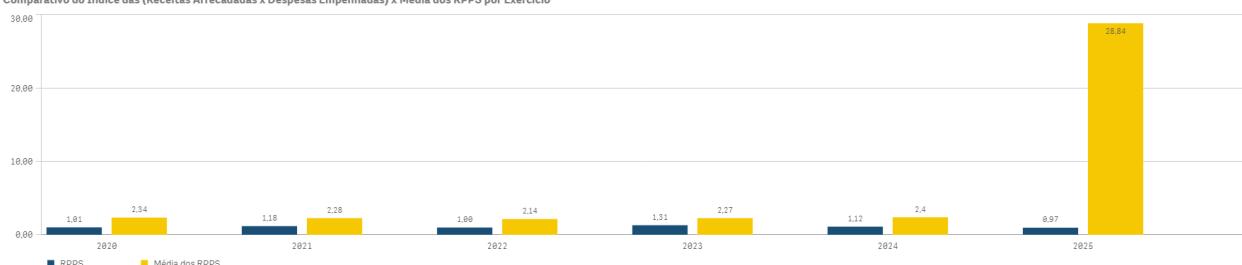
Apresenta-se, a seguir, o comparativo entre as receitas arrecadadas pelo RPPS e as despesas empenhadas, a fim de se demonstrar a composição do resultado corrente nos últimos exercícios:



Na comparação com os demais Regimes Próprios de Previdência Social, verifica-se a seguinte situação:



Comparativo do Índice das (Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas) x Média dos RPPS por Exercício \*



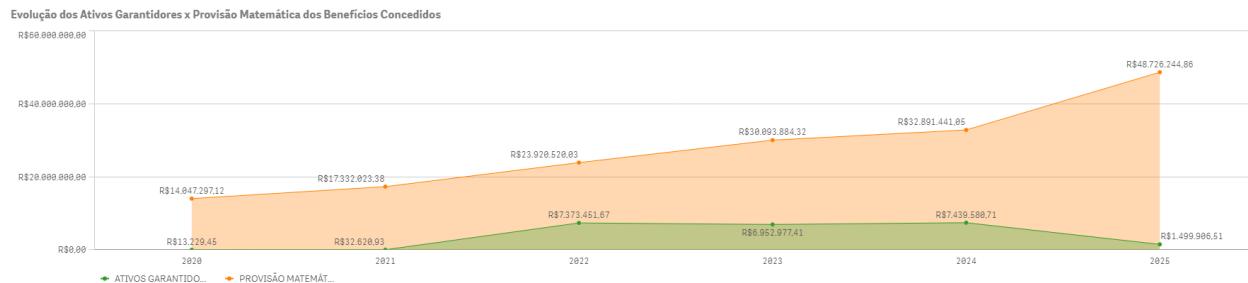
## 7. 2. 4. ÍNDICES DE COBERTURA

### 7. 2. 4. 1. ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

O índice de capacidade de cobertura dos benefícios concedidos é calculado com a informação do valor dos ativos garantidores, dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos, líquido das contribuições futuras dos benefícios concedidos e das compensações previdenciárias a receber, também, relativa a estes benefícios. Quanto maior o índice, maior a capacidade de capitalização de recursos suficientes para a cobertura do valor atual a ser pago aos participantes em pleno gozo dos benefícios.



Quando o índice é inferior a 1,00, o processo de capitalização ainda não cobriu sequer a provisão matemática dos benefícios concedidos (índice de 0,23 em 2024).



Observa-se que os ativos garantidores têm diminuído ao longo dos exercícios e, especialmente, em relação ao exercício anterior.

#### 7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS

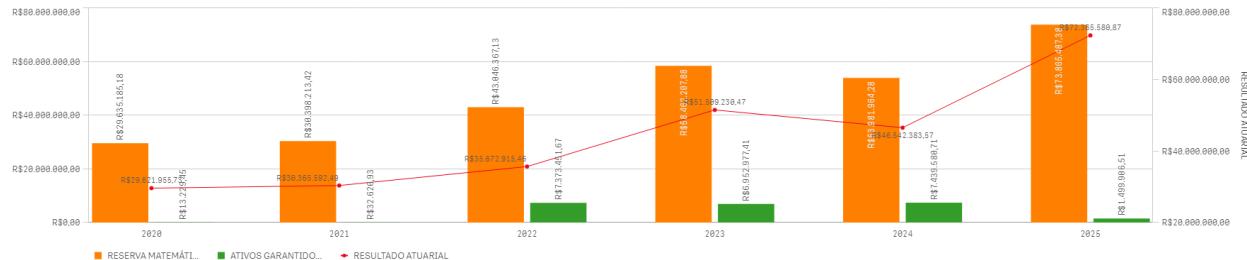
O índice de cobertura das reservas matemáticas é mensurado com a informação do valor dos ativos garantidores e dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos e a conceder, líquido das contribuições futuras desses benefícios e das compensações previdenciárias a receber. Do mesmo modo, quanto maior o índice, melhor se apresenta a capacidade do RPPS em capitalizar recursos suficientes para garantir a totalidade de seus compromissos futuros (cobertura dos benefícios concedidos e a conceder).



Neste caso, como o índice é inferior a 1,00, é importante frisar que o processo de capitalização ainda não cobriu sequer a provisão matemática dos benefícios concedidos (índice de 0,14 em 2024).



Evolução dos Ativos Garantidores x Resultado Atuarial x Reserva Matemática



1) Na análise do Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas do exercício de 2024 (0,14) e 2023 (0,12), verifica-se que houve um acréscimo na ordem de (0,02). LB99.

#### **Dispositivo Normativo:**

Caput do art. 40, da Constituição Federal; art. 1º, da Lei Federal 9.717/1998; §1º, do art. 1º, e art. 69 da LRF; e art. 25, da Portaria MTP nº 1.467/2022.

1.1) *Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial - LB99*

Critério de auditoria: Caput do art. 40, da Constituição Federal; art. 1º, da Lei Federal 9.717/1998; §1º, do art. 1º, e art. 69 da LRF; e art. 25, da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Evidências: DRAA – CADPREV e Avaliação Atuarial

## **8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS**

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da



Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira. (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional. - 13<sup>a</sup> ed., pág. 74).

## 8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não-financeiras e tem por objetivo demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Receitas Não-Financeiras - RNF ou Primárias: corresponde ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos, as receitas de privatização e aquelas relativas a superávits financeiros. Para evitar a dupla contagem, não devem ser consideradas como receitas não-financeiras as provenientes de transferências entre as entidades que compõem o Ente federativo.

Despesas Não-Financeiras - DNF ou Primárias: corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

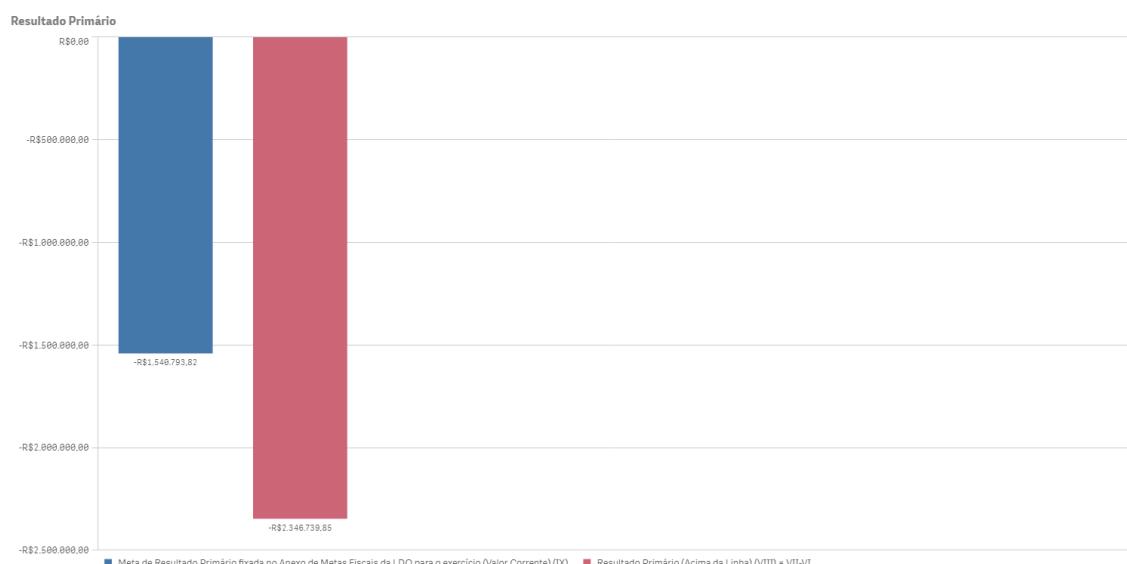
Déficits primários indicam parcela do aumento da Dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassaram as receitas não-financeiras. Superávits primários direcionados para o pagamento de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque da dívida líquida.

A meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2024 é de R\$ 1.540.793,82 (**déficit**) e o Resultado Primário alcançou o montante de R\$



2.346.739,85 (**déficit**), ou seja, o valor alcançado está **acima** da meta estipulada na LDO (o déficit foi maior que o previsto na LDO), conforme demonstra o Quadro 11.1 - Resultado Primário constante no Anexo 11 - Metas Fiscais.

Ressalta-se que se utiliza, para fins de análise, o Resultado “Acima da Linha”, ou seja, a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas). Essa metodologia permite a avaliação dos resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal.



1) Houve o descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2024. DA04.

#### Dispositivo Normativo:

Art. 9º, LRF

1.1) *Apresentar resultado primário (déficit) ainda maior que o previsto no texto da LDO, sem demonstrar que tomou medidas efetivas durante o exercício para redução do déficit previsto na LDO-2024. - DA04*

LDO - 2024 e Demonstrativos Contábeis.

## 9. POLÍTICAS PÚBLICAS



## 9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, essencial para o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos. As políticas públicas de educação são ações e programas implementados pelos governos federal, estadual e municipal visando assegurar o acesso à educação de qualidade para todos. Essas políticas visam não somente a universalização do ensino, mas também a melhoria contínua da qualidade educacional, a valorização dos profissionais da educação e a adequação da infraestrutura escolar.

Os municípios possuem responsabilidades prioritárias em relação às políticas públicas de educação. A Constituição Federal estabelece, no art. 211, § 2º que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, que abrange creches (que atendem bebês e crianças de até 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos).

Para a análise das Contas Anuais de Governo dos municípios de Mato Grosso priorizaram-se indicadores do exercício de 2024, que refletem a situação dos municípios no exercício analisado. Entretanto, há mais indicadores relevantes como Adequação da Formação Docente, Média de Alunos por Turma, Taxa de Distorção Idade-série, Taxas de Rendimento Escolar, e outros que até o fechamento deste tópico, não continham dados de 2024. Estes indicadores podem ser acessados no site do Inep (<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>).

### 9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS

O Censo Escolar é a principal ferramenta de coleta de informações sobre a educação básica no Brasil, sendo a mais importante pesquisa estatística educacional do país. Coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Censo Escolar é realizado anualmente em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, abrangendo todas as escolas públicas e privadas do território nacional.



A pesquisa estatística do Censo Escolar é dividida em duas etapas principais. A primeira etapa coleta dados sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa, realizada ao final do ano letivo, coleta informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos.

O objetivo do Censo Escolar é fornecer um panorama da situação educacional do país, permitindo a análise de diversos indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb), taxas de rendimento e fluxo escolar, e a distorção idade-série. Esses indicadores são fundamentais para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais, além de servirem de base para o planejamento e a distribuição de recursos governamentais.

A realização do Censo Escolar é obrigatória para todas as escolas, conforme regulamentado por instrumentos normativos que estabelecem prazos, responsabilidades e procedimentos para a coleta de dados.

De acordo com o Censo Escolar, em 2024 a quantidade de matrículas na rede pública municipal de **ARAGUAINHA** era:

Alunos Matriculados - Ensino Regular								
Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	0.0	0.0	21.0	0.0	76.0	0.0	0.0	0.0
Rural	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Alunos Matriculados - Educação Especial								
Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	0.0	0.0	0.0	0.0	5.0	0.0	0.0	0.0
Rural	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira



Dados do Censo Escolar 2024 - Planilhas no site <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>  
DOU Anexo I (ensino regular) e DOU Anexo II (educação especial)

## 9. 1. 2. IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado por meio da Portaria MEC n.º 931, de 21 de março de 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Ademais, sua relevância está reforçada em legislações posteriores, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei n.º 9.394/1996: estabelece a necessidade de avaliação do ensino e do desempenho escolar, o Decreto n.º 6.094/2007: define o IDEB como referência para monitoramento da qualidade da educação no Brasil e a Lei n.º 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE): fixa metas educacionais baseadas no IDEB.

O Ideb agrupa ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica.

Embora este indicador não englobe dados do exercício de 2024, ele foi trazido às Contas Anuais de Governo, pois os impactos dos indicadores da educação



geralmente demoram alguns anos para aparecerem de forma significativa, especialmente quando se referem a mudanças estruturais em políticas públicas, formação de professores, currículo ou gestão escolar. Educação é uma política de longo prazo. Entretanto, os dados aqui trazidos são informativos e não gerarão punição ao gestor neste relatório.

No último Ideb realizado, no ano de 2023, cuja divulgação ocorreu em 2024, o município de **ARAGUAINHA** atingiu os índices, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	Nota Município	Meta Nacional	Nota - Média MT	Nota - Média Brasil
Ideb - anos iniciais	4,4	6,0	6,02	5,23
Ideb - anos finais	0,0	5,5	4,8	4,6

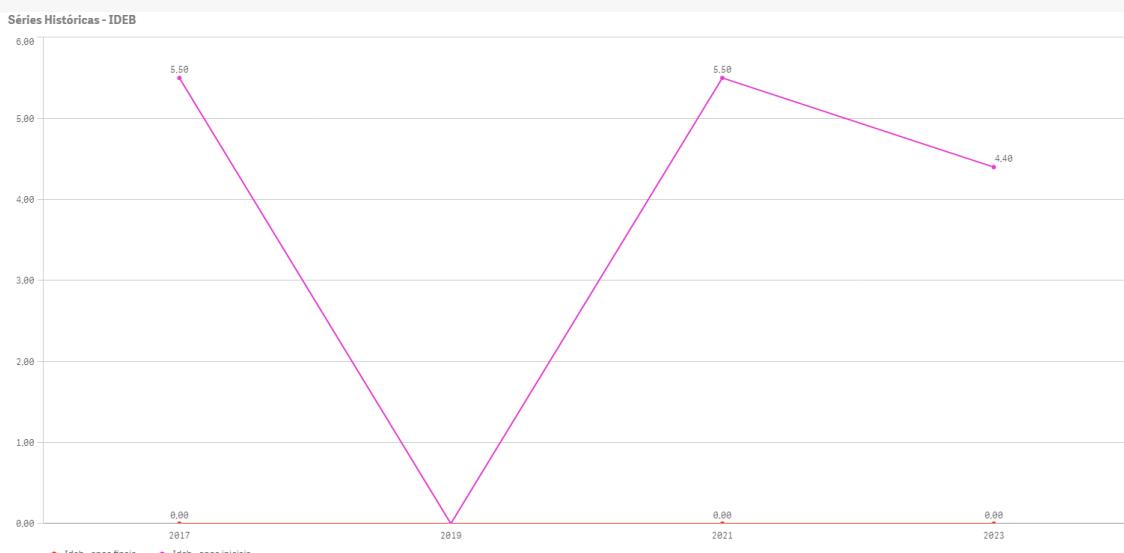
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Conforme demonstrado, o desempenho do município está **abaixo** da meta do Plano Nacional de Educação - PNE, bem como abaixo das médias MT e Brasil.

Abaixo apresenta-se o histórico da nota do Ideb do município das últimas 5 avaliações:

Descrição	2017	2019	2021	2023
Ideb - anos iniciais	5,5	0,0	5,5	4,4
Ideb - anos finais	0,0	0,0	0,0	0,0

Séries Históricas - IDEB





Conforme se observa, os índices revelam de maneira geral queda na nota Ideb ao longo dos últimos 8 anos no município, o que requer dos gestores, em conjunto com a comunidade escolar, **identificar as principais causas bem como as medidas necessárias para reverter a tendência, em busca de mais eficiência e efetividade na qualidade da educação municipal.**

Situação diferente da demonstrada no sítio da Prefeitura:



Referência Nacional: Em Brasília, prefeito Chiquinho recebe Selo Ouro Compromisso com a Alfabetização.



Municípios de Mato Grosso são contemplados com o Selo Ouro de Alfabetização.

Fonte: <https://araguainha.mt.gov.br/2025/02/12/referencia-nacional-em-brasilia-prefeito-chiquinho-recebe-selo-ouro-compromisso-com-a-alfabetizacao/>

### 9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT



A primeira infância (0 a 6 anos de idade) é a fase mais importante no desenvolvimento do ser humano, pois o que acontece nessa etapa gera impactos positivos ou negativos por todas a vida.

Esses anos iniciais marcam o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (art 29 c/c art 30 da Lei n.<sup>º</sup> 9.394 /1996)

Neste aspecto, as unidades de educação infantil desempenham um papel crucial para garantir o direito de acesso e de qualidade na educação, recebendo todos os estímulos necessários e a atenção para o seu desenvolvimento integral, neste período. (Lei n.<sup>º</sup> 8090/1990 - Estatuto da criança e do Adolescente).

Cita-se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1.008.166 (Tema 548 de Repercussão Geral), que considerou a responsabilidade do poder público de garantir a oferta de vagas em creches e pré-escolas para crianças até 5 anos de idade.

Registra-se, ainda, as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), especificamente a sua Meta 1, que consiste em atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE, bem como dois dos seus indicadores, o "1A", que previa a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade; e o "1B", que estabelece a ampliação e oferta de vagas em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o ano de 2024.

Diante desse cenário, considerando que as creches públicas são ambientes que contribuem diretamente no desenvolvimento físico, mental e cognitivo da criança, o TCE/MT, em conjunto com o GAEPE/MT, realizou diagnóstico para conhecer a realidade de cada município de MT quanto à existência de filas por vagas em creche e pré-escolas em MT, no ano de 2024.

De acordo com os dados declarados pelos gestores municipais de educação, o município de **ARAGUAINHA** apresentou os seguintes resultados:



Item	Resposta	Quantidade
Possui fila de espera por vaga em creche?	NÃO	0
Possui fila de espera por vaga em pré-escola?	NÃO	0
Possui obras de creches em andamento? Se sim, quantas vagas serão ampliadas?	NÃO INFORMADO	0
Possui obras paralisadas de creches?	NÃO	0

Resultados do questionário sobre creches e pré-escolas aplicado pelo GAEPE MT em 2024

Conforme se observa, os resultados revelam a inexistência, no ano de 2024, de crianças sem acesso e atendimento à educação na primeira infância.

A par da gravidade da situação, o TCE/MT elaborou uma Matriz de Risco a partir dos dados da pesquisa, identificando as situações mais críticas bem como os municípios que são os maiores responsáveis pela fila em MT, de modo a auxiliar na tomada de decisão pelos gestores, legisladores e demais formuladores e controladores da política de educação no estado, nas esferas estadual e municipal. A matriz pode ser acessada por meio do link:

[https://docs.google.com/spreadsheets/d/1k93H1puoRHW9Gk24y60Mcd27bXvewyrh/edit?usp=drive\\_link&ouid=107361362299863107312&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1k93H1puoRHW9Gk24y60Mcd27bXvewyrh/edit?usp=drive_link&ouid=107361362299863107312&rtpof=true&sd=true)

A matriz revela que o município de **ARAGUAINHA** não está no rol dos municípios com situações mais críticas, já que possuem fila de espera e ainda não há medidas concretas para eliminação da demanda.

## 9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE

A gestão ambiental eficiente é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos municípios e para a garantia de qualidade de vida da população. O



monitoramento de indicadores ambientais permite avaliar a efetividade das políticas públicas, orientar a tomada de decisão e assegurar o cumprimento da legislação vigente.

A utilização desses indicadores permite uma análise detalhada e precisa do desempenho ambiental dos municípios, facilitando a identificação de áreas que necessitam de melhorias e a implementação de ações corretivas. Além disso, são essenciais para a formulação de políticas públicas eficazes, promovendo a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das comunidades. Ao monitorar e avaliar continuamente esses indicadores, os gestores públicos podem tomar decisões informadas e estratégicas, contribuindo para um futuro mais sustentável e equilibrado.

O art. 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal, dispõe ser competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar as florestas, a fauna e a flora, cuja regulamentação se dá pela Lei Complementar n.º 140/2011 que, em seu art. 9º, dispõe sobre as ações administrativas de competência dos Municípios.

Ademais, a Lei n.º 12.651/2012 - Código Florestal estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais. Em seu art. 1º, parágrafo único, reforça a responsabilidade comum dos entes federativos e da sociedade civil na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa em áreas urbanas e rurais. Dessa forma, os municípios possuem papel ativo na fiscalização, implementação de políticas ambientais e de incentivo a práticas sustentáveis para a conservação de seus biomas.

Apresenta-se os seguintes indicadores ambientais:

#### 9. 2. 1. DESMATAMENTO

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibiliza, periodicamente, indicadores de desmatamento por meio dos sistemas PRODES e

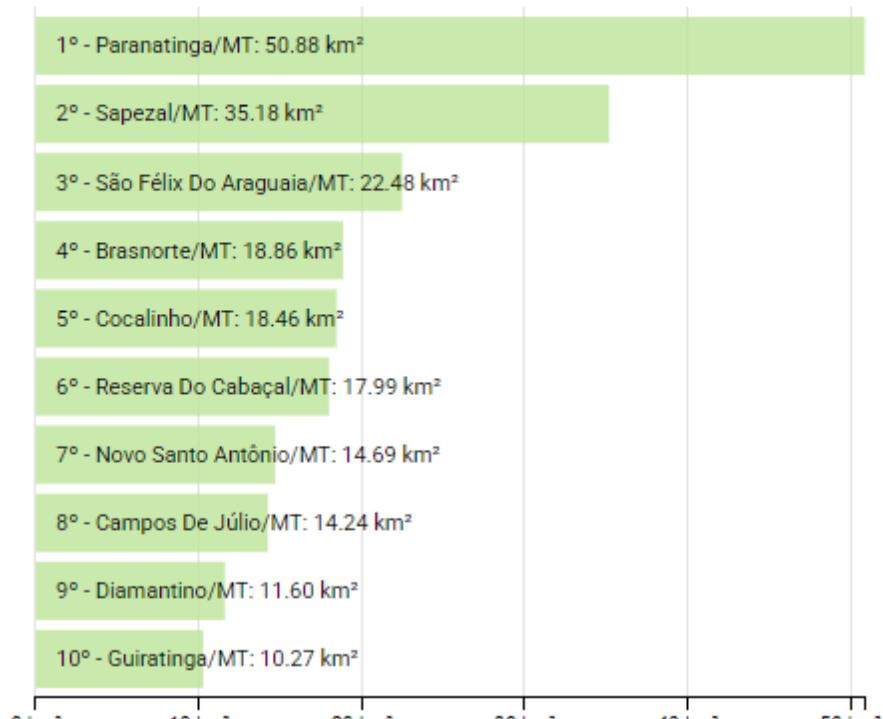


DETER. O PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) mede anualmente a taxa de desmatamento consolidada, fornecendo informações sobre a área desmatada e permitindo análises históricas da supressão da vegetação nativa. Já o DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real) é um sistema de alerta rápido que identifica desmatamentos em estágios iniciais, possibilitando ações imediatas de fiscalização.

A divulgação desses indicadores é fundamental para orientar políticas públicas, estratégias de combate ao desmatamento ilegal e planejamento territorial sustentável nos municípios.

No ranking Estadual dos Municípios com maior área desmatada, em 2024, o Município de **ARAGUAINHA**, não é listado (Bioma Cerrado):

#### Municípios com maior área de desmatamento



Fonte: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/biomes/amazonia-nb/daily/>



E no ranking nacional, o Município **ARAGUAINHA** não é listado.

### 9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA

De acordo com o INPE, os termos foco de queima, foco de calor, foco de queimada e foco de incêndio têm o mesmo significado no monitoramento, via satélite, e se referem à detecção de locais com queima de vegetação. Devido à impossibilidade de diferenciar pelo satélite se o fogo é controlado ou um incêndio descontrolado, algumas fontes preferem “fogo ativo”. O Programa Queimadas do INPE adota o termo “foco de queima”, pois a maioria das detecções ocorre em vegetação.

Ainda, segundo o INPE:

(...) “focos de queima” detectados por satélites são excelentes indicadores da queima da vegetação e não uma medida precisa e absoluta do que está ocorrendo na superfície. O número dos focos é diretamente relacionado à extensão queimada e permite comparações temporais e regionais da ocorrência de fogo na vegetação.

A Lei n.<sup>º</sup> 14.944, de 31 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, estabelecendo diretrizes para o seu manejo adequado e a prevenção de incêndios florestais no Brasil. Os municípios têm um papel fundamental na implementação dessa política, conforme previsão acerca de sua responsabilidade compartilhada na articulação e execução das ações relacionadas ao manejo do fogo.

Em seu art. 6<sup>º</sup>, § 2<sup>º</sup>, prevê a participação dos municípios no Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, instância consultiva e deliberativa vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, responsável por facilitar a articulação institucional e propor normas. Outrossim, a mencionada lei, no art. 17, ainda, prevê que os municípios que atuam no manejo integrado do fogo devem inserir informações no Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), garantindo a

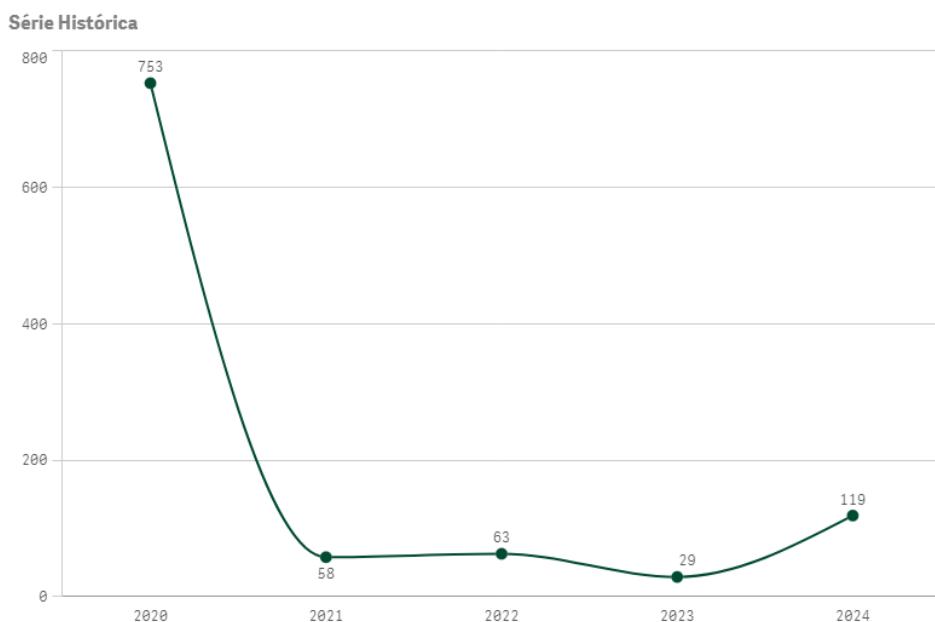


transparência e o compartilhamento de dados sobre incêndios florestais, queimas controladas e prescritas.

O artigo 21, por sua vez, estabelece os instrumentos para implementação dessa política, que visam promover o manejo integrado do fogo, a recuperação de áreas afetadas por incêndios florestais e a implementação de técnicas sustentáveis para a substituição gradual do uso do fogo como prática agrossilvipastoril. Esses objetivos são alcançados por meio de incentivos e investimentos em ações, estudos, pesquisas e projetos científicos e tecnológicos. Entre os instrumentos financeiros, mencionados no artigo 22, destacam-se as dotações orçamentárias dos municípios, que incentivam investimentos municipais em ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

O indicador de Foco de Queima, divulgado pelo INPE, apresentado no Radar de Controle Público do Meio Ambiente, auxilia na identificação e monitoramento de queima da vegetação, sendo uma ferramenta importante para ações preventivas e de combate. O sistema de detecção de focos de calor baseia-se na análise de imagens de satélite que captam emissões térmicas, permitindo que órgãos ambientais e de defesa civil ajam rapidamente para conter os incêndios.

Esse indicador é, especialmente, relevante para a gestão municipal, pois possibilita a implementação de medidas de mitigação, como campanhas educativas, criação de brigadas municipais de incêndio e a formulação de planos de resposta rápida.



Fonte: <https://radarmeioambiente.tce.mt.gov.br/extensions/radarmeioambiente/radarmeioambiente-painel.html>

### 9. 3. INDICADORES DE SAÚDE

No exercício de sua função de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) tem ampliado sua atuação para além da análise contábil e financeira, incorporando o monitoramento de indicadores estratégicos de saúde nas Contas de Governo. Essa iniciativa visa qualificar a avaliação da gestão municipal e promover a tomada de decisão baseada em evidências.

Os indicadores selecionados refletem aspectos fundamentais da política pública de saúde, como cobertura assistencial, qualidade do atendimento, vigilância epidemiológica e desfechos populacionais. Ao disponibilizar uma série histórica de cinco anos (2020-2024), o Tribunal permite a identificação de tendências e o diagnóstico da efetividade das ações implementadas, contribuindo também para o fortalecimento do controle social.



A análise concentra-se nos dados referentes ao exercício de 2024, que serve como base para as recomendações e conclusões deste relatório. Ainda que alguns dados estejam em fase de consolidação, os resultados apresentados possibilitam identificar avanços, estagnações ou retrocessos, apoiando os gestores na reorientação de suas políticas e no aprimoramento dos serviços ofertados à população.

Os critérios de classificação utilizados, ainda que não formalizadas por norma legal em alguns casos, são amplamente aceitos e respaldados por diretrizes técnicas nacionais e internacionais. Para garantir transparência e objetividade na avaliação, **as fontes oficiais e metodologias utilizadas para apuração dos dados** encontram-se detalhadas no **subtópico 9.3.6 - Fonte e Metodologia de Apuração dos Dados em Saúde - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.

**Os critérios utilizados para classificar cada indicador como de situação boa, média ou ruim** estão sistematizados no **subtópico 9.3.6.1 - Quadro de Referência Técnica para Classificação dos Indicadores de Saúde nas Contas de Governo - Exercício 2024 - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.

Adicionalmente, para fins de síntese avaliativa, foi adotado um critério de agrupamento proporcional que permite classificar o desempenho geral do município nos indicadores de saúde como **bom, regular ou ruim**, conforme detalhado no **subtópico 9.3.6.2 - Critério de Classificação da Situação Geral dos Indicadores de Saúde (Anexo Políticas Públicas de Saúde)**. Esse modelo proporciona uma visão integrada do cenário municipal, respeitando a diversidade dos indicadores analisados e orientando a gestão para ações de maior impacto.

Por fim, a análise de cada indicador tem como referência principal os dados de 2024, mas considera também a série histórica dos anos anteriores (2020 a 2023). Para o cálculo da média histórica, o auditor responsável deverá aplicar a seguinte metodologia: valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos** se informados oficialmente; **campos vazios** devem ser considerados **dados ausentes** e excluídos do cálculo. A média será obtida pela **soma dos valores válidos dividida pelo número de anos com dados disponíveis**, desconsiderando os anos sem informação. Essa abordagem assegura a comparabilidade dos dados e evita distorções em função da ausência de registros.



### 9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE

A análise de indicadores como mortalidade infantil, materna, por doenças crônicas, homicídios e acidentes de trânsito permite avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios. Esses dados revelam aspectos essenciais da gestão, como acesso, qualidade do cuidado e condições socioeconômicas locais.

#### 9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI

Taxa de Mortalidade Infantil - TMI	
Conceito	Proporção de óbitos em crianças menores de 1 ano de idade para cada 1000 nascidos vivos no mesmo período.
Interpretação	Estima o risco de um nascido vivo morrer antes de completar o primeiro ano de vida.
Aplicação	Permite aos gestores identificar áreas com maior incidência de mortalidade infantil, orientando intervenções para qualificar o pré-natal, o parto e os cuidados neonatais. Envolve a ampliação do acesso aos serviços, a capacitação das equipes de saúde e o incentivo à realização de partos seguros.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Infantil

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado				

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMI é considerada Alta (20 ou mais), Média (entre 10 e 19,99) e Baixa (<10) por 1000 nascidos vivos no mesmo período.

Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) é classificada como: não avaliado.



### 9.3.1.2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade Materna - TMM	
Conceito	Razão de óbitos femininos ocorridos durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação a cada 100 mil nascidos vivos.
Interpretação	Estima a frequência de óbitos femininos em idade fértil atribuídos a causas ligadas a gravidez, parto e puerpério, em relação ao total de gestações (representado pelo total de nascidos vivos)
Aplicação	Auxilia gestores a identificar falhas e melhorar os serviços de saúde materna, exigindo qualificação da assistência obstétrica, redução de cesarianas desnecessárias e ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Materna

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado				

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMM é considerada Alta (>110 por 100 mil nascidos vivos), Média (entre 70 e 110) e Baixa (<70).

Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Taxa de Mortalidade Materna (TMM) é classificada como: não avaliado.

### 9.3.1.3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO



**Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade Materna - TMM**

Conceito	Proporção de óbitos causados por agressões (causa básica CID-10 X85-Y09) a cada 100 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por homicídios e sua relevância como problema de saúde pública. Reflete fatores culturais, socioeconômicos e específicos da violência interpessoal, além de indicar condições da assistência médica e qualidade dos registros das ocorrências.
Aplicação	Orienta políticas e ações intersetoriais para reduzir a violência, refletindo desafios na segurança pública e desenvolvimento social. Exige abordagens integradas, incluindo inclusão social de jovens, combate à violência doméstica, fortalecimento das forças de segurança e ampliação da assistência às populações vulneráveis.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

**Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Homicídio**

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado				

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMH é considerada: Alta: > 30 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 30 e Baixa: < 10 (referência ideal OMS).

Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMH é classificada como: não avaliado.

**9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT**

**Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito - TMAT**

Conceito	Proporção de óbitos causados por acidentes de transporte (causa básica CID-10 V01-V99) a cada 100 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por acidentes de transporte, relacionado à insegurança, falta de educação no trânsito e consumo de álcool, afetando especialmente jovens do sexo masculino, com variações ligadas à qualidade da assistência médica. A TMAT é considerada: Alta: < 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.
Aplicação	Oferece subsídios para ações educativas, melhoria da infraestrutura viária e reforço na fiscalização, visando reduzir acidentes de trânsito. Destaca a importância da educação desde a infância, fiscalização intensificada, modernização das vias, programas de mobilidade segura e controle de fatores como consumo de álcool e excesso de velocidade.
	Numerador: SIM-DATASUS



**Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito - TMAT**

Fonte	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado				

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMAT é considerada: Alta: < 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.

Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMAT é classificada como: não avaliado.

### 9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA

Os indicadores de acesso e cobertura em saúde avaliam a capacidade do sistema em garantir atendimento adequado à população nos diferentes níveis de atenção. Esses parâmetros refletem o alcance e a organização dos serviços básicos de saúde, como atenção primária, vacinação, disponibilidade de profissionais e infraestrutura hospitalar. Altos níveis de cobertura tendem a melhorar a prevenção, reduzir a sobrecarga hospitalar e ampliar a resolutividade do cuidado. Por outro lado, déficits nesses indicadores revelam desigualdades de acesso e demandam ações estruturantes por parte da gestão municipal.

A análise a seguir apresenta os principais indicadores dessa dimensão, com base na série histórica 2020-2024 e ênfase nos resultados do exercício de 2024.

#### 9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB



Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura da Atenção Básica - CAB	
Conceito	A <b>Cobertura da Atenção Básica (CAB)</b> representa a estimativa percentual da população residente em um território que potencialmente tem acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde, por meio de equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou de Atenção Primária (eAP) registradas no Sistema Único de Saúde (SUS). É um dos principais indicadores de acesso da população aos cuidados essenciais em saúde.
Interpretação	O indicador de cobertura populacional estimada na Atenção Básica atualmente é utilizado para o monitoramento do acesso aos serviços de Atenção Básica, com vistas ao fortalecimento do planejamento do SUS.
Aplicação	Permite identificar áreas com baixa cobertura, orientando a expansão dos serviços de saúde. A ampliação requer novas UBS em regiões desassistidas, horários estendidos e fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), melhorando o acesso ao atendimento primário e reduzindo a sobrecarga hospitalar.
Fonte	Numerador: CNES Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

### Série Histórica dos indicadores de Cobertura da Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
317,1	330,0	300,6	300,6	298,2

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A CAB É calculada com base no número de equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP) ativas e parametrizadas, em relação à população estimada pelo IBGE. Sua classificação considera como alta (adequada) a cobertura acima de 80%, média entre 50% e 80%, e baixa quando inferior a 50%.

Nesse sentido, tem-se que, com base nos dados do Município **ARAGUAINHA**, a situação quanto à CAB é: boa

A cobertura da atenção básica está em nível satisfatório, garantindo acesso ampliado à rede primária de saúde. Recomenda-se a continuidade da expansão territorial e qualificação das equipes de saúde da família.



### 9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura Vacinal - CV	
Conceito	Percentual da população contemplado com doses de imunizantes do calendário vacinal em relação ao total da população para a mesma faixa etária, multiplicado por 100.e.
Interpretação	Quanto maior melhor, uma maior cobertura reflete uma população com melhor bloqueio para a circulação do agente infeccioso.
Aplicação	Orienta campanhas de vacinação e identificação de grupos vulneráveis, prevenindo surtos e doenças imunopreveníveis. Sua ampliação exige conscientização educativa, descentralização dos pontos de vacinação e oferta ampliada nos serviços de saúde, incluindo horários estendidos e estratégias móveis para atingir maior cobertura.
Fonte	Numerador: PNI Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

#### Série Histórica dos indicadores de Cobertura Vacinal

2020	2021	2022	2023	2024
163,0	113,3	100,0	96,9	156,7

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Cobertura Vacinal (CV), para a maioria das vacinas, tem meta de cobertura de 90% a 95%.

Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da CV Geral é classificada como: boa.

A cobertura vacinal no município atingiu os patamares recomendados, contribuindo para o controle de doenças imunopreveníveis. É fundamental manter estratégias eficazes de vacinação e comunicação social.



### 9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH

Indicador de Acesso e Cobertura: Número de Médicos por Habitante - NMH	
Conceito	Razão de profissionais médicos por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica.
Aplicação	Facilita o planejamento da distribuição de médicos e a identificação de áreas com escassez, assegurando atendimento equitativo. Pode ser ampliada com incentivos à fixação profissional em regiões remotas, expansão da telemedicina e parcerias com instituições de ensino para capacitação médica alinhada às necessidades locais.
Fonte	Numerador: CNES Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

#### Série Histórica dos indicadores de Número de Médicos por Habitantes

2020	2021	2022	2023	2024
1,1	1,1	1,0	1,0	2,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

O NMH é considerado: Alto (acima de 2,5 médico por 1 mil habitantes - Acima da Média Nacional), Médio (entre 1,0 e 2,5 - Zona Intermediária) e Baixo (Abaixo de 1,0 - déficit de cobertura).

Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA**e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da NMH é classificada como: médio.

O número de médicos por habitante manteve-se estável (zona intermediária), mas ainda abaixo do ideal em algumas áreas. É necessário adotar estratégias para melhorar a distribuição e ampliar a cobertura em regiões com déficit.

### 9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE



Os indicadores de qualidade apresentados nesta seção permitem avaliar a efetividade dos serviços ofertados no âmbito da atenção básica, especialmente em relação à capacidade de prevenir hospitalizações evitáveis e de acompanhar adequadamente o pré-natal. Mais do que mensurar a cobertura, esses indicadores revelam a capacidade do sistema municipal de saúde em garantir cuidado contínuo, acesso oportuno e intervenções eficazes.

Altas proporções de internações por condições sensíveis à atenção primária e baixa realização de consultas pré-natais adequadas sugerem falhas na organização e desempenho da rede de serviços, exigindo revisão das estratégias de gestão e fortalecimento da atenção básica. A seguir, apresentam-se os dois principais indicadores de qualidade selecionados, com base na série histórica de 2020 a 2024 e foco nos dados mais recentes do exercício de 2024.

### 9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica - ICSAP	
Conceito	Percentual de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por condições sensíveis à atenção primária em relação ao número total de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Revela o resultado das ações e serviços de promoção da saúde, prevenção de riscos, e do diagnóstico e tratamento precoces. Mensura, de forma indireta, a avaliação da atenção primária e a eficiência no uso dos recursos. Em síntese, o ICSAP mede o percentual de internações hospitalares que poderiam ser evitadas por ações eficazes da Atenção Básica, como prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado de doenças comuns. Altas proporções indicam falhas na resolutividade da APS.
Aplicação	Facilita a avaliação da resolutividade e efetividade da Atenção Primária à Saúde (APS), orientando o planejamento de ações para reduzir hospitalizações evitáveis. Sua melhoria envolve o fortalecimento da APS, ampliação do acesso aos serviços primários, capacitação das equipes multiprofissionais e implementação de estratégias que garantam diagnóstico e tratamento oportunos, reduzindo internações desnecessárias e otimizando recursos.
Fonte	Numerador: CNES Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)



## Série Histórica dos indicadores de Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
21,1	17,9	5,7	8,7	7,7

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

O ICSAP é considerado Alto (acima de 30% - Indicativo de baixa resolutividade da Atenção Básica), Médio (entre 15% e 30% - Situação intermediária) e Baixo (desejável) (abaixo de 15% - Boa atuação da APS na prevenção de internações).

Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação do ICSAP é classificado como: boa.

A proporção de internações por condições sensíveis à atenção básica é baixa, indicando boa resolutividade da atenção primária. É importante manter os investimentos em ações preventivas e acompanhamento ambulatorial.

### 9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas	
Conceito	Percentual de gestantes que realizaram o número recomendado de consultas pré-natais do total de nascidos vivos (seis ou mais consultas de pré-natal, com início até a 12ª semana de gestação) em relação ao total de nascidos vivos com informações disponíveis, multiplicado por 100.
Interpretação	Demonstra a capacidade de oferta de consultas médicas e do acompanhamento pré-natal entre os nascidos vivos, quanto maior melhor.
Aplicação	Facilita a avaliação e o planejamento da assistência pré-natal, orientando ações para ampliar o acesso das gestantes às consultas recomendadas. A melhoria envolve qualificação das equipes de saúde, fortalecimento da rede de atenção primária, busca ativa das gestantes com acompanhamento irregular e ações educativas sobre a importância do pré-natal, visando garantir maior cobertura e qualidade na atenção à gestante e ao recém-nascido.
Fonte	Numerador: SINASC Denominador: SINASC
Divulgação	Mensal
Endereço	



**Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas**

eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

**Série Histórica dos indicadores de Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas**

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado				

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas é considerada Alta (adeuada) quando o percentual for  $\geq 60\%$  (Meta do Previne Brasil), Média entre 40% a 59,9% (situação intermediária) e Baixa (inadequada) que é  $< 40\%$ .

Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas é classificado como: não avaliado.

#### **9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS**

Os indicadores epidemiológicos permitem monitorar o perfil de adoecimento da população, fornecendo subsídios para ações de prevenção, controle e resposta a surtos e doenças transmissíveis. Avaliam, sobretudo, a efetividade da vigilância em saúde, a cobertura das ações de diagnóstico e a capacidade de resposta dos serviços públicos.

Diferentemente de outros indicadores, taxas elevadas podem refletir um sistema de vigilância atuante e sensível, enquanto valores muito baixos, em alguns casos, podem indicar subnotificação ou falhas na identificação precoce. Dessa forma, é essencial interpretar esses indicadores à luz do contexto local, sazonalidade e estrutura da rede de atenção à saúde.



A seguir, apresentam-se os principais indicadores epidemiológicos utilizados na avaliação das contas públicas municipais, com base na série histórica de 2020 a 2024, destacando os dados do exercício de 2024.

#### 9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES

Indicador Epidemiológico: Prevalência de Arboviroses	
Conceito	Proporção de casos confirmados de Dengue, Chikungunya e Zika em relação ao total da população, multiplicado por 100 mil habitantes.
Interpretação	Revela o risco da população ser infectada e desenvolver sintomatologia condizente com o quadro clínico diagnóstico dessas doenças infecciosas.
Aplicação	Orienta ações para controle das arboviroses, incluindo intensificação das estratégias de prevenção, monitoramento ambiental e epidemiológico, fortalecimento das ações educativas e melhoria das condições de saneamento básico, visando reduzir o risco de surtos e epidemias.
Fonte	Numerador: SINAN Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Dengue

2020	2021	2022	2023	2024
528,5	110,0	4408,8	2605,2	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção Chikungunya

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	397,6

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Prevalência de Arboviroses é considerada Baixa (menor que 100) - Situação controlada; Média (100 a 299) - Alerta intermediário; Alta (300 a 499) - Alta transmissão; e Muita Alta/Epidêmica (500 ou mais) - Situação epidêmica.



Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Prevalência de Arboviroses é: não avaliado em 2024 (dengue) e alta para Chikungunya.

A elevada prevalência de arboviroses indica falhas no controle de vetores e na prevenção. É urgente intensificar ações integradas de vigilância, saneamento e mobilização social para conter a transmissão.

#### 9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase por 100 mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado (CID-10 A30).
Interpretação	Estima o risco de ocorrência de casos novos da doença, refletindo níveis de exposição ao bacilo causador ( <i>Mycobacterium leprae</i> ) e indicando as condições socioeconômicas e assistenciais locais.
Aplicação	Facilita o planejamento de ações para o controle da hanseníase, exigindo fortalecimento das equipes de atenção primária, campanhas de diagnóstico precoce, capacitação profissional e melhoria das condições socioeconômicas e de vida da população.
Fonte	Numerador: SINAN Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase

2020	2021	2022	2023	2024
105,7	220,0	Não Informado	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Detecção de Hanseníase é considerada Muito Forte ( $\geq 40$ ) - Forte transmissão comunitária; Alta (20,00 a 39,99) - Endemia relevante; Média (10,00 a 19,99) - Situação intermediária; e Baixa (2,00 a 9,99) - Controle Razoável e Muito baixa (<2,00) - Meta da OMS, todos por 100 mil habitantes.



Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Taxa de Detecção de Hanseníase: não avaliado.

#### 9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase em pessoas menores de 15 anos (CID-10 A30), a cada 100 mil habitantes da mesma faixa etária.
Interpretação	Indica a existência de transmissão ativa e descontrole da doença, sugerindo fragilidades na vigilância epidemiológica e no sistema de saúde.
Aplicação	Orienta ações específicas para interromper a cadeia de transmissão, com estratégias intensificadas de diagnóstico precoce, acompanhamento familiar, capacitação das equipes e fortalecimento da vigilância epidemiológica, especialmente em áreas mais vulneráveis.
Fonte	Numerador: SINAN Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos

2020	2021	2022	2023	2024
0,0	0,0	Não Informado	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos é considerada Muito Alta ( $\geq 10$ ) - Transmissão intensa e recente; Alta (5,00 a 9,99) - Endemia relevante para crianças; Média (2,5 a 4,99) - Sinal de transmissão ativa; Baixa (0,50 a 2,49) - Situação Controlada e Muito baixa/eliminação ( $<0,50$ ) - Indicador de interrupção da cadeia de transmissão.

Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Taxa de



Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos: não avaliado.

#### 9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE

Indicador Epidemiológico: Percentual de Casos de Hanseníase Grau 2 de Incapacidade	
Conceito	Proporção de casos novos de hanseníase diagnosticados já com grau 2 de incapacidade física em relação ao total de casos novos, multiplicado por 100.
Interpretação	Revela a gravidade dos casos diagnosticados, refletindo falhas no diagnóstico precoce e nas ações preventivas e assistenciais.
Aplicação	Subsidia o planejamento para ampliar estratégias de diagnóstico precoce, prevenção das incapacidades, capacitação das equipes de saúde e melhoria do acompanhamento dos pacientes, reduzindo sequelas e promovendo qualidade de vida.
Fonte	Numerador: SINAN Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade

2020	2021	2022	2023	2024
0,0	0,0	Não Informado	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Segundo a OMS/MS, a classificação de grau de incapacidade varia de grau 0 a 2, sendo 0 (zero) - sem comprometimento neural evidente; 1 (um) - perda de sensibilidade em mãos, pés ou olhos e 2 (dois) - deformidades ou incapacidades visíveis (ex. retração de mão, úlcera plantar, lagofalmo).

O Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade considera como Muito Alta ( $\geq 10\%$ ) - Diagnóstico muito tardio; Alta (5% a 9,99%) - Situação preocupante; Média (1% a 4,9%) - Alerta moderado; Baixa (<1%) - Boa detecção precoce.



Com base nos dados do Município de **ARAGUAINHA** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto ao Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 é: não avaliado.

### 9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL

Não foi possível analisar adequadamente os indicadores estratégicos de saúde considerando a ausência de informação sobre os mesmos, demonstrando um cenário crítico na gestão da saúde municipal, com desempenho **insatisfatório** em múltiplas dimensões avaliadas.

Os dados revelam fragilidades na estrutura da rede assistencial, baixa resolutividade da atenção primária, falhas na vigilância epidemiológica e carência de ações efetivas de prevenção.

São necessárias medidas corretivas urgentes, priorizando a ampliação da cobertura, a qualificação das equipes, o controle de agravos e o fortalecimento da gestão baseada em evidências e o mais importante, envio das informações ao sistema DATASUS.

### 9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE

Os dados utilizados na análise dos indicadores de saúde municipal foram extraídos e tratados com base em microdados oficiais disponibilizados por sistemas públicos nacionais de informação em saúde, especialmente aqueles gerenciados pelo Ministério da Saúde e acessíveis via DATASUS, OpenDATASUS, TABNET e bases do IBGE. A série histórica contempla os exercícios de 2020 a 2024, com prioridade para os dados do exercício de 2024.

A extração, tratamento, padronização e cálculo dos indicadores foram automatizados por meio de scripts desenvolvidos em linguagem R, seguindo critérios



metodológicos uniformes, descritos detalhadamente no documento interno “Metodologia Indicadores Municipais”. As bases de origem incluem, entre outras:

- SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
- SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
- SIH - Sistema de Informações Hospitalares
- SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
- SIVEP-Gripe, CNES, TABNET, OpenDATASUS e base IBGE

Para cada indicador, foram adotados critérios específicos de cálculo, respeitando normas técnicas como a Portaria SAS/MS nº 221/2008 e classificações CID-10 conforme orientações do MS e da OMS. A apuração dos dados considera o município de residência e utiliza identificadores padronizados de código IBGE.

Em casos de ausência de informação para determinado ano, o campo foi considerado como dado ausente e excluído do cálculo da média histórica. Valores informados como zero foram mantidos, desde que constassem nas bases oficiais. O cálculo da média histórica segue a seguinte fórmula-padrão, a ser aplicada pelo analista ou auditor:

Média histórica = Soma dos valores válidos / Número de anos com dado disponível.

Esta metodologia visa garantir transparência, comparabilidade e equidade na avaliação dos municípios, sendo replicável e auditável. O procedimento técnico encontra-se documentado com versionamento e scripts arquivados no repositório interno do TCE-MT, podendo ser acessado para fins de verificação metodológica sempre que necessário.

#### 9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE

Este quadro apresenta os critérios utilizados para classificar os indicadores de saúde como de situação **boa (adequada)**, **média (intermediária)** ou **ruim (inadequada)**, com base em diretrizes técnicas de organismos nacionais e



internacionais como o **Ministério da Saúde (MS)**, a **Organização Mundial da Saúde (OMS)** e outros documentos de referência oficial.

Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Boa: < 10% Média: 10 a 19,99% Ruim: =20%	OMS, MS, Unicef
Taxa de Mortalidade Materna (TMM)	Boa: < 70/100 mil Média: 70 a 110 Ruim: > 110	ODS/OMS/MS
Mortalidade por Homicídios (TMH)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 30 Ruim: > 30	OMS
Mortalidade por Acidentes de Trânsito (TMAT)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 20 Ruim: > 20	OMS, MS
Cobertura da Atenção Básica (CAB)	Boa: > 80% Média: 50% a 80% Ruim: < 50%	e-Gestor AB/MS
Cobertura Vacinal (CV)	Boa: = 90% a 95% Média: abaixo da meta Ruim: muito abaixo	PNI/S
Nº de Médicos por Habitante (NMH)	Boa: = 2,5/1.000 hab. Média: 1,0 a 2,49 Ruim: < 1,0	CFM, OMS
IC SAP (Internações por Condições Sensíveis à APS)	Boa: < 15% Média: 15% a 30% Ruim: > 30%	MS, estudos técnicos sobre APS
Consultas Pré-Natal Adequadas	Boa: = 60% Média: 40% a 59,9% Ruim: < 40%	Programa Previne Brasil/MS
Prevalência de Arboviroses	Boa: < 100/100 mil Média: 100 a 299 Alta: 300 a 499 Muito Alta: = 500	MS (vigilância epidemiológica)
Detecção de Hanseníase (geral)	Boa: < 10 Média: 10 a 19,99 Alta: 20 a 39,99 Muito Alta: = 40 por 100 mil hab.	OMS, MS
Hanseníase em < 15 anos	Boa: < 0,5 Média: 0,5 a 2,49 Alta: 2,5 a 9,99 Muito Alta: = 10 por 100 mil	OMS, MS
Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade	Boa: < 1% Média: 1% a 4,9% Alta: 5% a 9,99% Muito Alta: = 10%	OMS, MS



A avaliação dos indicadores de saúde tem como base principal os dados do exercício de 2024, por refletirem a situação mais recente da gestão municipal. Contudo, dada a natureza dinâmica e sensível da área da saúde, considerou-se também a série histórica dos últimos cinco anos (2020 a 2024) como elemento complementar para análise de tendência, estabilidade ou regressão dos resultados.

Para fins de cálculo da média histórica, o auditor deverá considerar as seguintes diretrizes:

Valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos**, desde que informados nos sistemas oficiais, por representarem uma situação efetivamente monitorada (mesmo que sem ocorrência).

Campos **vazios ou não preenchidos** devem ser considerados como **dados ausentes**, sendo excluídos do denominador da média.

A **fórmula recomendada** para o cálculo da média histórica consiste na soma dos valores válidos informados dividida pelo número de exercícios com dado disponível, desconsiderando os anos sem informação.

Essa metodologia deve ser aplicada pelo analista responsável no momento da apuração dos dados, assegurando que a ausência de registros não comprometa a média histórica nem penalize o município por eventual falha de reporte. Os indicadores com dados incompletos deverão ser analisados com a devida ressalva quanto à confiabilidade da tendência histórica.

#### 9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES

Para fins de análise integrada, o desempenho geral do município nos indicadores de saúde avaliados foi classificado em três categorias: Boa, Regular e Ruim. Essa classificação considera o percentual de indicadores que se enquadram na faixa de “Situação Boa”, conforme os critérios técnicos previamente estabelecidos. A categorização obedece aos seguintes parâmetros:



- **Situação Ruim:** até 25% dos indicadores avaliados classificados como “Boa”;
- **Situação Regular:** mais de 25% e até 75% dos indicadores classificados como “Boa”;
- **Situação Boa:** mais de 75% dos indicadores classificados como “Boa”.

Essa métrica permite uma visão global da gestão municipal em saúde no exercício analisado, respeitando as especificidades de cada indicador individualmente, mas orientando a tomada de decisão a partir de um referencial sintético e objetivo.

## 10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) postula o equilíbrio das contas públicas por meio de uma gestão responsável que evite o endividamento público não sustentável. Em relação ao último ano de mandato do gestor, a LRF tem regras e proibições específicas.

No caso de Araguainha o gestor Francisco Gonçalves Naves foi **reeleito** com 77,91% dos votos (878 votos).

### 10. 1. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDAS NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO

Ao titular de Poder ou Órgão é vedado contrair despesas nos últimos 8 meses do último ano de mandato que não possam ser cumpridas de forma integral dentro do exercício financeiro ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito.

Ressalta-se que as despesas e encargos compromissados a pagar até o final do exercício são utilizados para determinação da disponibilidade de caixa, conforme previsto no parágrafo único do art. 42 da LRF.



1) Não foram contraídas obrigações de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade financeira para seu pagamento (art. 42, caput, e parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000).

Fonte: doc. digital nº 619.733/2025 - página 116.

## 10. 2. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO

A contratação de operação de crédito é vedada nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

São exceções a essa regra:

1. O refinanciamento da Dívida Mobiliária;
2. As operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou Ministério da Fazenda, até 120 dias antes do final do mandato.

1) Não houve a contratação de operação de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Município (art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001).

Fonte: Sistema APLIC - Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada / Não houve movimentação de dívida (emissão) em 2024.

## 10. 3. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO

De acordo com o art. 21, II da LRF é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato



do titular do Poder Executivo.

A vedação prevista no artigo 21, IV, a, da LRF incide sobre o ato de aprovação de lei expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato que implique em aumento da remuneração dos agentes públicos, independentemente da data em que o respectivo projeto de lei foi proposto ou colocado em pauta para apreciação legislativa, com base na jurisprudência do TCE-MT -Resolução Consulta n.<sup>º</sup> 21/2014-TP e Acórdão n.<sup>º</sup> 1.784/2006.

Não se encontra vedada pelo art. 21, IV, a, da LRF, a edição de atos vinculados e decorrentes de direitos já assegurados constitucionalmente ou legalmente, ou provenientes de situações jurídicas consolidadas antes do período de vedação, independentemente do momento em que tenham sido expedidos.

1) Não foi expedido ato de que resulte em aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato e/ou preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final de mandato. (Art. 21, II e IV, “a”, da Lei Complementar nº 101/2000 e/ou Art. 21, III e IV, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000).

Doc. digital nº 619.733/2025 - página 116 (declaração firmada pela Controladora Interna e Gestor).

## 11. PRESTAÇÃO DE CONTAS

### 11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar nº 269/2007.



As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte ao prazo estabelecido no art. 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa n.º 10/2008-TCE/MT-TP).

A Resolução Normativa n.º 03/2020 - TCE/MT-TP, em seu art. 1º, XI determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, conforme informações/documentos detalhados no leiaute do Anexo 1 desse normativo.

Além disso, a Orientação Normativa n.º 04/2016, do Comitê Técnico deste Tribunal de Contas, prescreve que a elaboração dos relatórios de contas de governo dos Poderes Executivos Municipais deve ser realizada por meio do sistema Conex-e, com base nas informações mensalmente encaminhadas por meio do sistema Aplic.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos envios de informações e documentos, referentes ao exercício de 2024, ressalta-se que os envios intempestivos serão objeto de RNI em momento oportuno, cabendo neste processo apenas a apuração quanto a prestação de contas de governo.

## Contabilidade

	Compet...	Prazo	Prazo...	1º envio	Último envio	Situação	Dias e...	Controlep
	Maio	01/0...		09/07/202...	13/04/202...	ENVIADO FORA DO PRAZO	8	0
	Junho	31/0...		08/08/202...	14/04/202...	ENVIADO FORA DO PRAZO	8	0
	Julho	02/0...		20/09/202...	14/04/202...	ENVIADO FORA DO PRAZO	18	0
	Agosto	30/0...		01/10/202...	14/04/202...	ENVIADO FORA DO PRAZO	1	0
	Setembro	31/1...		01/11/202...	14/04/202...	ENVIADO FORA DO PRAZO	1	0
	Outubro	10/1...		24/12/202...	14/04/202...	ENVIADO FORA DO PRAZO	14	0
	Novembro	03/0...		30/01/202...	20/04/202...	ENVIADO NO PRAZO		0
	Dezembro	10/0...		21/04/202...	24/04/202...	ENVIADO FORA DO PRAZO	42	0
	Encerra...	17/0...		21/04/202...	25/04/202...	ENVIADO FORA DO PRAZO	35	0
•	Contas ...	16/0...		28/04/202...	28/04/202...	ENVIADO FORA DO PRAZO	12	2
	PPA					NÃO SE APLICA		0
►	LDO	29/0...		20/02/202...	20/02/202...	ENVIADO FORA DO PRAZO	22	1
►	LOA	29/0...		29/05/202...	29/05/202...	ENVIADO FORA DO PRAZO	121	1



1) O Chefe do Poder Executivo não encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e conforme a Resolução Normativa n.º 16/2021. MB04.

Data do envio: 28 de abril de 2025

**Dispositivo Normativo:**

Art. 170 da Resolução Normativa nº 16/2021 e Art. 209, caput e §1º, da Constituição do Estado

1.1) *Enviar a carga relativa às Contas de Governo fora do prazo. - MB04*

Data do recebimento: 28/04/2025 17:38:39 / Protocolo nº 200181-0/2025 (Control-p)

2) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF.



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

"Transparéncia é o nosso Compromisso" Administração 2025/2026

CNPJ: 00.073.136/0001-21

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

Em atendimento aos dispostos Constitucionais, e com supedâneo nas Leis; 4.320/64 e suas alterações, Lei 101/2000 e o art. 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso, torna-se público que as Contas da Câmara Municipal de Araguainha-MT, referente ao exercício de 2024, encontra-se a disposição dos contribuintes deste Município, pelo o prazo de 60 dias a contar do dia 15 de Fevereiro á 20 de Abril/2025.



Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araguainha-MT, em 14 de fevereiro de 2025.

Luiz Cláudio de Souza  
Presidente

3) O poder executivo não contratou solução tecnológica para a implantação do SIAFIC no âmbito do município, nos termos do Decreto nº 10.540/2020.

## 12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Orientação Normativa n.º 02/2016 TCE/MT, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização julgados do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Assim, segue abaixo quadro contendo o Resultado dos Processos de Fiscalização, incluindo os processos de RNI e RNE:

Processos		Descrição do Processo	Houve Julgamento
Assunto	Número		
Resultado dos Processos de Fiscalização			
MONITORAMENTO	1803247/2024	MONITORAMENTO REFERENTE AS DETERMINACOES/RECOMENDACOES: 31322	Determinação cumprida e processo arquivado pelo Relator.

Sistema Control-P



### 13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações decorrentes de decisões anteriores foram observadas pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante das recomendações relevantes contidas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
Processo de Contas de Governo Anteriores					
2023	538477 /2023	93/2024	08/10/2024	1) disponibilize informações sobre as audiências públicas de forma completa (convite, atas, todos etc.) no Portal da Transparéncia e via Sistema APLIC; 2) observe o dispositivo constitucional exposto no art. 167 da Constituição Federal c/c o art. 43 da Lei nº 4.320/1964, com o fim de a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes; 3) implemente medidas que visem o atendimento de 100% dos requisitos de transparéncia, em observância aos preceitos constitucionais e legais; 4) adote medidas para melhorar o IGFM, tendo em vista que a melhoria na gestão é um fim a ser perseguido constantemente e a identificação de boas práticas devem ser mantidas e ou aperfeiçoadas; 5) implemente ações com vistas a cumprir as disposições da Lei nº 14.164/2021, a qual, além de alterar a Lei nº 9.394 /1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), determinou, no §9º do art. 26, a inclusão nos currículos escolares de temas transversais sobre a prevenção e	As reincidências foram inseridas nas irregularidades deste relatório.



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				<p>combate à violência contra a criança, adolescente e mulher, e também instituiu a realização da "Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher", a se realizar preferencialmente no mês de março e atender a uma série de objetivos delineados previstos no art. 2º, I a VII; 6) empenhe esforços para cumprir na sua integralidade as recomendações dispostas na Nota Recomendatória CPSA/TCE-MT nº 3/2023; e 7) empenhe esforços para cumprir na sua integralidade as recomendações dispostas na Nota Recomendatória CPSA/TCE-MT nº 2/2023.</p>	
2022	89877/2022	62/2023	26/09/2023	<p>I) aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal /capacidade financeira do município e compatibilize as metas com as peças de planejamento; II) observe os prazos para prestação de contas perante o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, com fundamento no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; arts. 207, 208 e 209 da Constituição Estadual e Resolução Normativa TCE nº 36/2012; III) observe o dispositivo constitucional exposto no artigo 167 da Constituição Federal, c/c o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, evitando a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes; IV) implemente medidas e controles para possibilitar a comprovação da disponibilização das contas anuais à Câmara Municipal e à sociedade, nos termos do art. 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal; e, V) continue adotando medidas para melhorar o Índice de Gestão Fiscal Municipal - IGFM;</p>	<p>As reincidências foram inseridas nas irregularidades deste relatório.</p>

Control-p



## 13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Considerando a relevância da transparência pública na aferição da responsabilidade legal, social e como indicador da boa e regular governança pública - em especial por garantir o acesso às prestações de contas e demais informações e serviços públicos, em observância aos princípios constitucionais e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação - este Tribunal de Contas, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio de outros Tribunais de Contas brasileiros e instituições do sistema, instituíram o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos em todo o país.

De acordo com a metodologia nacionalmente padronizada, os portais avaliados são classificados a partir dos índices obtidos, que variam de 0 a 100%. Assim, a metodologia definiu níveis de transparência para cada faixa de índices, conforme se demonstra abaixo:

Faixa de Transparência	Nível Mínimo de Transparência	Requisito Adicional
Diamante	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
Ouro	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
Prata	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
Elevado	Entre 75% e 100%	Menos de 100% dos critérios essenciais
Intermediário	Entre 50% e 74%	-
Básico	Entre 30% e 49%	-
Inicial	Entre 1% e 29%	-
Inexistente	0%	-

Fonte: Cartilha PNTP 2024

Assim, apresenta-se abaixo o resultado da avaliação realizada em 2024 acerca da transparência da Prefeitura Municipal de **ARAGUAÍNHA**, cujos resultados foram homologados por este Tribunal mediante Acórdão 918/2024 - PV.

EXERCÍCIO	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
2023	0.4838	Básico
2024	0.4325	Básico



Conforme se observa, os índices revelam níveis preocupantes de transparência da Prefeitura Municipal de **ARAGUAINHA**, sendo imprescindível e urgente a implementação de medidas para o atingimento de níveis mais elevados e satisfatórios.

Este assunto já foi abordado no exercício de 2023, constando como recomendação ao gestor no Parecer Prévio nº 93/2024.

As avaliações completas e demais informações atinentes ao ciclo de 2024, assim como toda metodologia e ferramentas do PNTP, estão disponíveis em [www.radardatransparencia.atricon.org.br](http://www.radardatransparencia.atricon.org.br).

1) Redução do próprio índice de transparência entre os exercícios de 2023 e 2024. Em 2024, conforme Processo n.º 1937286/2024 e dados divulgados no Radar da Transparência Pública (<https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html>) a Prefeitura Municipal de Araguainha reduziu seu próprio índice de transparência se comparado ao exercício de 2023, descumprindo a Lei n.º 12.527/2011 e comprometendo o amplo acesso às informações públicas à sociedade. NB02.

#### **Dispositivo Normativo:**

Art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal; Lei n.º 12.527/2011; Guia para implementação da Lei de Acesso à Informação - Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT n.º 23/2017

1.1) *Apresentar piora no índice de transparência (43,25%) em relação ao exercício de 2023 (48,38%), mantendo-se no nível "Básico" no Radar da Transparência Pública. - NB02*

Fonte: <https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html>

#### **13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)**



A Lei n.<sup>o</sup> 14.164/2021 alterou a Lei 9.394/1996 (LDB Nacional), determinando no §9º, do art. 26, a inclusão de temas transversais, conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e no art. 2º, instituiu a realização da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” a se realizar preferencialmente no mês de março.

Assim, a publicação desse normativo incentiva a comunidade escolar a uma reflexão sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher, bem como permite o debate desse tema desde a infância (Fonte: Agência Senado).

Sobre o assunto em questão, pelo gestor, foi enviado ao Sistema APLIC, no momento da prestação de contas de governo a seguinte informação:

Ofício nº 016/2024/SME

Araguainha, 15 de maio de 2024.

Ao Senhor  
**Jesse Maziero Pinheiro**  
Secretário da 4<sup>a</sup> Secretaria de Controle Externo  
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso  
Cuiabá-MT

Assunto: Devolutiva do Ofício Circular nº 3/2024/4<sup>a</sup>SECEX

Prezado,

Ao tempo em que registro meus cumprimentos, sirvo-me do presente expediente, para responder aos questionamentos contidos no Ofício em epígrafe.

Com vistas à pergunta de **número 1**, este ente federado não implementou nenhuma ação inerente à Lei nº 14.164/2021.

Com relação ao questionamento de **número 2**, o tema transversal - violência contra a mulher, ainda não foi incluído nos currículos da EI e do EF, da rede municipal de educação de Araguainha.

Por fim, sobre a indagação de **número 3**, temos a informar que a semana escolar de combate à violência contra a mulher não foi realizada no ano de 2023.

É valoroso destacar, que as informações supramencionadas tem como referência o ano de 2023.

Sem mais para o momento, antecipo meus votos de estima e consideração.



Dada a importância do tema foram avaliadas as ações adotadas pelo município:

- 1) Não foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. OC99.

**Dispositivo Normativo:**

Lei 14.164/2021

- 1.1) *Deixar de constar na Lei Orçamentária Anual (2024) recursos para atendimento da Lei nº 14.164/2021 a serem aplicados na violência contra as mulheres. - OC99*

Evidência: declaração enviada ao Sistema APLIC, apresentada no caput deste tópico.

- 2) Não foram realizadas ações relativa ao cumprimento da Lei n.º 14.164/2021, as irregularidades serão tratadas nos itens a seguir.

- 3) Não foram inseridos nos currículos escolares conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996. ZA01.

**Dispositivo Normativo:**

Art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996 e Lei nº 14.164/2021

- 3.1) *Deixar de atender determinação constante em Parecer Prévio acerca da inclusão do tema "Violência contra as mulheres" no currículo escolar. - ZA01*

**PARECER PRÉVIO Nº 93/2024 - PP**

- 5) implemente ações com vistas a cumprir as disposições da Lei nº 14.164/2021, a qual, além de alterar a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), determinou, no §9º do art. 26, a inclusão nos currículos escolares de temas transversais sobre a prevenção e combate à violência contra a criança,



adolescente e mulher, e também instituiu a realização da “**Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher**”, a se realizar preferencialmente no mês de março e atender a uma série de objetivos delineados previstos no art. 2º, I a VII;

4) Não foi instituída ou realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2024, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 1.164/2021. OC20.

#### **Dispositivo Normativo:**

Lei nº 14.164/2021

4.1) *Deixar de realizar ação determinada em Parecer Prévio (2023) em relação à Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. - OC20*

#### **PARECER PRÉVIO Nº 93/2024 - PP**

5) implemente ações com vistas a cumprir as disposições da Lei nº 14.164/2021, a qual, além de alterar a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), determinou, no §9º do art. 26, a inclusão nos currículos escolares de temas transversais sobre a prevenção e combate à violência contra a criança, adolescente e mulher, e também instituiu a realização da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”, a se realizar preferencialmente no mês de março e atender a uma série de objetivos delineados previstos no art. 2º, I a VII;

#### **13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa nº 07/2023)**

A Decisão Normativa nº 7/2023 - PP/TCE-MT homologou as soluções técnico-jurídicas produzidas na Mesa Técnica nº 4/2023, que teve como objetivo estabelecer consenso sobre questões relacionadas ao vínculo empregatício e à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE).



Essa decisão visa promover o cumprimento dos dispositivos legais e constitucionais que regulamentam essas categorias, especialmente aqueles introduzidos pelas Emendas Constitucionais n.<sup>º</sup> 51/2006 e n.<sup>º</sup> 120/2022.

Dessa forma, foram analisados os seguintes pontos destacados na Decisão Normativa n.<sup>º</sup> 7/2023:

1) O Salário inicial percebido pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE) não se encontra no patamar correspondente ao montante de, no mínimo, 02 (dois) salários-mínimos em desacordo com a Emenda Constitucional n° 120/2022. ZA01.

#### Dispositivo Normativo:

Emenda Constitucional n° 120/2022 e artigo 4º da Decisão Normativa nº 07/2023

1.1) *Descumprir a Decisão Normativa nº 7/2023 - PP/TCE-MT que teve como objetivo estabelecer consenso sobre questões relacionadas ao vínculo empregatício e à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE). - ZA01*

#### Art. 4º da DN 07/2023

Evidência: holerit enviado na prestação de contas de governo

Divisão: 000006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE						
Unidade: 060102 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - COMISSIONADOS						
Matrícula	Nome do Trabalhador		Admissão	Cargo		
387-4			01/11/2024	0055 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE		
P 001	SALARIO BASE	\$0,00	1.550,00	D 572	CONSIGNACAO CAIXA ECONOMICA	2/40 551,72
P 051	INSALUBRIDADE 40%	40,00	564,80	D 919	PREVIDENCIA - INSS	7,83 141,56
P 907	FERIAS PROPORCIONAIS	2/12	258,33			
P 916	1/3 FERIAS - RESCISAO	33,333	86,11			
Base FGTS	Valor FGTS	Base Prev.	Base IRRF	Proventos	Descontos	Líquido
0,00	0,00	1.808,33	2.459,24	2.459,24	693,28	1.765,96

2) Houve pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE conforme abaixo: 40% (quarenta por cento) do vencimento ou salário-base para os agentes que executam atividades de grau máximo; 20% (vinte por cento) do vencimento ou salário-base para os agentes que executam atividades de grau médio; 10% (dez por cento) do vencimento ou salário-base para os agentes que executam atividades de grau mínimo.



3) Houve concessão de RGA para a categoria de forma igualitária com as demais carreiras.

DECRETO Nº. 238 DE 29 DE JANEIRO DE 2024

4) A previsão de aposentadoria especial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE) não foi considerada no cálculo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). ZA01.

**Dispositivo Normativo:**

Art. 8º da DN 07/2023

4.1) Da análise das Estatísticas da População Coberta pelo RPPS, constantes do DRAA (folha 8), verifica-se existência de aposentadoria especial apenas para o cargo de professor, descumprindo a determinação constante do art. 8º da DN 07 /2023. - ZA01

Apêndice Regime Previdenciário - DRAA - folha 8

Fonte:<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/draa/consultarDemonstrativos.xhtml>

Órgão/Entidade	População Coberta	Quantidade (A)		
		Fem.	Masc.	Total
MUNICIPIO DE ARAGUAINHA	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	52	52	104
MUNICIPIO DE ARAGUAINHA	Servidores - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MÉDIO - Critério para aposentadoria como professor	2	1	3
MUNICIPIO DE ARAGUAINHA	Servidores iminentes - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	4	2	6
MUNICIPIO DE ARAGUAINHA	Servidores iminentes - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MÉDIO - Critério para aposentadoria como professor	3	1	4
ARAGUAINHA CAMARA MUNICIPAL	Servidores - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	2	3	5
ARAGUAINHA CAMARA MUNICIPAL	Servidores iminentes - DEMAIS SERVIDORES - Sem critério diferenciado para aposentadoria	1	0	1
ARAGUAIPREVI-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE ARAGUAINHA-MT	Pensionistas - DEMAIS SERVIDORES	8	2	10
ARAGUAIPREVI-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE ARAGUAINHA-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES	18	8	26
ARAGUAIPREVI-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE ARAGUAINHA-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES	5	5	10
ARAGUAIPREVI-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE ARAGUAINHA-MT	Aposentados - DEMAIS SERVIDORES - Por Invalidez	3	3	6



ARAGUAIPREVI-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE ARAGUAINHA-MT	Aposentados - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MÉDIO	16	3	19
ARAGUAIPREVI-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE ARAGUAINHA-MT	Aposentados - PROFESSORES DA EDUC. INFANTIL E DO ENSINO FUND. E MÉDIO	1	0	1
Avaliação Crítica				

### 13. 4. OUVIDORIA

A existência de ouvidorias ou unidades responsáveis pelo recebimento de manifestações é uma exigência legal prevista na Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública. No contexto das contas de governo analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), a implementação dessas estruturas tem papel fundamental na promoção da transparência, no fortalecimento do controle social e na melhoria da gestão pública.

Com o objetivo de fomentar a criação e o funcionamento dessas unidades nos municípios, o TCE-MT lançou, em 2021, o projeto "Ouvidoria para Todos", estruturado em quatro fases. A primeira fase consistiu em uma pesquisa de cenário sobre a existência das ouvidorias municipais, acompanhada da atualização cadastral.

Na segunda fase, foi emitida a Nota Técnica n.<sup>o</sup> 002/2021 (<https://www.tce.mt.gov.br/conteudo/download/nota-tecnica-no-02-2021-processo-no-6008572021/103596>), que dispõe sobre o posicionamento do TCE-MT quanto à adequação das unidades jurisdicionadas à Lei nº 13.460/2017, além da realização de um evento de sensibilização para gestores e servidores. A terceira fase teve foco na capacitação, por meio de um curso voltado à implantação e funcionamento das ouvidorias. Agora, na quarta e última fase, será realizada a fiscalização da efetiva implementação dessas unidades nos municípios.

O presente relatório técnico tem como propósito analisar a existência e o funcionamento das ouvidorias no âmbito municipal, bem como a existência e



atualização de carta de serviços subsidiando a avaliação das contas de governo e contribuindo para o aprimoramento das políticas de transparência e participação cidadã.

1) Existe um ato formal de criação da Ouvidoria no âmbito da entidade pública.

Lei nº 712/2013 (enviada na Prestação de Contas de Governo)

2) Não existe ato administrativo que designa oficialmente o responsável pela Ouvidoria no exercício de 2024. ZA01.

**Dispositivo Normativo:**

Lei nº 13.460/2017 e Nota Técnica 02/2021.

2.1) *Na prestação de contas de governo foi enviado documento que comprova a designação do Ouvidor para o exercício de 2025, em relação à 2024 não houve comprovação. - ZA01*



Estado de Mato Grosso  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

**PORTRARIA Nº.128, DE 18 DE MARÇO DE 2025**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº.FRANCISCO GONÇALVES NAVES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Fica neste ato nomeada a Sr.ª FERNANDA MARQUES PASSOS DE SOUZA, portadora do RG: 1406881-8 SSP/MT e CPF: 004.762.251-24, ao cargo de Ouvidor da Prefeitura Municipal de Araguainha com função gratificada DAS I.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.



3) Há regulamentação específica que estabelece as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria.

Lei nº 743/2014 (enviada na Prestação de Contas de Governo)

4) A entidade pública não disponibiliza Carta de Serviços ao Usuário atualizada com informações claras sobre os serviços prestados, requisitos, prazos e formas de acesso e com os canais disponíveis para contato com a Ouvidoria e para registro de manifestações. NB10.

#### **Dispositivo Normativo:**

Lei nº 13.460/2017 e Nota Técnica 02/2021.

4.1) *Não foi encaminhada na prestação de contas de governo (2024) a "Carta de Serviços ao Usuário" com informações claras sobre os serviços prestados, requisitos, prazos e formas de acesso e especifica os canais disponíveis para contato com a Ouvidoria e para registro de manifestações - NB10*

Ausência de envio de documento na Prestação de Contas de Governo, foi enviado arquido PDF que trata de outro assunto.

## **14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO**

### **14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

Assim, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça as seguintes determinações ao Prefeito Municipal de ARAGUAINHA:

- Em relação ao Regime Próprio de Previdência:
  - adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185/2015, para



a sua implementação e obtenção da certificação institucional, conforme Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008/2024;

- adotar providências concretas para melhorar o índice de cobertura dos benefícios concedidos, de modo a fortalecer os ativos garantidores do plano de benefícios, compatibilizar o crescimento da provisão matemática e a política de custeio vigente e realizar o acompanhamento periódico do índice;
- adotar uma gestão proativa, de modo a avaliar e adotar as medidas permitidas pela Portaria MTP n.º 1.467/2022, em seu art. 55, a fim de equacionar o déficit atuarial.
- adotar providências relacionadas à discussão e viabilidade de aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios acerca das regras de elegibilidade, cálculo e reajusteamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas ao seu RPPS, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.
- Em relação à implantação do SIAFIC:
  - Considerando as disposições do Decreto Federal nº 10.540/2020, recomenda-se que o Município adote as providências necessárias para a efetiva contratação de solução tecnológica que viabilize a implementação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), conforme os padrões mínimos de qualidade exigidos. Tal medida é fundamental para assegurar a unificação dos registros contábeis, orçamentários e financeiros dos Poderes e órgãos do Município, promovendo maior transparência, segurança da informação e conformidade com os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional. Ressalta-se que, nas próximas instruções de contas, a ausência de implementação do SIAFIC poderá ensejar apontamento de irregularidade por descumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis.
- Ao setor de contabilidade:
  - As notas explicativas das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2025, devem ser integradas por informações acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria STN 548/2015 e visando subsidiar análises futuras nas Contas de Governo. Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes.



## 14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO

No entendimento desta equipe, o Senhor **FRANCISCO GONCALVES NAVES**, Prefeito do Município de **ARAGUAINHA** - exercício **2024** deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

**FRANCISCO GONCALVES NAVES** - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2024

**1) AA10 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS\_GRAVISSIMA\_10.** Repasses ao Poder Legislativo em valor acima do limite estabelecido para cada faixa populacional, realizados após o dia vinte de cada mês e/ou menor que proporção fixada na Lei Orçamentária (29-A, § 2º, da Constituição Federal).

1.1) *Conforme parecer do controle interno da Câmara, foram previstos repasses no valor de R\$ 1.350.000,00 e foram recebidos R\$ 1.245.131,14. - Tópico - 6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL*

**2) CB03 CONTABILIDADE\_GRAVE\_03.** Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

2.1) *Ausência de contabilização da provisão de pagamento das férias vencidas e abono constitucional de férias (1/3). - Tópico - 5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS*

**3) CB04 CONTABILIDADE\_GRAVE\_04.** Ausência de registros contábeis de atos e/ou fatos relevantes que implicam a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; e Lei nº 6.404/1976).

3.1) *Diferença no valor de R\$ 76.981,50 na contabilização das receitas de ICMS. - Tópico - 4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO*



**4) CB05 CONTABILIDADE\_GRAVE\_05.** Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

4.1) *Além das divergências verificadas entre o saldo anterior e o balanço do exercício de 2023, verificou-se ausência de envio do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (2024). - Tópico - 5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO*

4.2) *Há divergência entre o saldo anterior do balanço patrimonial de 2024 em comparação com o balanço patrimonial de 2023, enviados ao Sistema APLIC. - Tópico - 5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)*

**5) CB06 CONTABILIDADE\_GRAVE\_06.** Ausência de apresentação de contas individualizadas e consolidadas (art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000).

5.1) *As demonstrações contábeis não foram publicadas de forma consolidada - Tópico - 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS*

**6) CB08 CONTABILIDADE\_GRAVE\_08.** Demonstrações Contábeis sem assinaturas do titular ou representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado (Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330 /2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946).

6.1) *No processo nº 200.181-0/2025 consta a assinatura digital do Gestor Sr. Francisco Gonçalves Naves, mas não consta a assinatura digital do contador Sr. Igor Pereira Lima. - Tópico - 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS*

**7) CC09 CONTABILIDADE\_MODERADA\_09.** Forma e/ou conteúdo das Demonstrações Contábeis divergente dos modelos estabelecidos nas normas contábeis (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).



7.1) *O Balanço Patrimonial enviado ao Sistema APLIC não contempla todos os quadros obrigatórios, além de apresentar divergência no saldo inicial informado, quando comparado ao Balanço Patrimonial do exercício de 2023.* - Tópico - 5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

7.2) *Deixar de enviar na prestação de contas a Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), foi enviado no lugar o Balanço Patrimonial duplicado.* - Tópico - 5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

7.3) *Não foram enviadas ao Sistema APLIC as notas explicativas das demonstrações contábeis. As notas explicativas são fundamentais para fornecer detalhes sobre itens específicos dos balanços, como métodos de avaliação, valores ajustados, riscos e incertezas, entre outros.* - Tópico - 5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

**8) DA04 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVISSIMA\_04.** Frustração de receitas verificada ao final de cada bimestre, sem providências para limitação de empenho e movimentação financeira, ocasionando o descumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000; art. 5º, III, da Lei nº 10.028 /2000).

8.1) *Apresentar resultado primário (déficit) ainda maior que o previsto no texto da LDO, sem demonstrar que tomou medidas efetivas durante o exercício para redução do déficit previsto na LDO-2024.* - Tópico - 8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

**9) DA12 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVISSIMA\_12.** Inadimplência no pagamento dos parcelamentos de débitos das contribuições previdenciárias normais e /ou suplementares devidos pelo ente federativo (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal; arts. 14 a 17 da Portaria MTP nº 1.467/2022).

9.1) *Deixar de recolher 3 (três) parcelas dos acordos de parcelamento nº 738/2019 e 832/2021 junto ao Ministério da Previdência.* - Tópico - 7. 1. 5. 2. ADIMPLÊNCIA DE PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS



**10) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_03.** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

10.1) *Abertura de créditos adicionais por Excesso de Arrecadação por conta de recursos inexistentes no valor total de R\$ 3.374.761,09, com destaque para a fonte 701 (R\$ 3.353.475,10).* - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

10.2) *Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de superávit financeiro no valor de R\$ 4.655.447,35, com destaque para a fonte 701 (R\$ 2.340.043,69).* - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**11) LA05 PREVIDÊNCIA\_GRAVISSIMA\_05.** Ausência de avaliação atuarial anual ou avaliação atuarial realizada sem observar todos os parâmetros e documentos exigidos pela legislação (art. 1º, I, da Lei nº 9.717/1998; arts. 26 a 54 da Portaria MTP nº 1.467 /2022).

11.1) *Ausência de envio ao Sistema Aplic e ao Ministério da Previdência Social avaliação atuarial com data focal 31/12/2024.* - Tópico - 7. 2. 2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

**12) LB99 RPPS\_GRAVE\_99.** Irregularidade referente a Regime Próprio de Previdência Social - RPPS não contemplada em classificação específica).

12.1) *Deixar de realizar / firmar convênio de adesão com entidade fechada de previdência complementar autorizada.* - Tópico - 7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA

12.2) *Em consulta ao Sistema Aplic, verificou-se que o município possui servidores efetivos vinculados ao RPPS, com remuneração acima do teto do RGPS e, por esse motivo, deveria ter o convênio junto a uma entidade fechada de previdência complementar aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, nos termos do art. 158 da Portaria MTP nº 1.467/2022.* - Tópico - 7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA



12.3) *Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial* - Tópico - 7.

#### 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS

**13) MB03 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_03.** Informações e documentos enviados pelo fiscalizado sem correspondência com o conteúdo solicitado pelos normativos e leiautes estabelecidos pelo TCE-MT ou com informações comprovadamente inverídicas e/ou em desconformidade com os registros e documentos oficiais (Resolução do TCE-MT de aprovação do leiaute do Sistema Aplic em cada exercício e Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas; art. 145, do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

13.1) *Foi constatada divergência entre os repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Declaração de Veracidade - no valor de R\$ 384,85.*

- Tópico - 7. 1. 5. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS

13.2) *Em relação aos repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores, informados no Sistema APLIC, verificou-se divergência de R\$ 57.532,84 (competência de dezembro) e ausência de informação sobre as Contribuições Previdenciárias dos Servidores (13º salário).* - Tópico - 7. 1. 5. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS

**14) MB04 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_GRAVE\_04.** Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE-MT (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; arts. 208, caput, e 209 da Constituição Estadual; Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2021; Resolução Normativa do TCE-MT nº 3/2015; Resolução do TCE-MT de aprovação do leiaute do Sistema Aplic em cada exercício; arts. 157 e 171 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

14.1) *Enviar a carga relativa às Contas de Governo fora do prazo.* - Tópico - 11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE



**15) NB02 TRANSPARÊNCIA\_GRAVE\_02.** Descumprimento das disposições da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal; Lei nº 12.527/2011; Guia para implementação da Lei de Acesso à Informação - Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 23/2017).

15.1) *Apresentar piora no índice de transparência (43,25%) em relação ao exercício de 2023 (48,38%), mantendo-se no nível "Básico" no Radar da Transparência Pública.* - Tópico - 13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

**16) NB04 TRANSPARÊNCIA\_GRAVE\_04.** Informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira não divulgadas, em meios eletrônicos de acesso público e em tempo real, para o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade (arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000).

16.1) *Deixar de enviar a esta Corte e disponibilizar no Portal Transparência o texto da LOA-2024.* - Tópico - 3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

16.2) *Na publicação do sítio da AMM, ocorrida dem 19.09.2023, não constam os Anexos Obrigatórios como de Riscos Fiscais e Metas Fiscais. No Portal Transparência as informações sobre a LDO-2024 também não foram localizadas (texto da Lei e anexos).* - Tópico - 3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

**17) NB05 TRANSPARÊNCIA\_GRAVE\_05.** Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000).

17.1) *Publicação da LDO - 2024 incompleta no Jornal da AMM e inexistente no Portal Transparência.* - Tópico - 3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

17.2) *Constatou-se a ausência de diversos demonstrativos contábeis obrigatórios no Portal da Transparência, notadamente o Balanço Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), entre outros.* - Tópico - 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS



**18) NB06 TRANSPARÊNCIA\_GRAVE\_06.** Demonstrações Contábeis não publicadas na imprensa oficial (art. 37 da Constituição Federal).

18.1) *Ausência de publicação das demonstrações contábeis pormenorizadas, consta apenas o EDITAL DE PUBLICAÇÃO BALANÇO CONSOLIDADO 2024.* - Tópico - 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

**19) NB10 TRANSPARÊNCIA\_GRAVE\_10.** Carta de Serviços ao Usuário sem divulgação atualizada no sítio eletrônico do órgão ou entidade (art. 7º, caput, § 4º, da Lei nº 13.460/2017).

19.1) *Não foi encaminhada na prestação de contas de governo (2024) a "Carta de Serviços ao Usuário" com informações claras sobre os serviços prestados, requisitos, prazos e formas de acesso e especifica os canais disponíveis para contato com a Ouvidoria e para registro de manifestações* - Tópico - 13. 4. OUVIDORIA

**20) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA\_MODERADA\_20.** Ano letivo escolar sem a realização da “semana escolar de combate à violência contra a mulher” (art. 2º da Lei nº 14.164/2021).

20.1) *Deixar de realizar ação determinada em Parecer Prévio (2023) em relação à Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.* - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10 /2024)

**21) OC99 POLITICAS PÚBLICAS\_MODERADA\_99.** Irregularidade referente a Políticas Públicas não contemplada em classificação específica).

21.1) *Deixar de constar na Lei Orçamentária Anual (2024) recursos para atendimento da Lei nº 14.164/2021 a serem aplicados na violência contra as mulheres.* - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

**22) ZA01 DIVERSOS\_GRAVISSIMA\_01.** Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).



22.1) *Deixar de atender determinação constante em Parecer Prévio acerca da inclusão do tema "Violência contra as mulheres" no currículo escolar.* - Tópico - 13.

2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.<sup>º</sup> 10/2024)

22.2) *Descumprir a Decisão Normativa nº 7/2023 - PP/TCE-MT que teve como objetivo estabelecer consenso sobre questões relacionadas ao vínculo empregatício e à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE).* - Tópico - 13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.<sup>º</sup> 07/2023)

22.3) *Da análise das Estatísticas da População Coberta pelo RPPS, constantes do DRAA (folha 8), verifica-se existência de aposentadoria especial apenas para o cargo de professor, descumprindo a determinação constante do art. 8º da DN 07/2023.* - Tópico - 13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.<sup>º</sup> 07/2023)

22.4) *Na prestação de contas de governo foi enviado documento que comprova a designação do Ouvidor para o exercício de 2025, em relação à 2024 não houve comprovação.* - Tópico - 13. 4. OUVIDORIA

#### 14. 3. APÊNDICES

Este relatório possui apêndices quais podem ser acessados via ferramenta de leitura de PDF pela opção Anexos.

Em Cuiabá-MT, 6 de julho de 2025

---

SIMONE APARECIDA PELEGRIINI  
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO  
RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA



## ANEXOS

### REL. PRELIMINAR CONTAS ANUAIS GOVERNO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA - 2024

#### Anexo: 1 - ORÇAMENTO

#### Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 4.183.825,30
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 29.062,23
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 20.941,71
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 4.948,45
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 3.494,96
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 64.171,49
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 586.430,32
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 1.802,95
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 339.264,05
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 155.068,76
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 13.747,90
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 1.602.215,70
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 500,00
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 400,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 5.905,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 784.740,10
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 140.000,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 5.000,00
		<b>R\$ 7.941.518,92</b>



FONTE	DESCRÍÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO</b>		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 4.072.739,21
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 16.835,60
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 134.906,58
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 7.920,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 18.619,29
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 300.000,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 1.026,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 5.790.053,25
706	Transferência Especial da União	R\$ 265.917,05
710	Transferência Especial dos Estados	R\$ 520.000,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	R\$ 28.000,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 9.169,77
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 312.037,47
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 1.600.000,00
		<b>R\$ 13.077.224,22</b>
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS</b>		
<b>FONTE DE FINANCIAMENTO: SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.255.516,06
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 17.008,95
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 675.087,76
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 27.427,11
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 31.949,84
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 300.000,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.418.370,55
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 9.529,70
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 5.605,67
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 312,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 74.185,80
		<b>R\$ 5.814.993,44</b>



FONTE	DESCRÍÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
FONTE DE FINANCIAMENTO: RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES		
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 26.833.736,58</b>

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > por Fonte/Financiamento > Dados Consolidados do Ente

**Quadro: 1.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
ARAGUAI-PREVI	R\$ 2.497.728,75	R\$ 1.745.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 145.000,00	R\$ 4.097.728,75	64,05%
CAMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA	R\$ 731.000,00	R\$ 50.254,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 36.000,00	R\$ 745.254,89	1,95%
CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$ 119.050,00	R\$ 72.356,46	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.995,00	R\$ 184.411,46	54,90%
DAEA	R\$ 151.350,00	R\$ 201.336,31	R\$ 57.620,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 83.392,11	R\$ 326.914,70	115,99%
DIVISÃO DE ENSINO	R\$ 1.391.550,00	R\$ 310.443,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 732.329,80	R\$ 969.664,09	-30,31%
DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL E CRECHES	R\$ 1.132.000,00	R\$ 575.052,69	R\$ 1.840.888,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 744.598,71	R\$ 2.803.342,18	147,64%
FUNDEB	R\$ 850.000,00	R\$ 29.062,23	R\$ 16.585,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 145.327,00	R\$ 750.320,45	-11,72%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 471.451,25	R\$ 227.568,27	R\$ 53.499,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 272.334,69	R\$ 480.184,27	1,85%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 1.695.904,00	R\$ 1.846.448,13	R\$ 1.522.514,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 829.379,34	R\$ 4.235.487,66	149,74%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 993.000,00	R\$ 251.018,26	R\$ 2.785,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 142.456,26	R\$ 1.104.347,95	11,21%

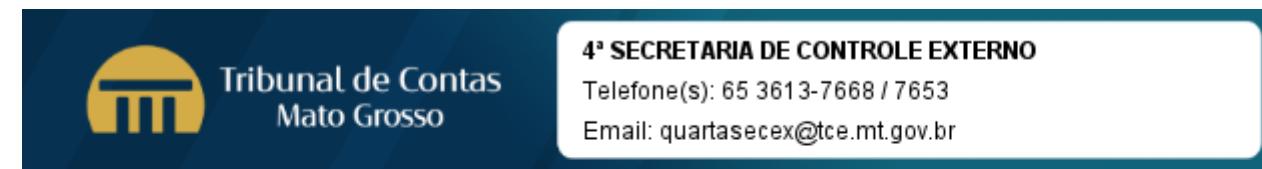


UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 706.000,00	R\$ 86.066,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 427.562,17	R\$ 364.504,30	-48,37%
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA	R\$ 88.100,00	R\$ 98.921,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.390,00	R\$ 164.631,84	86,86%
SECRETARIA DA CAMARA	R\$ 489.000,00	R\$ 100.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 147.704,89	R\$ 441.895,11	-9,63%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 1.533.550,00	R\$ 658.796,05	R\$ 23.470,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 243.985,64	R\$ 1.971.831,34	28,58%
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R\$ 233.500,00	R\$ 358.041,13	R\$ 72.549,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 111.791,78	R\$ 552.299,07	136,53%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	R\$ 181.300,00	R\$ 47.683,34	R\$ 9.318,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.370,41	R\$ 190.931,73	5,31%
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$ 1.645.270,00	R\$ 707.960,84	R\$ 67.608,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 219.420,36	R\$ 2.201.419,19	33,80%
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIANTE E TURISMO	R\$ 289.700,00	R\$ 531.061,33	R\$ 1.002.735,40	R\$ 0,00	R\$ 1.300,20	R\$ 110.914,40	R\$ 1.713.882,53	491,60%
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	R\$ 3.257.300,00	R\$ 2.539.319,17	R\$ 10.314.508,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.077.697,50	R\$ 13.033.430,07	300,13%

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 1.973.596,00	R\$ 1.084.239,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 136.522,70	R\$ 2.921.313,04	48,02%
SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	R\$ 331.600,00	R\$ 130.792,78	R\$ 25.110,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 123.224,84	R\$ 364.277,94	9,85%
	<b>R\$ 20.761.950,00</b>	<b>R\$ 11.652.023,82</b>	<b>R\$ 15.010.196,14</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.300,20</b>	<b>R\$ 7.807.397,60</b>	<b>R\$ 39.618.072,56</b>	
Intraorçamentários								
CAMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.000,00	R\$ 56.000,00	-30,00%
CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$ 1.050,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.050,00	R\$ 0,00	-100,00%
DAEA	R\$ 3.000,00	R\$ 2.004,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.004,84	66,82%
DIVISÃO DE ENSINO	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.925,19	R\$ 91.074,81	-8,92%
DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL E CRECHES	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.518,52	R\$ 481,48	-98,39%
FUNDEB	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 423,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.380,00	R\$ 83.043,73	-16,95%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 22.000,00	R\$ 8.115,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 25.115,83	14,16%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 75.000,00	R\$ 725,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.619,60	R\$ 62.105,49	-17,19%



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.000,00	R\$ 11.000,00	-45,00%
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA	R\$ 8.000,00	R\$ 4.253,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.253,75	53,17%
SECRETARIA DA CAMARA	R\$ 50.000,00	R\$ 19.850,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 69.850,00	39,70%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 80.000,00	R\$ 11.172,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.028,01	R\$ 84.144,60	5,18%
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 7.000,00	-12,50%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.600,00	R\$ 2.400,00	-40,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$ 1.208.000,00	R\$ 3.178,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.000,00	R\$ 1.195.178,92	-1,06%
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIANTE E TURISMO	R\$ 11.000,00	R\$ 4.149,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.149,91	37,72%
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	R\$ 100.000,00	R\$ 31.883,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 131.883,60	31,88%



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 150.000,00	R\$ 76.931,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 226.931,86	51,28%
SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	R\$ 8.000,00	R\$ 7.526,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.526,28	94,07%
	<b>R\$ 2.058.050,00</b>	<b>R\$ 169.792,69</b>	<b>R\$ 423,73</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 134.121,32</b>	<b>R\$ 2.094.145,10</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 22.820.000,00</b>	<b>R\$ 11.821.816,51</b>	<b>R\$ 15.010.619,87</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.300,20</b>	<b>R\$ 7.941.518,92</b>	<b>R\$ 41.712.217,66</b>	<b>82,78%</b>

APLIC > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Por Unidade Orçamentária>Dados Consolidados do Ente

**Quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit**

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit							
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.170.082,71	R\$ 21.174,72	R\$ 1.191.257,43	R\$ 1.255.516,06	R\$ 64.258,63	R\$ 1.234.645,00
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 4.406,62	R\$ 0,00	R\$ 4.406,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 17.291,99	R\$ 0,00	R\$ 17.291,99	R\$ 17.008,95	R\$ 0,00	R\$ 17.008,95
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 15.230,74	R\$ 0,00	R\$ 15.230,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 631,29	R\$ 0,00	R\$ 631,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 450,42	R\$ 0,00	R\$ 450,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 21.322,85	R\$ 0,00	R\$ 21.322,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 16.671,33	R\$ 16.671,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 726.548,50	R\$ 0,00	R\$ 726.548,50	R\$ 675.087,76	R\$ 0,00	R\$ 652.896,50
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 3.288,00	R\$ 0,00	R\$ 3.288,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 2.725,26	R\$ 0,00	R\$ 2.725,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 6.993,71	R\$ 0,00	R\$ 6.993,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 120.914,37	R\$ 0,00	R\$ 120.914,37	R\$ 27.427,11	R\$ 0,00	R\$ 22.841,11
	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos						

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
631	Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 52.800,00	R\$ 0,00	R\$ 52.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 32.147,90	R\$ 0,00	R\$ 32.147,90	R\$ 31.949,84	R\$ 0,00	R\$ 31.949,84
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 14.815,53	R\$ 0,00	R\$ 14.815,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 300.021,28	R\$ 0,00	R\$ 300.021,28	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 275.920,46
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 5.280.666,98	R\$ 0,00	R\$ 5.280.666,98	R\$ 3.418.370,55	R\$ 0,00	R\$ 2.340.043,69

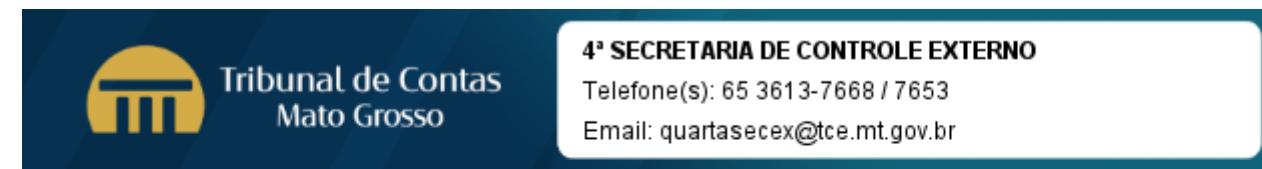
FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
710	Transferência Especial dos Estados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 8.784,85	R\$ 0,00	R\$ 8.784,85	R\$ 9.529,70	R\$ 744,85	R\$ 0,00
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 5.290,59	R\$ 0,00	R\$ 5.290,59	R\$ 5.605,67	R\$ 315,08	R\$ 5.800,00
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 9,25	R\$ 0,00	R\$ 9,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 18.909,15	R\$ 0,00	R\$ 18.909,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 2.708,90	R\$ 0,00	R\$ 2.708,90	R\$ 312,00	R\$ 0,00	R\$ 156,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 79.827,56	R\$ 0,00	R\$ 79.827,56	R\$ 74.185,80	R\$ 0,00	R\$ 74.185,80

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 1.350.576,54	R\$ 0,00	R\$ 1.350.576,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
869	Outros recursos extraorçamentários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		<b>R\$ 9.436.444,99</b>	<b>R\$ 37.846,05</b>	<b>R\$ 9.474.291,04</b>	<b>R\$ 5.814.993,44</b>	<b>R\$ 65.318,56</b>	<b>R\$ 4.655.447,35</b>

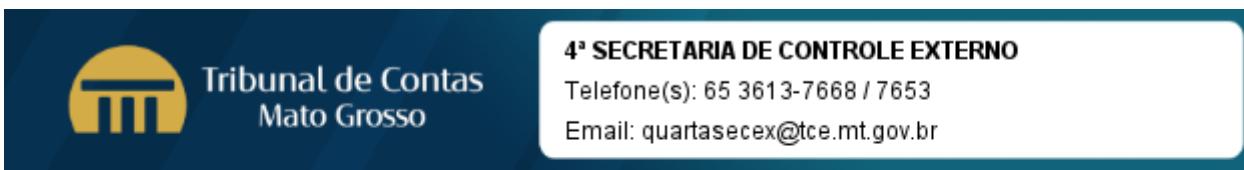
APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro > Dados Consolidados do Ente.

**Quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito**

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 17.750.381,25	R\$ 22.172.308,09	R\$ 4.421.926,84	R\$ 4.072.739,21	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 950.000,00	R\$ 776.990,70	-R\$ 173.009,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 21.700,00	R\$ 51.369,61	R\$ 29.669,61	R\$ 16.835,60	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 5.250,00	R\$ 7.910,00	R\$ 2.660,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 12.350,00	R\$ 3.483,70	-R\$ 8.866,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 85.000,00	R\$ 69.166,60	-R\$ 15.833,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 391.600,00	R\$ 549.481,15	R\$ 157.881,15	R\$ 134.906,58	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação					



FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
601	da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 31.250,00	R\$ 0,00	-R\$ 31.250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 87.264,00	R\$ 93.192,00	R\$ 5.928,00	R\$ 7.920,00	R\$ 1.992,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 0,00	R\$ 95.341,44	R\$ 95.341,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 56.750,00	R\$ 91.975,59	R\$ 35.225,59	R\$ 18.619,29	R\$ 0,00
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 224.426,00	R\$ 161.163,28	-R\$ 63.262,72	R\$ 1.026,00	R\$ 1.026,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 67.300,00	R\$ 44.011,51	-R\$ 23.288,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 0,00	R\$ 2.436.578,15	R\$ 2.436.578,15	R\$ 5.790.053,25	R\$ 3.353.475,10
706	Transferência Especial da União	R\$ 0,00	R\$ 250.044,00	R\$ 250.044,00	R\$ 265.917,05	R\$ 15.873,05
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 0,00	R\$ 253,01	R\$ 253,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
710	Transferência Especial dos Estados	R\$ 0,00	R\$ 520.000,00	R\$ 520.000,00	R\$ 520.000,00	R\$ 0,00
	Transferências da Política Nacional Aldir					



FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
719	Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 0,00	R\$ 25.605,06	R\$ 25.605,06	R\$ 28.000,00	R\$ 2.394,94
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 3.000,00	R\$ 18.915,27	R\$ 15.915,27	R\$ 9.169,77	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 21.000,00	R\$ 19.193,95	-R\$ 1.806,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 615.000,00	R\$ 980.496,91	R\$ 365.496,91	R\$ 312.037,47	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 2.243.728,75	R\$ 4.048.589,65	R\$ 1.804.860,90	R\$ 1.600.000,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 254.000,00	R\$ 192.359,44	-R\$ 61.640,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		<b>R\$ 22.820.000</b>	<b>R\$ 33.208.429,11</b>	<b>R\$ 10.388.429,11</b>	<b>R\$ 13.077.224,22</b>	<b>R\$ 3.374.761,09</b>

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiados por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.

**Quadro: 1.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação**

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação								
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 4.421.926,84	R\$ 4.072.739,21	R\$ 0,00	R\$ 22.172.308,09	R\$ 19.538.132,80	R\$ 2.634.175,29	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	-R\$ 173.009,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 776.990,70	R\$ 800.350,00	-R\$ 23.359,30	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 29.669,61	R\$ 16.835,60	R\$ 0,00	R\$ 51.369,61	R\$ 30.888,38	R\$ 20.481,23	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 2.660,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.910,00	R\$ 4.948,45	R\$ 2.961,55	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	-R\$ 8.866,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.483,70	R\$ 2.999,96	R\$ 483,74	R\$ 0,00
	Transferências do Estado referentes a Convênios e							

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
571	Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-R\$ 15.833,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 69.166,60	R\$ 113.285,55	-R\$ 44.118,95	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 157.881,15	R\$ 134.906,58	R\$ 0,00	R\$ 549.481,15	R\$ 1.031.081,04	-R\$ 481.599,89	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	-R\$ 31.250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 5.928,00	R\$ 7.920,00	R\$ 1.992,00	R\$ 93.192,00	R\$ 77.039,50	R\$ 16.152,50	R\$ 0,00
	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais							

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
605	para profissionais da enfermagem	R\$ 95.341,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 95.341,44	R\$ 6.372,39	R\$ 88.969,05	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 35.225,59	R\$ 18.619,29	R\$ 0,00	R\$ 91.975,59	R\$ 420.043,84	-R\$ 328.068,25	R\$ 0,00
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 600.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	R\$ 203.403,84	R\$ 396.596,16	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-R\$ 63.262,72	R\$ 1.026,00	R\$ 1.026,00	R\$ 161.163,28	R\$ 204.511,54	-R\$ 43.348,26	R\$ 1.026,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	-R\$ 23.288,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 44.011,51	R\$ 39.065,89	R\$ 4.945,62	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.960,00	-R\$ 30.960,00	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 2.436.578,15	R\$ 5.790.053,25	R\$ 3.353.475,10	R\$ 2.436.578,15	R\$ 4.013.302,84	-R\$ 1.576.724,69	R\$ 1.576.724,69

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
706	Transferência Especial da União	R\$ 250.044,00	R\$ 265.917,05	R\$ 15.873,05	R\$ 250.044,00	R\$ 265.761,05	-R\$ 15.717,05	R\$ 15.717,05
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 253,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 253,01	R\$ 0,00	R\$ 253,01	R\$ 0,00
710	Transferência Especial dos Estados	R\$ 520.000,00	R\$ 520.000,00	R\$ 0,00	R\$ 520.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	R\$ 25.605,06	R\$ 28.000,00	R\$ 2.394,94	R\$ 25.605,06	R\$ 25.959,15	-R\$ 354,09	R\$ 354,09
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 15.915,27	R\$ 9.169,77	R\$ 0,00	R\$ 18.915,27	R\$ 0,00	R\$ 18.915,27	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-R\$ 1.806,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.193,95	R\$ 5.905,00	R\$ 13.288,95	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 365.496,91	R\$ 312.037,47	R\$ 0,00	R\$ 980.496,91	R\$ 1.272.628,56	-R\$ 292.131,65	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 1.804.860,90	R\$ 1.600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.048.589,65	R\$ 3.641.057,23	R\$ 407.532,42	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-R\$ 61.640,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 192.359,44	R\$ 135.823,21	R\$ 56.536,23	R\$ 0,00
		<b>R\$ 10.388.429,11</b>	<b>R\$ 13.077.224,22</b>	<b>R\$ 3.374.761,09</b>	<b>R\$ 33.208.429,11</b>	<b>R\$ 32.133.520,22</b>	<b>R\$ 1.074.908,89</b>	<b>R\$ 1.593.821,83</b>



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Execução Orçamentaria vs Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.



**Quadro: 1.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias**

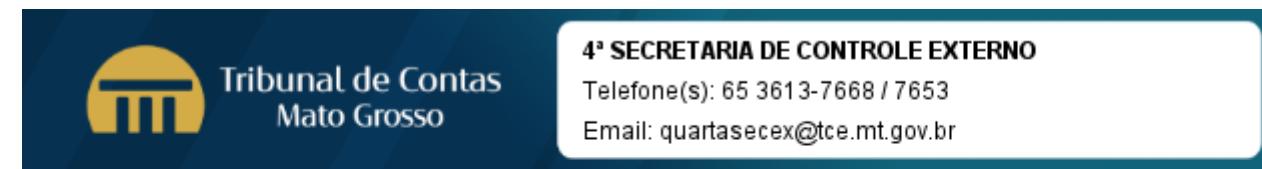
TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
PREFEITURA MUNICIPAL	01022/2023	00226/2024	1.500.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 30.960,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01022/2023	00226/2024	1.500.1002000	R\$ 0,00	-R\$ 49.515,71
PREFEITURA MUNICIPAL	01022/2023	00226/2024	1.553.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 40.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01022/2023	00226/2024	1.571.0000000	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01022/2023	00226/2024	1.605.0000000	R\$ 6.372,39	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01022/2023	00226/2024	1.621.0000000	R\$ 43.143,32	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01022/2023	00226/2024	1.700.0000000	R\$ 30.960,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01022/2023	00226/2024	1.759.0000000	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00
				<b>R\$ 120.475,71</b>	<b>-R\$ 120.475,71</b>
				<b>R\$ 120.475,71</b>	<b>-R\$ 120.475,71</b>

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos/Destinações de Recursos > Dados Consolidados do Ente.

**Quadro: 1.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento**

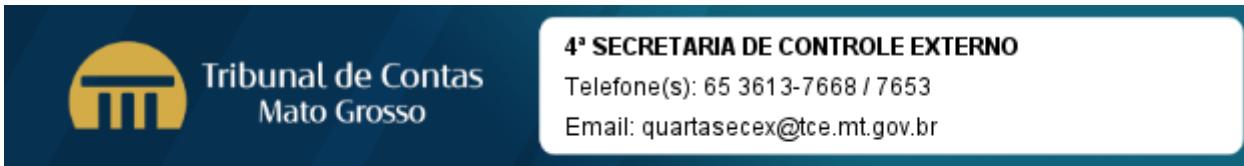
LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO						
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	
Alterações Orçamentárias												
01006 /2023	00274 /2024	R\$ 1.600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01016 /2023	00228 /2024	R\$ 0,00	R\$ 1.981.067,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.981.067,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01016 /2023	00265 /2024	R\$ 0,00	R\$ 1.981.067,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.981.067,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01017 /2024	00229 /2024	R\$ 0,00	R\$ 1.840.888,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.408,90	R\$ 1.822.479,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00224 /2024	R\$ 347.333,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 347.333,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00239 /2024	R\$ 351.602,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 351.602,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00243 /2024	R\$ 160.611,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 160.611,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00251 /2024	R\$ 960.145,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 960.145,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00257 /2024	R\$ 884.900,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 884.900,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022	00259											

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2023	/2024	R\$ 89.450,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 89.450,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00261 /2024	R\$ 111.946,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 111.946,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00263 /2024	R\$ 36.868,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 36.868,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00267 /2024	R\$ 110.501,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 110.501,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00275 /2024	R\$ 478.356,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 478.356,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00279 /2024	R\$ 1.088.745,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.088.745,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00283 /2024	R\$ 452.597,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 452.597,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00291 /2024	R\$ 176.057,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 176.057,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00293 /2024	R\$ 93.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 93.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00294 /2024	R\$ 56.489,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.463,15	R\$ 1.026,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00303 /2024	R\$ 145.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 145.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00305 /2024	R\$ 78.176,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 78.176,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01022 /2023	00308 /2024	R\$ 25.254,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.254,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
01025 /2024	00242 /2024	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01028 /2024	00245 /2024	R\$ 0,00	R\$ 98.536,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 98.536,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01029 /2024	00246 /2024	R\$ 200.000,00	R\$ 1.700.269,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 1.700.269,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01030 /2024	00247 /2024	R\$ 7.920,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.920,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01032 /2024	00253 /2024	R\$ 0,00	R\$ 15.135,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.135,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01033 /2024	00252 /2024	R\$ 0,00	R\$ 3.353.368,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.533,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.319.834,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01034 /2024	00254 /2024	R\$ 0,00	R\$ 28.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01044 /2024	00264 /2024	R\$ 0,00	R\$ 641.473,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 641.473,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01044 /2024	00271 /2024	R\$ 0,00	R\$ 574.412,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 574.412,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01044 /2024	00276 /2024	R\$ 0,00	R\$ 817.799,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 817.799,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01044 /2024	00280 /2024	R\$ 0,00	R\$ 47.802,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.802,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01046 /2024	00266 /2024	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01047	00268		R\$								

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2024	/2024	R\$ 0,00	661.197,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 61.197,00	R\$ 600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01048 /2024	00269 /2024	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01049 /2024	00270 /2024	R\$ 126.486,76	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 276.486,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01050 /2024	00272 /2024	R\$ 82.647,25	R\$ 77.835,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 160.482,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01050 /2024	00277 /2024	R\$ 310.924,87	R\$ 4.708,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 315.633,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01057 /2024	00281 /2024	R\$ 188.239,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 188.239,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01057 /2024	00292 /2024	R\$ 800.928,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 800.928,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01057 /2024	00295 /2024	R\$ 1.435.000,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.435.000,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01057 /2024	00306 /2024	R\$ 1.422.631,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.422.631,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01059 /2024	00298 /2024	R\$ 0,00	R\$ 67.060,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 67.060,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01059 /2024	00304 /2024	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.300,20	R\$ 1.300,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01060 /2024	00299 /2024	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01061 /2024	00300 /2024	R\$ 0,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
		R\$ 11.821.816,51	R\$ 15.010.619,87	R\$ 0,00	R\$ 1.300,20	R\$ 7.941.518,92	R\$ 13.077.224,22	R\$ 0,00	R\$ 5.814.993,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 11.821.816,51	R\$ 15.010.619,87	R\$ 0,00	R\$ 1.300,20	R\$ 7.941.518,92	R\$ 13.077.224,22	R\$ 0,00	R\$ 5.814.993,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fontes de financiamento > Dados Consolidados do Ente.



## Anexo: 2 - RECEITA

### Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADAÇÃO S/ PREVISÃO
<b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 36.239.988,00</b>	<b>R\$ 34.847.930,94</b>	<b>96,15%</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 3.384.842,07	R\$ 1.010.597,26	29,85%
Receita de Contribuições	R\$ 575.500,00	R\$ 809.731,69	140,70%
Receita Patrimonial	R\$ 2.124.406,00	R\$ 1.005.339,63	47,32%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 673.750,00	R\$ 68.716,54	10,19%
Transferências Correntes	R\$ 29.426.439,93	R\$ 31.792.124,96	108,03%
Outras Receitas Correntes	R\$ 55.050,00	R\$ 161.420,86	293,22%
<b>II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 31.250,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 31.250,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 36.271.238,00</b>	<b>R\$ 34.847.930,94</b>	<b>96,07%</b>
<b>IV - DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-R\$ 2.626.280,00</b>	<b>-R\$ 4.613.113,05</b>	<b>175,65%</b>
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 2.626.280,00	-R\$ 4.613.113,05	175,65%
Renúncias de Receita	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)</b>	<b>R\$ 33.644.958,00</b>	<b>R\$ 30.234.817,89</b>	<b>89,86%</b>
<b>V - Receita Corrente Intraorçamentária</b>	<b>R\$ 1.940.228,75</b>	<b>R\$ 2.973.611,22</b>	<b>153,26%</b>
<b>VI - Receita de Capital Intraorçamentária</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 35.585.186,75</b>	<b>R\$ 33.208.429,11</b>	<b>93,32%</b>

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



**Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)**

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADAÇÃO S/ PREVISÃO
<b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 33.613.708,00</b>	<b>R\$ 30.234.817,89</b>	<b>89,94%</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 3.384.842,07	R\$ 1.010.597,26	29,85%
Receita de Contribuições	R\$ 575.500,00	R\$ 809.731,69	140,70%
Receita Patrimonial	R\$ 2.124.406,00	R\$ 1.005.339,63	47,32%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 673.750,00	R\$ 68.716,54	10,19%
Transferências Correntes	R\$ 26.800.159,93	R\$ 27.179.011,91	101,41%
Outras Receitas Correntes	R\$ 55.050,00	R\$ 161.420,86	293,22%
<b>II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 31.250,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 31.250,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>III - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 1.940.228,75</b>	<b>R\$ 2.973.611,22</b>	<b>153,26%</b>
<b>IV- SUBTOTAL DA RECEITA</b>	<b>R\$ 35.585.186,75</b>	<b>R\$ 33.208.429,11</b>	<b>93,32%</b>
<b>V - OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 35.585.186,75</b>	<b>R\$ 33.208.429,11</b>	<b>93,32%</b>

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

**Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)**

Receitas	Total R\$
Total de Receitas Correntes (I)	R\$ 34.847.930,94
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para o FUNDEB) (II)	R\$ 0,00
<b>(=) Subtotal (III) = (I - II)</b>	<b>R\$ 34.847.930,94</b>
(-) Receita Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (IV)	R\$ 790.537,74
(-) Receita Compensação Financeira entre regimes previdenciários (V)	R\$ 81.169,03
(-) Deduções da Receita para formação do FUNDEB (VI)	R\$ 4.613.113,05
<b>(=) RCL antes da dedução da Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VII) = (III-IV-V-VI)</b>	<b>R\$ 29.363.111,12</b>
(-) Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VIII)	R\$ 404.447,85
<b>(=) Receita Corrente Líquida (IX) = (VII - VIII)</b>	<b>R\$ 28.958.663,27</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da	



Receitas	Total R\$
CF) (X)	R\$ 0,00
<b>(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites de Endividamento (XI) = (IX-X)</b>	<b>R\$ 28.958.663,27</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (XII)	R\$ 0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (XIII)	R\$ 93.192,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (XIX)	R\$ 0,00
<b>(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)</b>	<b>R\$ 28.865.471,27</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

#### **Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)**

DESCRIÇÃO	Total R\$
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 0,00
Receita de Contribuição	R\$ 0,00
Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Receita Agropecuária	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 0,00
Transferências Correntes	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

#### **Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)**

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I - Impostos	R\$ 1.387.693,57	R\$ 907.247,39	89,77%
IPTU	R\$ 58.000,00	R\$ 53.912,51	5,33%
IRRF	R\$ 514.943,57	R\$ 532.279,41	52,67%
ISSQN	R\$ 393.750,00	R\$ 169.545,88	16,77%
ITBI	R\$ 421.000,00	R\$ 151.509,59	14,99%
II - Taxas (Principal)	R\$ 1.194.000,00	R\$ 86.365,47	8,54%
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	R\$ 58.880,25	R\$ 0,00	0,00%
IV - Multas e Juros de Mora (Principal)	R\$ 205.462,50	R\$ 16.984,40	1,68%
V - Dívida Ativa	R\$ 538.805,75	R\$ 0,00	0,00%



Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
VI -Multas e Juros de Mora (Dív. Ativa)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.384.842,07</b>	<b>R\$ 1.010.597,26</b>	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).



## Anexo: 3 - DESPESA

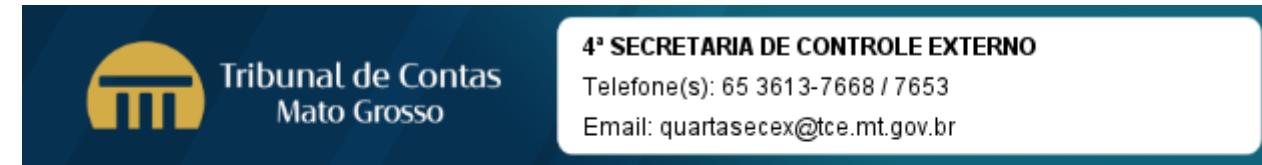
Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
<b>I - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 35.732.367,42</b>	<b>R\$ 31.242.635,36</b>	<b>87,43%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 11.478.214,93	R\$ 11.247.622,45	97,99%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 24.254.152,49	R\$ 19.995.012,91	82,44%
<b>II - DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 3.884.805,14</b>	<b>R\$ 3.582.040,94</b>	<b>92,20%</b>
Investimentos	R\$ 2.893.998,05	R\$ 2.591.233,85	89,53%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 990.807,09	R\$ 990.807,09	100,00%
<b>III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>R\$ 900,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 39.618.072,56</b>	<b>R\$ 34.824.676,30</b>	<b>87,90%</b>
<b>V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 2.094.145,10</b>	<b>R\$ 1.964.291,27</b>	<b>93,79%</b>
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 2.094.145,10	R\$ 1.964.291,27	93,79%
VII - Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>IX - TOTAL DESPESA</b>	<b>R\$ 41.712.217,66</b>	<b>R\$ 36.788.967,57</b>	<b>88,19%</b>

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro

### Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo

FUNÇÃO	DESCRÍÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 1.220.000,00	R\$ 1.187.150,00	R\$ 1.122.336,89	R\$ 1.122.336,89	R\$ 1.122.336,89
02	Judiciária	R\$ 200.000,00	R\$ 461.814,36	R\$ 461.813,36	R\$ 461.813,36	R\$ 461.813,36
04	Administração	R\$ 3.386.420,00	R\$ 4.379.524,43	R\$ 4.303.355,67	R\$ 4.303.355,67	R\$ 4.291.071,21
06	Segurança Pública	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
08	Assistência Social	R\$ 921.051,25	R\$ 1.028.873,67	R\$ 998.096,80	R\$ 998.096,80	R\$ 994.644,20
09	Previdência Municipal	R\$ 2.446.828,75	R\$ 4.096.828,75	R\$ 3.776.880,44	R\$ 3.776.880,44	R\$ 3.770.953,04
10	Saúde	R\$ 3.669.500,00	R\$ 7.156.800,70	R\$ 6.646.945,28	R\$ 6.376.945,28	R\$ 6.294.604,11
11	Trabalho	R\$ 198.000,00	R\$ 239.984,45	R\$ 239.984,45	R\$ 239.984,45	R\$ 239.984,45
12	Educação	R\$ 4.079.550,00	R\$ 4.887.831,02	R\$ 4.760.945,29	R\$ 3.411.451,30	R\$ 3.357.778,80
13	Cultura	R\$ 29.200,00	R\$ 225.529,46	R\$ 213.204,27	R\$ 213.204,27	R\$ 213.204,27
15	Urbanismo	R\$ 2.610.400,00	R\$ 9.815.632,98	R\$ 6.601.148,32	R\$ 6.601.148,32	R\$ 6.601.148,32
16	Habitação	R\$ 1.050,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Saneamento	R\$ 151.350,00	R\$ 326.914,70	R\$ 322.845,70	R\$ 322.845,70	R\$ 321.711,70
18	Gestão Ambiental	R\$ 2.050,00	R\$ 500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	Agricultura	R\$ 33.600,00	R\$ 5.221,47	R\$ 4.332,00	R\$ 4.332,00	R\$ 4.332,00
25	Energia	R\$ 25.150,00	R\$ 23.220,61	R\$ 11.162,08	R\$ 11.162,08	R\$ 11.162,08
26	Transporte	R\$ 661.750,00	R\$ 3.588.077,70	R\$ 3.169.300,13	R\$ 3.169.300,13	R\$ 3.103.886,79
27	Desporto e Lazer	R\$ 127.150,00	R\$ 1.202.461,17	R\$ 1.201.518,53	R\$ 1.201.518,53	R\$ 1.201.518,53
28	Encargos Especiais	R\$ 801.000,00	R\$ 990.807,09	R\$ 990.807,09	R\$ 990.807,09	R\$ 990.807,09
99	Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	R\$ 196.900,00	R\$ 900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		<b>R\$ 20.761.950,00</b>	<b>R\$ 39.618.072,56</b>	<b>R\$ 34.824.676,30</b>	<b>R\$ 33.205.182,31</b>	<b>R\$ 32.980.956,84</b>



FUNÇÃO	DESCRIPÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Intraorçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 130.000,00	R\$ 125.850,00	R\$ 122.794,35	R\$ 122.794,35	R\$ 122.794,35
04	Administração	R\$ 1.394.000,00	R\$ 1.378.232,67	R\$ 1.275.514,56	R\$ 1.275.514,56	R\$ 1.256.954,69
08	Assistência Social	R\$ 9.050,00	R\$ 15.526,28	R\$ 15.526,28	R\$ 15.526,28	R\$ 13.776,55
10	Saúde	R\$ 172.000,00	R\$ 252.047,69	R\$ 252.047,69	R\$ 252.047,69	R\$ 228.079,09
12	Educação	R\$ 250.000,00	R\$ 185.600,02	R\$ 161.519,95	R\$ 161.519,95	R\$ 150.286,49
15	Urbanismo	R\$ 100.000,00	R\$ 131.883,60	R\$ 131.883,60	R\$ 131.883,60	R\$ 121.484,63
17	Saneamento	R\$ 3.000,00	R\$ 5.004,84	R\$ 5.004,84	R\$ 5.004,84	R\$ 4.587,77
		<b>R\$ 2.058.050,00</b>	<b>R\$ 2.094.145,10</b>	<b>R\$ 1.964.291,27</b>	<b>R\$ 1.964.291,27</b>	<b>R\$ 1.897.963,57</b>
		<b>R\$ 22.820.000,00</b>	<b>R\$ 41.712.217,66</b>	<b>R\$ 36.788.967,57</b>	<b>R\$ 35.169.473,58</b>	<b>R\$ 34.878.920,41</b>

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa por Função/Subfunção > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



### Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução

COD. PROGRAMA	DESCRÍÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução /Dotação Atualizada
Execução Orçamentária - Programas de Governo Previsão e Execução					
0007	ADMINISTRACAO	R\$ 2.497.728,75	R\$ 4.097.728,75	R\$ 3.776.880,44	92,17%
0111	APOIO A FAMILIA	R\$ 314.876,00	R\$ 281.083,81	R\$ 276.907,27	98,51%
0015	APOIO AO PEQUENO PRODUTOR	R\$ 241.500,00	R\$ 559.299,07	R\$ 550.928,51	98,50%
0044	APOIO EDUCACIONAL	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0106	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	R\$ 22.000,00	R\$ 8.721,45	R\$ 8.721,45	100,00%
0081	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	R\$ 146.000,00	R\$ 177.000,00	R\$ 144.964,71	81,90%
0051	CONSTRUCAO E MANUTENCAO DE PRACAS E JARDINS	R\$ 382.400,00	R\$ 557.500,38	R\$ 540.233,44	96,90%
0080	CONTROLE ENDEMIOLÓGICO E EPIDEMIOLÓGICO	R\$ 7.350,00	R\$ 1.621,35	R\$ 1.621,35	100,00%
0113	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	R\$ 184.750,00	R\$ 193.331,73	R\$ 186.181,88	96,30%
0101	DESENVOLVIMENTO DO GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0008	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL	R\$ 36.000,00	R\$ 5.379.935,50	R\$ 2.287.007,46	42,51%
0043	EXPANCAO E MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 3.033.950,00	R\$ 2.077.748,76	R\$ 2.009.646,96	96,72%
0041	EXPANCAO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL	R\$ 1.162.000,00	R\$ 2.803.823,66	R\$ 2.751.280,60	98,12%
0077	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CULTURAL, TURÍSTICO, LASER E COM. SOCIAL	R\$ 300.700,00	R\$ 1.729.032,44	R\$ 1.698.439,59	98,23%
	FORMACAO E VALORIZACAO DOS SERVIDORES				



COD. PROGRAMA	DESCRÍÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução /Dotação Atualizada
0003	MUNICIPAIS	R\$ 6.000,00	R\$ 1.172,04	R\$ 983,52	83,91%
0115	FORTALECIMENTO E FISCALIZAÇÃO PARA OS CONSELHOS	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0006	GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 96.100,00	R\$ 176.885,59	R\$ 170.361,15	96,31%
0109	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 615.225,25	R\$ 763.316,14	R\$ 736.715,81	96,51%
0108	GESTÃO DO SUS	R\$ 77.350,00	R\$ 63.160,00	R\$ 59.334,96	93,94%
0066	INFRA-ESTRUTURA	R\$ 2.946.450,00	R\$ 6.959.758,33	R\$ 6.429.741,23	92,38%
0112	MALHA VIARIA RURAL	R\$ 29.000,00	R\$ 313.619,46	R\$ 312.571,23	99,66%
0002	MODERNIZACAO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA	R\$ 2.637.550,00	R\$ 3.175.757,34	R\$ 3.136.717,70	98,77%
0004	MODERNIZACAO DA GESTAO FINANCEIRA COM FORTA	R\$ 2.707.270,00	R\$ 3.396.598,11	R\$ 3.290.858,35	96,88%
0110	MORADIA POPULAR	R\$ 1.050,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
9998	OPERACOES ESPECIAIS	R\$ 146.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$ 1.350.000,00	R\$ 1.313.000,00	R\$ 1.245.131,24	94,83%
0042	PROGRAMA DE MELHORIA E QUALIDADE NO TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 122.600,00	R\$ 191.858,62	R\$ 161.537,68	84,19%
0104	SANEAMENTO BASICO URBANO	R\$ 154.350,00	R\$ 331.919,54	R\$ 327.850,54	98,77%
0079	SAUDE DA FAMILIA	R\$ 3.505.650,00	R\$ 6.835.889,32	R\$ 6.371.147,36	93,20%
0105	SEGURANCA PUBLICA	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0107	VIGILANCIA EM SAUDE	R\$ 83.150,00	R\$ 322.456,27	R\$ 313.203,14	97,13%
		<b>R\$ 22.820.000,00</b>	<b>R\$ 41.712.217,66</b>	<b>R\$ 36.788.967,57</b>	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Programa > Dados Consolidados do Ente.



## Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS

Receita	Valor (R\$)
Receita Arrecadada (líquida das deduções) (I)	R\$ 33.208.429,11
Receitas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (II)	R\$ 4.240.949,09
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (III)	R\$ 0,00
<b>Total Receita Ajustado (IV) = I - II + III</b>	<b>R\$ 28.967.480,02</b>
Despesa	Valor (R\$)
Despesa Empenhada (V)	R\$ 36.788.967,57
Despesas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (VI)	R\$ 3.776.880,44
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (VII)	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (VIII)	R\$ 0,00
<b>Total Despesa Ajustado (IX) = V - VI + VII + VIII</b>	<b>R\$ 33.012.087,13</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCIADAS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (X) = IV - IX</b>	<b>-R\$ 4.044.607,11</b>
Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro (XI)	R\$ 4.650.156,76
<b>Resultado da Execução Ajustado (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (XII) = Se (X) &lt;0; (X+XI); (X)</b>	<b>R\$ 605.549,65</b>

APLIC

### Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário

Descrição	Valor (R\$)
(A) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS	R\$ 464.068,65
(B) RECEITA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 4.240.949,09
(C) DESPESA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 3.776.880,44
(D) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO RPPS AJUSTADA	R\$ 0,00
(E) RECEITA - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 4.240.949,09
(F) DESPESA - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 3.776.880,44
(G) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 0,00
(H) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS NÃO VINCULADOS	R\$ 1.234.645,00



Descrição	Valor (R\$)
(I) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS	R\$ 3.415.511,76
(J) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - EXCETO RPPS (H+I)	R\$ 4.650.156,76
(K) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCLUSIVE RPPS (D+H+I)	R\$ 4.650.156,76
(L) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO A SER CONSIDERADA NO QUADRO RESULTADO DA EXECUÇÃO	R\$ 4.650.156,76

APLIC

**Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro  
 (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS**

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) $= a - b$	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (e-d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
Recursos Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 22.172.308,09	R\$ 20.772.777,80	R\$ 1.399.530,29	R\$ 1.263.300,57	R\$ 1.234.645,00	R\$ 1.234.645,00	R\$ 1.399.530,29	R\$ 1.184.094,78
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.406,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.406,62
		<b>R\$ 22.172.308,09</b>	<b>R\$ 20.772.777,80</b>	<b>R\$ 1.399.530,29</b>	<b>R\$ 1.267.707,19</b>	<b>R\$ 1.234.645,00</b>	<b>R\$ 1.234.645,00</b>	<b>R\$ 1.399.530,29</b>	<b>R\$ 1.188.501,40</b>
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
	Transferências do								

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro do Exercício Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
540	FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 776.990,70	R\$ 817.358,95	-R\$ 40.368,25	R\$ 17.291,99	R\$ 17.008,95	R\$ 17.008,95	-R\$ 23.359,30	R\$ 9.217,01
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 51.369,61	R\$ 30.888,38	R\$ 20.481,23	R\$ 15.230,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.481,23	R\$ 35.404,58
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 7.910,00	R\$ 4.948,45	R\$ 2.961,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.961,55	R\$ 0,00
	Transferências de Recursos do FNDE Referentes								

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro do Exercício Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
553	ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 3.483,70	R\$ 2.999,96	R\$ 483,74	R\$ 631,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 483,74	R\$ 650,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 450,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.538,02
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.322,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.227,06
	Transferências do								

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro do Exercício Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
571	Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 69.166,60	R\$ 113.285,55	-R\$ 44.118,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 44.118,95	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 549.481,15	R\$ 1.683.977,54	-R\$ 1.134.496,39	R\$ 726.548,50	R\$ 652.896,50	R\$ 652.896,50	-R\$ 481.599,89	R\$ 51.897,06
	Transferências								

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
601	Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.288,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.288,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços								

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
602	Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.725,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos								

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro do Exercício Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
604	agentes de combate às endemias	R\$ 93.192,00	R\$ 77.039,50	R\$ 16.152,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.152,50	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 95.341,44	R\$ 6.372,39	R\$ 88.969,05	R\$ 6.993,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 88.969,05	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 91.975,59	R\$ 442.884,95	-R\$ 350.909,36	R\$ 27.696,51	R\$ 22.841,11	R\$ 22.841,11	-R\$ 328.068,25	R\$ 324.878,00

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro do Exercício Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 52.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 600.000,00	R\$ 203.403,84	R\$ 396.596,16	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 396.596,16	R\$ 348.107,95
	Transferência de								

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
660	Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 161.163,28	R\$ 236.461,38	-R\$ 75.298,10	R\$ 32.147,90	R\$ 31.949,84	R\$ 31.949,84	-R\$ 43.348,26	R\$ 10.562,70
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 44.011,51	R\$ 39.065,89	R\$ 4.945,62	R\$ 14.815,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.945,62	R\$ 24.542,65
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 0,00	R\$ 306.880,46	-R\$ 306.880,46	R\$ 300.021,28	R\$ 275.920,46	R\$ 275.920,46	-R\$ 30.960,00	R\$ 21,28
	Outras								

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro do Exercício Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
701	Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 2.436.578,15	R\$ 6.353.346,53	-R\$ 3.916.768,38	R\$ 5.280.666,98	R\$ 2.340.043,69	R\$ 2.340.043,69	-R\$ 1.576.724,69	R\$ 1.909.120,04
706	Transferência Especial da União	R\$ 250.044,00	R\$ 265.761,05	-R\$ 15.717,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 15.717,05	R\$ 0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 253,01	R\$ 0,00	R\$ 253,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 253,01	R\$ 0,00
710	Transferência Especial dos Estados	R\$ 520.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00
	Transferências								

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro do Exercício Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
715	Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.784,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.784,85
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 0,00	R\$ 5.800,00	-R\$ 5.800,00	R\$ 5.290,59	R\$ 5.800,00	R\$ 509,41	-R\$ 5.290,59	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 25.605,06	R\$ 25.959,15	-R\$ 354,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 354,09	R\$ 0,00

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro do Exercício Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9,25
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 18.915,27	R\$ 0,00	R\$ 18.915,27	R\$ 18.909,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.915,27	R\$ 22.792,02
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 19.193,95	R\$ 6.061,00	R\$ 13.132,95	R\$ 2.708,90	R\$ 156,00	R\$ 156,00	R\$ 13.132,95	R\$ 12.362,66
	Recursos Vinculados a								

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro do Exercício Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
759	Fundos	R\$ 980.496,91	R\$ 1.346.814,36	-R\$ 366.317,45	R\$ 79.827,56	R\$ 74.185,80	R\$ 74.185,80	-R\$ 292.131,65	R\$ 0,00
		<b>R\$ 6.795.171,93</b>	<b>R\$ 12.239.309,33</b>	<b>-R\$ 5.444.137,40</b>	<b>R\$ 6.818.161,26</b>	<b>R\$ 3.420.802,35</b>	<b>R\$ 3.415.511,76</b>	<b>-R\$ 2.028.781,64</b>	<b>R\$ 2.820.403,13</b>
Recursos utilizados na UG RPPS									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 4.048.589,65	R\$ 3.641.057,23	R\$ 407.532,42	R\$ 1.249.532,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 407.532,42	R\$ 1.245.718,22
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 192.359,44	R\$ 135.823,21	R\$ 56.536,23	R\$ 101.044,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.536,23	R\$ 180.465,83
		<b>R\$ 4.240.949,09</b>	<b>R\$ 3.776.880,44</b>	<b>R\$ 464.068,65</b>	<b>R\$ 1.350.576,54</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 464.068,65</b>	<b>R\$ 1.426.184,05</b>
>>>>	>>>>	<b>R\$ 33.208.429,11</b>	<b>R\$ 36.788.967,57</b>	<b>-R\$ 3.580.538,46</b>	<b>R\$ 9.436.444,99</b>	<b>R\$ 4.655.447,35</b>	<b>R\$ 4.650.156,76</b>	<b>-R\$ 165.182,70</b>	<b>R\$ 5.435.088,58</b>



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.



## Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR

### Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2022	R\$ 28.784,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28.784,44	R\$ 0,00
2023	R\$ 116.057,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 106.995,70	R\$ 9.061,61	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 1.619.493,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.619.493,99
	<b>R\$ 144.841,75</b>	<b>R\$ 1.619.493,99</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 106.995,70</b>	<b>R\$ 37.846,05</b>	<b>R\$ 1.619.493,99</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2019	R\$ 22.821,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.821,14	R\$ 0,00
2020	R\$ 149.507,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 45.219,66	R\$ 0,00	R\$ 104.287,91
2021	R\$ 38.594,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.450,00	R\$ 0,00	R\$ 37.144,90
2022	R\$ 8.914,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.914,34
2023	R\$ 458.764,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 442.692,65	R\$ 0,00	R\$ 16.071,40
2024	R\$ 0,00	R\$ 290.553,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 290.553,17
	<b>R\$ 678.602,00</b>	<b>R\$ 290.553,17</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 489.362,31</b>	<b>R\$ 22.821,14</b>	<b>R\$ 456.971,72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 823.443,75</b>	<b>R\$ 1.910.047,16</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 596.358,01</b>	<b>R\$ 60.667,19</b>	<b>R\$ 2.076.465,71</b>

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente

**Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo -  
Exceto RPPS (Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>									
502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 4.406,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.406,62	R\$ 0,00	R\$ 4.406,62
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.389.845,05	R\$ 137.396,46	R\$ 215.573,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.036.875,54	R\$ 0,00	R\$ 1.036.875,54
	<b>R\$ 1.394.251,67</b>	<b>R\$ 137.396,46</b>	<b>R\$ 215.573,05</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.041.282,16</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.041.282,16</b>
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>									
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 12.796,75	R\$ 0,00	R\$ 3.177,96	R\$ 0,00	R\$ 401,78	R\$ 0,00	R\$ 9.217,01	R\$ 0,00	R\$ 9.217,01
550 - Transferência do									

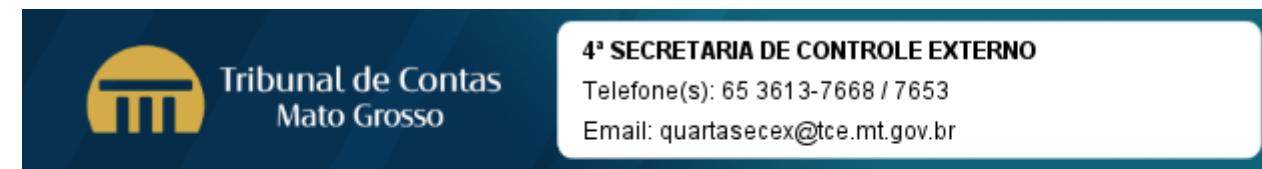
Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Salário Educação	R\$ 35.404,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.404,58	R\$ 0,00	R\$ 35.404,58
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 1.000,00	R\$ 350,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 650,00	R\$ 0,00	R\$ 650,00
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 56.619,28	R\$ 81,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.538,02	R\$ 0,00	R\$ 56.538,02
570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.227,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.227,06	R\$ 0,00	R\$ 2.227,06
600 - Transferências									

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 68.648,32	R\$ 16.289,84	R\$ 461,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 51.897,06	R\$ 0,00	R\$ 51.897,06
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		R\$ 3.288,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.288,00	R\$ 0,00	R\$ 3.288,00
621 - Transferências Fundo a Fundo de									

<b>Identificação dos Recursos</b>	<b>Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)</b>	<b>RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)</b>	<b>RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)</b>	<b>RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)</b>	<b>Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)</b>	<b>Insuficiência Financeira no Consórcio (F)</b>	<b>(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F</b>	<b>RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)</b>	<b>Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H</b>
Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 324.878,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 324.878,00	R\$ 0,00	R\$ 324.878,00
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 348.107,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 348.107,95	R\$ 0,00	R\$ 348.107,95
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 10.562,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.562,70	R\$ 0,00	R\$ 10.562,70
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 24.542,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.542,65	R\$ 0,00	R\$ 24.542,65

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 21,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21,28	R\$ 0,00	R\$ 21,28
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.258.614,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.258.614,03	R\$ 1.349.493,99	R\$ 1.909.120,04
710 - Transferência Especial dos Estados	R\$ 270.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 0,00
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 8.784,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.784,85	R\$ 0,00	R\$ 8.784,85
749 - Outras									

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
vinculações de transferências	R\$ 9,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9,25	R\$ 0,00	R\$ 9,25
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 22.792,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.792,02	R\$ 0,00	R\$ 22.792,02
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 12.362,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.362,66	R\$ 0,00	R\$ 12.362,66
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 70.533,34	R\$ 5.120,00	R\$ 65.413,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	<b>R\$ 4.531.192,72</b>	<b>R\$ 21.841,10</b>	<b>R\$ 69.052,72</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 401,78</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 4.439.897,12</b>	<b>R\$ 1.619.493,99</b>	<b>R\$ 2.820.403,13</b>
<b>RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>									
869 - Outros recursos extraorçamentários	R\$ 238.687,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 241.299,41	R\$ 0,00	-R\$ 2.612,25	R\$ 0,00	-R\$ 2.612,25
	<b>R\$ 238.687,16</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 241.299,41</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 2.612,25</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 2.612,25</b>



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
<b>TOTAL</b>	R\$ 6.164.131,55	R\$ 159.237,56	R\$ 284.625,77	R\$ 0,00	R\$ 241.701,19	R\$ 0,00	R\$ 5.478.567,03	R\$ 1.619.493,99	R\$ 3.859.073,04

APLIC> UG: Prefeitura> CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente (Exceto RPPS).

**Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>									
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>									
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-R\$ 150.408,17	R\$ 0,00	R\$ 0,89	R\$ 0,00	R\$ 60.599,89	R\$ 0,00	-R\$ 211.008,95	R\$ 0,00	-R\$ 211.008,95
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 193.587,51	R\$ 7.180,99	R\$ 5.926,51	R\$ 0,00	R\$ 14,18	R\$ 0,00	R\$ 180.465,83	R\$ 0,00	R\$ 180.465,83
	<b>R\$ 43.179,34</b>	<b>R\$ 7.180,99</b>	<b>R\$ 5.927,40</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 60.614,07</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 30.543,12</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 30.543,12</b>
<b>RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>									
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 43.179,34</b>	<b>R\$ 7.180,99</b>	<b>R\$ 5.927,40</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 60.614,07</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 30.543,12</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 30.543,12</b>

APLIC> UG: RPPS > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.

**Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo  
(Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > UG: Câmara > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.



## Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES

### Quadro: 6.1 - Dívida Ativa

Tipo de Dívida Ativa	A receber (R\$) (a)	Recebida (R\$) (b)	Baixada (R\$) (c)	Saldo Final (R\$) (d) = a -b -c
Dívida Ativa Tributária	R\$ 772.874,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 772.874,26
Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 772.874,26</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0</b>	<b>R\$ 772.874,26</b>

APLIC

### Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 6.875.448,06	R\$ 0,00	R\$ 6.875.448,06
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 2.866.543,53	R\$ 0,00	R\$ 2.866.543,53
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO</b>	<b>R\$ 4.008.904,53</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 4.008.904,53</b>

Relatório Contas de Governo > Anexo: Dívida > Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

**Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS**

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
<b>SUPERÁVIT X DÉFICIT - EXCETO RPPS</b>						
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 2.098.549,31	R\$ 914.454,53	R\$ 1.184.094,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 4.406,62	R\$ 0,00	R\$ 4.406,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 12.796,75	R\$ 3.579,74	R\$ 9.217,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 35.404,58	R\$ 0,00	R\$ 35.404,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 1.000,00	R\$ 350,00	R\$ 650,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 56.619,28	R\$ 81,26	R\$ 56.538,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
570 - Transferências do Governo Federal						

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.227,06	R\$ 0,00	R\$ 2.227,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 68.648,32	R\$ 16.751,26	R\$ 51.897,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 3.288,00	R\$ 0,00	R\$ 3.288,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 324.878,00	R\$ 0,00	R\$ 324.878,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
632 - Transferências do Estado referentes a						

<b>Fonte de Recursos</b>	<b>PODER EXECUTIVO</b>			<b>PODER LEGISLATIVO</b>		
	<b>Ativo Financeiro</b>	<b>Passivo Financeiro</b>	<b>Superávit/Déficit</b>	<b>Ativo Financeiro</b>	<b>Passivo Financeiro</b>	<b>Superávit/Déficit</b>
Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 348.107,95	R\$ 0,00	R\$ 348.107,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 10.562,70	R\$ 0,00	R\$ 10.562,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 24.542,65	R\$ 0,00	R\$ 24.542,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 21,28	R\$ 0,00	R\$ 21,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.258.614,03	R\$ 1.349.493,99	R\$ 1.909.120,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
710 - Transferência Especial dos Estados	R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 8.784,85	R\$ 0,00	R\$ 8.784,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
749 - Outras vinculações						

<b>Fonte de Recursos</b>	<b>PODER EXECUTIVO</b>			<b>PODER LEGISLATIVO</b>		
	<b>Ativo Financeiro</b>	<b>Passivo Financeiro</b>	<b>Superávit/Déficit</b>	<b>Ativo Financeiro</b>	<b>Passivo Financeiro</b>	<b>Superávit/Déficit</b>
de transferências	R\$ 9,25	R\$ 0,00	R\$ 9,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 22.792,02	R\$ 0,00	R\$ 22.792,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 12.362,66	R\$ 0,00	R\$ 12.362,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 70.533,34	R\$ 70.533,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
869 - Outros recursos extraorçamentários	R\$ 241.299,41	R\$ 241.299,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	<b>R\$ 6.875.448,06</b>	<b>R\$ 2.866.543,53</b>	<b>R\$ 4.008.904,53</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.875.448,06</b>	<b>R\$ 2.866.543,53</b>	<b>R\$ 4.008.904,53</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes - Acumulado até o mês de dezembro.

### Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS

Fontes de Recursos	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - RPPS			
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 1.306.319,00	R\$ 60.600,78	R\$ 1.245.718,22
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 193.587,51	R\$ 13.121,68	R\$ 180.465,83
	<b>R\$ 1.499.906,51</b>	<b>R\$ 73.722,46</b>	<b>R\$ 1.426.184,05</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.499.906,51</b>	<b>R\$ 73.722,46</b>	<b>R\$ 1.426.184,05</b>

APLIC: UG RPPS > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes



**Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")  
Exceto RPPS**

Descrição	Valor R\$
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>R\$ 3.752.233,54</b>
<b>1. Dívida Mobiliária</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>2. Dívida Contratual</b>	<b>R\$ 3.752.223,54</b>
2.1. Empréstimos	R\$ 31.802,88
2.1.1. Internos	R\$ 31.802,88
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 4.872,50
2.3.1. Internos	R\$ 4.872,50
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 3.715.548,16
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 3.715.548,16
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 0,00
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
<b>3. Precatórios Posteiros a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos</b>	<b>R\$ 10,00</b>
<b>4. Outras Dívidas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>R\$ 5.973.549,88</b>
<b>5. Disponibilidade de Caixa</b>	<b>R\$ 5.603.424,29</b>
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 6.164.131,55
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 377.535,63
5.3. (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 183.171,63
<b>6. Demais Haveres Financeiros</b>	<b>R\$ 370.125,59</b>
<b>DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)</b>	<b>-R\$ 2.221.316,34</b>
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)	R\$ 28.958.663,27
% da DC sobre a RCL Ajustada	12,95%
<b>% da DCL sobre a RCL Ajustada</b>	<b>0,00%</b>
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 34.750.395,92
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 248.971,30
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	R\$ 22.391,76
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 71.892.108,41
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 1.619.493,99
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00



Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	R\$ 0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição)

#### Quadro: 6.6 - Quociente de Dispêndio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRIPÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 990.807,09
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 990.807,09</b>
Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R\$ 28.958.663,27
<b>% do Dispêndios da Dívida Pública sobre a RCL Ajustada &lt;11,5% RCL&gt;</b>	<b>3,42%</b>

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária

#### Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
Mobiliária	R\$ 0,00
Empréstimos	R\$ 0,00
Aquisição Financiada de Bens e Serviços de Arrendamento	R\$ 0,00
Mercantil Financeiro	R\$ 0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	R\$ 0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	R\$ 0,00
Operações de crédito não sujeitas aos limites para fins de contratação (art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I))	R\$ 0,00
<b>TOTAL (II)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR (R\$)
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III)	R\$ 28.958.663,27
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	R\$ 0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V)=(II+IV-I)	R\$ 0,00
% DA DÍVIDA CONTRATADA SOBRE A RCL AJUSTADA (VI) =V / III x 100	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS <16% RCL>	R\$ 4.633.386,12



OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <90% x16% RCL>	R\$ 4.170.047,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA <60% RCL>	R\$ 17.375.197,96

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Pública Contratada

#### Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	RPNP LIQUIDADOS E NÃO PAGOS	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
2022	R\$ 28.784,44	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 28.784,44	R\$ 0,00
2023	R\$ 116.057,31	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 116.057,31	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 1.619.493,99	R\$ 0	R\$ 0,00	R\$ 1.619.493,99
	<b>R\$ 144.841,75</b>	<b>R\$ 1.619.493,99</b>	<b>R\$ 0</b>	<b>R\$ 144.841,75</b>	<b>R\$ 1.619.493,99</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
2019	R\$ 22.821,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.821,14	R\$ 0,00
2020	R\$ 149.507,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 45.219,66	R\$ 104.287,91
2021	R\$ 38.594,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.450,00	R\$ 37.144,90
2022	R\$ 8.914,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.914,34
2023	R\$ 458.764,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 442.692,65	R\$ 16.071,40
2024	R\$ 0,00	R\$ 290.553,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 290.553,17
	<b>R\$ 678.602,00</b>	<b>R\$ 290.553,17</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 512.183,45</b>	<b>R\$ 456.971,72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 823.443,75</b>	<b>R\$ 1.910.047,16</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 657.025</b>	<b>R\$ 2.076.465,71</b>

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

#### Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES / ARO				
21881010500 - RESSARCIMENTOS E RESTITUIÇÕES (F)	R\$ 419,34	R\$ 568,66	R\$ 0,00	R\$ 988,00
21881011000 - PENSAO ALIMENTICIA				



TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
(F)	R\$ 1.065,68	R\$ 14.190,60	R\$ 14.190,60	R\$ 1.065,68
21881011300 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)	R\$ 100.979,48	R\$ 38.897,62	R\$ 49.086,10	R\$ 90.791,00
21881011500 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	R\$ 48.670,68	R\$ 1.002.534,90	R\$ 1.029.121,70	R\$ 22.083,88
21881019900 - OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	R\$ 600,92	R\$ 2.610,46	R\$ 2.610,46	R\$ 600,92
21881020000 - GARANTIAS (F)	R\$ 20,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20,00
21881049900 - OUTROS DEPOSITOS (F)	R\$ 0,00	R\$ 331.649,32	R\$ 331.649,32	R\$ 0,00
21882010100 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	R\$ 44.447,55	R\$ 712.789,00	R\$ 698.706,99	R\$ 58.529,56
21882010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F)	R\$ 16.604,35	R\$ 231.944,30	R\$ 211.465,60	R\$ 37.083,05
21883010200 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	R\$ 81.650,72	R\$ 152.774,87	R\$ 143.272,42	R\$ 91.153,17
21885030000 - DEPOSITOS JUDICIAIS (F)	R\$ 0,00	R\$ 2.337,80	R\$ 2.337,80	R\$ 0,00
	<b>R\$ 294.458,72</b>	<b>R\$ 2.490.297,53</b>	<b>R\$ 2.482.440,99</b>	<b>R\$ 302.315,26</b>

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

#### Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO

Título	Saldo Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 144.841,75	R\$ 1.619.493,99
Restos a Pagar Processados	R\$ 678.602,00	R\$ 456.971,72
Depósitos/Consignações/ARO	R\$ 294.458,72	R\$ 302.315,26
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.117.902,47</b>	<b>R\$ 2.378.780,97</b>

APLIC



**4<sup>a</sup> SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br



## Anexo: 7 - EDUCAÇÃO

### Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
<b>Receita de Impostos (I)</b>	<b>R\$ 924.184,28</b>
1.1 IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 70.774,50
1.2 ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 151.509,59
1.3 ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 169.615,80
1.4 IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 532.284,39
1.5 ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
<b>Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)</b>	<b>R\$ 24.472.028,68</b>
2.1 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 12.878.114,63
2.2 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "d" e "e", da CF/88)	R\$ 1.329.475,77
2.3 Cota-Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 9.477.570,98
2.4 Cota-Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
2.5 Cota-Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 701.210,40
2.6 Cota-Parte IPVA da CF/88)	R\$ 85.656,90
2.7 Cota-Parte IOF s/ Ouro - Imposto Parte IPVA (Art. 158, III, sobre Operações Financeiras (Art. 153, §5º CF)	R\$ 0,00
2.8 Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 e LC 194/2022)	R\$ 0,00
<b>Total da Receita base - MDE (III) = (I+II)</b>	<b>R\$ 25.396.212,96</b>
<b>Total destinado ao Fundeb (IV)</b>	<b>R\$ 4.613.113,05</b>
<b>Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)</b>	<b>R\$ 6.349.053,24</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

### Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB

Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
<b>1. Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos</b>	<b>R\$ 776.990,70</b>
1.1 Principal (1.7.5.1.50.0). Fonte 1.540	R\$ 776.990,70
1.2 Rendimento de Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.540	R\$ 0,00
1.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.540	R\$ 0,00
<b>2. Fundeb - Complementação da União - VAAF</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 Principal (1.7.1.5.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00



Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
<b>3. Fundeb - Complementação da União - VAAT</b>	<b>R\$ 0,00</b>
3.1 Principal (1.7.1.5.50.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
3.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
3.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
<b>4. Fundeb - Complementação da União - VAAR</b>	<b>R\$ 0,00</b>
4.1 Principal (1.7.1.5.52.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
4.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
4.3 Fundeb - Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
<b>5. Total Receita Recebida do Fundeb (1+2+3+4)</b>	<b>R\$ 776.990,70</b>
<b>6. Resultado Líquido das Transferências (Receita Recebida FUNDEB (1.540) - Dedução para o FUNDEB)</b>	<b>-R\$ 3.836.122,35</b>
<b>Recursos Recebidos em Exercícios Anteriores e Não Utilizados (Superávit)</b>	
7. Total do recurso do superávit	R\$ 17.291,99
<b>8. Total dos recursos do Fundeb disponíveis para utilização (5+7)</b>	<b>R\$ 794.282,69</b>

**Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS**

Descrição	Valor (R\$)
Receita Recebida do FUNDEB - Principal (A)	R\$ 776.990,70
Total destinado ao FUNDEB (B)	R\$ 4.613.113,05
<b>Resultado Líquido das Transferências (C)= A-B</b>	<b>-R\$ 3.836.122,35</b>



**Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB**

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$
Despesas com recursos do FUNDEB	R\$ 817.358,95	R\$ 817.358,95	R\$ 814.180,99	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



**Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício**

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Sem disponibilidade de Caixa) (e) R\$	Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (f) R\$
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 800.350,00	R\$ 800.350,00	R\$ 797.172,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.359,30
FUNDEB - Complementação da União (Fontes 541, 542 e 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 800.350,00</b>	<b>R\$ 800.350,00</b>	<b>R\$ 797.172,04</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 23.359,30</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



### Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB

Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, XI. Fontes 1.540, 1.541 e 1.542 Função 12. Natureza de despesa 1. CAEO: 1070 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13, 3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 70%)	R\$ 571.304,24	R\$ 0,00	R\$ 571.304,24	R\$ 776.990,70	73,52%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, XI). Fonte 1.542. Função 12. Categoria Econômica 4 Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 15%)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 1.542. Subfunção 365. Categoria econômica 3 e 4 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	REGULAR	



Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo de 50%)					0,00%	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB

### Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA

Descrição	Valor (R\$)
Total Receita Recebida do FUNDEB (A)	R\$ 776.990,70
Receita FUNDEB - Complementação União - VAAR - 1.543 (B)	R\$ 0,00
<b>Receita Base para verificação do cumprimento do limite de 70% (C)= A-B</b>	<b>R\$ 776.990,70</b>

### Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Receita Recebida no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (A)	R\$ 776.990,70
Despesas Empenhada no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (B)	R\$ 800.350,00
RP FUNDEB inscrito sem Disponibilidade - Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (C )	R\$ 0,00
Desp Empenhada (FUNDEB) superior ao total das receitas recebidas no exercício (D)= (SE B-A,=0;0;B-A)	R\$ 23.359,30
<b>Vlr. Máximo Permitido (E) A*10%</b>	<b>R\$ 77.699,07</b>
<b>Vlr. Não Aplicado (F)= A-(B-D)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vlr. Não Aplicado após ajustes (G) = F+(se(C-D&lt;=0;0;C-D))</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vlr. Não Aplicado excedente ao Máximo de 10% (H)= (se(G-E&lt;=0; 0; G-E)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>% Não Aplicado (I)=G/A</b>	<b>0,00%</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB



**Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO**

Descrição	Valor (R\$)
Valor Empenhado FUNDEB - Fonte 1.540 (A)	R\$ 800.350,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.540 (B)	R\$ 776.990,70
<b>FUNDEB - 1.540 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (C)= SE A-B&gt;0</b>	<b>R\$ 23.359,30</b>
Valor Empenhado FUNDEB - Complementação União - Fontes 1.541, 1.542, 1.543 (D)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.541 (E)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.542 (F)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.543 (G)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB Complementação União (1.541, 1542 e 1.543) (H)	R\$ 0,00
<b>FUNDEB - 1.541, 1.542 E 1.543 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (I)= SE D-H&gt;0</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB**

Descrição	valor (R\$)
Valor máximo de superávit permitido no exercício anterior (A)	R\$ 72.827,20
Valor não aplicado no exercício anterior (B) de 2024	R\$ 205.686,46
Valor de superávit aplicado até o primeiro quadrimestre (C) de 2025	R\$ 174.479,72
Valor de superávit permitido no exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (D)	-R\$ 101.652,51

APLIC (2024 e 2025)

**Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício**

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 1.394.251,67	R\$ 137.396,46	R\$ 215.573,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.041.282,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 12.796,75	R\$ 0,00	R\$ 3.177,96	R\$ 0,00	R\$ 401,78	R\$ 0,00	R\$ 9.217,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAF (Fonte 541)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAT (Fonte 542)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B -C -D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
FUNDEB - Complementação da União VAAR (Fonte 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTALIZAÇÃO</b>									
TOTAL (Fontes 540 + 541 +542)	R\$ 12.796,75	R\$ 0,00	R\$ 3.177,96	R\$ 0,00	R\$ 401,78	R\$ 0,00	R\$ 9.217,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL - FUNDEB COMPL UNIÃO (FONTES 541 + 542 + 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC

**Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino**

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Processados - De Exercícios Anteriores (B)	RP Não Processados de Exercícios Anteriores (C)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (D)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes de cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados (E) = A - B - C - D	Cancelamento, no exercício, de RPNP de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (F)	Cancelamento, no exercício, de RPNP de Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (G) (G) =SE (E<=0, 0, SE(E<F, F-E, F))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 1.527.401,90	R\$ 372.134,30	R\$ 127.997,51	R\$ 0,00	R\$ 1.027.270,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 29.206,04	R\$ 11.512,27	R\$ 0,00	R\$ 401,78	R\$ 17.291,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.556.607,94</b>	<b>R\$ 383.646,57</b>	<b>R\$ 127.997,51</b>	<b>R\$ 401,78</b>	<b>R\$ 1.044.562,08</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC



### Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$
Despesas com MDE custeadas com receita de impostos-Exceto FUNDEB (A)	R\$ 2.102.880,77
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica) (B)	R\$ 0,00
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (C)	R\$ 127.645,00
<b>Despesas considerada como Aplicação em MDE (D)=A+B-C</b>	<b>R\$ 1.975.235,77</b>
Apuração do Limite Constitucional com Ações Típicas de MDE	Valor(R\$)
Total das receitas transferidas ao FUNDEB (E)	R\$ 4.613.113,05
(-) Receitas do FUNDEB não utilizadas no exercício, em valor superior a 10% (F)	R\$ 0,00
(-) Superávit permitido no exercício imediatamente anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (G)	-R\$ 101.652,51
(-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (H)	R\$ 0,00
(-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino (I)	R\$ 0,00
<b>(-) Total das despesas para fins de limite (J)=D+E-F-G-H-I</b>	<b>R\$ 6.690.001,33</b>
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (K)	R\$ 25.396.212,96
<b>Percentual aplicado na MDE (L) = (J/K) %</b>	<b>26,34%</b>
Percentual mínimo de aplicação em MDE (M)	25%
<b>Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (N) = (L-M)</b>	<b>1,34%</b>
<b>Situação (O)</b>	<b>REGULAR</b>
APLIC	

### Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
Vários	Vários			R\$ 127.645,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos (apêndice Educação)

### Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções



Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos



## Anexo: 8 - SAÚDE

### Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
<b>Receitas Resultantes de Impostos (I)</b>	<b>R\$ 924.184,28</b>
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 70.774,50
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 151.509,59
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 169.615,80
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 532.284,39
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
<b>Transferências (II)</b>	<b>R\$ 23.142.552,91</b>
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 12.878.114,63
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 701.210,40
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 85.656,90
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 9.477.570,98
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (LC 194/2022)	R\$ 0,00
<b>Total da Receita base - ASPS (III) = (I+II)</b>	<b>R\$ 24.066.737,19</b>
<b>Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)</b>	<b>R\$ 3.610.010,57</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde

**Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS**

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (b)	Inscritos em RPP - Do Exercício (c)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (e)	Insuficiência Financeira no Consórcio (f)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (g) = a - b - c - d - e - f	Inscritos em RPNP - Do Exercício (h)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (i)=SE (G<=0, H, Se (G>=H,0,H-G))
500 e 502 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.394.251,67	R\$ 137.396,46	R\$ 215.573,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.041.282,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC



**Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)**

Descrições	Valor (R\$)
Despesa Corrente (IV)	R\$ 3.873.754,95
Despesa de Capital (V)	R\$ 204.059,80
<b>Total das Despesa com ASPS (VI) = IV+V</b>	<b>R\$ 4.077.814,75</b>
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (VII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (VIII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (IX)	R\$ 0,00
(+) Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fontes/ destinação de Recursos 500 e 502 (X)	R\$ 0,00
(-) Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS (Inclusão pela Equipe Técnica) (XI)	R\$ 106.488,94
<b>(=) Valor Aplicado em ASPS (XII) = VI-VII-VIII-IX+X-XI</b>	<b>R\$ 3.971.325,81</b>
Receita base das ASPS (Conforme Quadro 8.1) (XIII)	R\$ 24.066.737,19
<b>Percentual aplicado nas ASPS (XIV) = XII/XIII</b>	<b>16,50%</b>
Percentual mínimo de aplicação nas ASPS (XV)	15%
<b>Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (XVI)=XIV-XV</b>	<b>1,50%</b>
<b>SITUAÇÃO (XVII)</b>	<b>REGULAR</b>

APLIC



**Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde**

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
Vários	Vários			R\$ 106.488,94

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos (apêndice Saúde)



**Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS.  
Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502**

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Empenhos



## Anexo: 9 - PESSOAL

### Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)</b>	<b>R\$ 12.393.778,66</b>	<b>R\$ 0,00</b>
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 8.724.295,34	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 3.669.483,32	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5 + 2.6)</b>	<b>R\$ 3.723.831,88</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 3.641.057,23	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 77.039,50	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 5.735,15	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)</b>	<b>R\$ 8.669.946,77</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP - STN (3a + 3b)</b>	<b>R\$ 8.669.946,77</b>	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

### Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>R\$ 11.621.178,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 7.951.694,68	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 3.669.483,32	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)</b>	<b>R\$ 3.723.831,88</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 3.641.057,23	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 77.039,50	R\$ 0,00
2.6 -Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 5.735,15	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)</b>	<b>R\$ 7.897.346,11</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (3a + 3b)</b>	<b>R\$ 7.897.346,11</b>	

Relatório de Contas Anuais de Governo -Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado

### Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN

DESCRÍÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
DTP (I)	R\$ 8.669.946,77	R\$ 7.897.346,11	R\$ 772.600,66
<b>RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (II)</b>	<b>R\$ 28.865.471,27</b>		
% sobre a RCL Ajustada (III) = I / II x 100	30,03%	27,35%	2,67%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%	54%	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da			

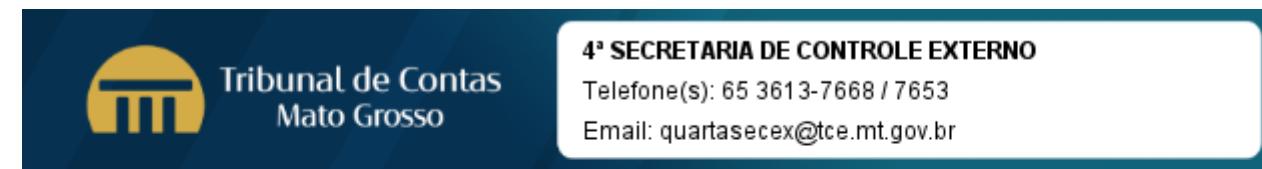


DESCRÍÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
LRF)	57%	51,30%	5,70%

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.

### Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>R\$ 12.393.778,66</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 11.621.178,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 772.600,66</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>1. Pessoal Ativo</b>	<b>R\$ 8.724.295,34</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 7.951.694,68</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 772.600,66</b>	<b>R\$ 0,00</b>
1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis:	R\$ 7.769.823,98	R\$ 0,00	R\$ 7.077.169,09	R\$ 0,00	R\$ 692.654,89	R\$ 0,00
1.2 Obrigações Patronais:	R\$ 954.471,36	R\$ 0,00	R\$ 874.525,59	R\$ 0,00	R\$ 79.945,77	R\$ 0,00
1.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2. Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>R\$ 3.669.483,32</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 3.669.483,32</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas:	R\$ 3.427.601,80	R\$ 0,00	R\$ 3.427.601,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 Pensões:	R\$ 241.881,52	R\$ 0,00	R\$ 241.881,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF):</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>5 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>R\$ 3.723.831,88</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 3.723.831,88</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>5.1 Indenizações por Demissão e</b>						



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
Incentivos à Demissão Voluntária:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.2 Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.3 Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 3.641.057,23	R\$ 0,00	R\$ 3.641.057,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.5 Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198 §11, CF/88)	R\$ 77.039,50	R\$ 0,00	R\$ 77.039,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.6 Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 5.735,15	R\$ 0,00	R\$ 5.735,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.7 Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 8.669.946,77</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 7.897.346,11</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 772.600,66</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>DTP</b>	<b>R\$ 8.669.946,77</b>		<b>R\$ 7.897.346,11</b>		<b>R\$ 772.600,66</b>	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Despesa com Pessoal (Preliminar)



## Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA

### Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>R\$ 598.038,47</b>
<b>Impostos</b>	<b>R\$ 513.201,96</b>
IPTU	R\$ 42.954,78
IRRF	R\$ 303.701,37
ITBI	R\$ 20.440,37
ISSQN	R\$ 146.105,44
<b>TAXAS</b>	<b>R\$ 84.836,51</b>
<b>Contribuição de Melhoria</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Transferências da União</b>	<b>R\$ 13.402.169,45</b>
FPM	R\$ 12.633.653,98
Transf. ITR	R\$ 768.515,47
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
<b>Transferências do Estado</b>	<b>R\$ 4.761.555,11</b>
ICMS	R\$ 4.680.544,34
IPVA	R\$ 78.482,46
IPI (Exportação)	R\$ 0,00
CIDE	R\$ 2.528,31
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 18.761.763,03</b>
População do Município	1.006
<b>Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF</b>	<b>7,00%</b>
<b>Valor máximo de repasse</b>	<b>R\$ 1.313.323,41</b>
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 1.313.000,00
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 1.245.131,24

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

### Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 1.300.480,80	R\$ 18.761.763,03	6,93%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 1.245.131,24	R\$ 18.761.763,03	6,63%	7,00%	



DESCRÍÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 772.600,66	R\$ 1.300.480,80	59,40%	70%	
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 772.600,66	R\$ 28.865.471,27	2,67%	6%	REGULAR

APLIC > Informes Mensais>Contabilidade>Lançamento Contábil>Razão Contábil> (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura - Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo - Limites Constitucionais e Legais - Quadro 1.7 - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)

### Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)

DESCRÍÇÃO	Valor Liquidado - R\$ (A)	Valor Inscrito em Restos a Pagar não Processados (B)
1. Pessoal Ativo. Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	R\$ 692.654,89	R\$ 0,00
2. Obrigações Patronais	R\$ 79.945,77	R\$ 0,00
3. Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4. Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5. Outras despesas lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Soma</b>	<b>R\$ 772.600,66</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Total Despesa com Folha de Pagamento</b>	<b>R\$ 772.600,66</b>	

APLIC > Informes Mensais > Despesas>Despesas Orçamentária

### Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos

DESCRÍÇÃO	VALOR LIQUIDADO	VALOR INSCRITOS EM RPNC
Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Soma	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Total Gastos Inativos</b>	<b>R\$ 0,00</b>	

APLIC > Informes Mensais > LRF > Despesa com Pessoal (Preliminar)

### Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$
Despesas Câmara	R\$ 1.245.131,24
Gastos com Inativos	R\$ 0,00
<b>Gasto Poder Legislativo - Art. 29-A CF</b>	<b>R\$ 1.245.131,24</b>



**4<sup>a</sup> SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br



## Anexo: 11 - METAS FISCAIS

### Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)

Receitas Primárias	Valor R\$
Receitas Primária Correntes (I)	R\$ 28.366.588,24
Receita Primária de Capital (II)	R\$ 0,00
<b>Receita Primária Total (III) = I + II</b>	<b>R\$ 28.366.588,24</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais

### Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)

Despesas Primárias	Despesa Paga R\$ (a)	Restos a Pagar Pagos R\$ (b)
Despesas Primária Correntes (IV)	R\$ 29.279.892,34	R\$ 358.253
Despesa Primária de Capital (V)	R\$ 837.267,94	R\$ 237.914,09
<b>Despesa Primária Total (VI) = IVa+IVb+Va+Vb</b>	<b>R\$ 30.713.328,09</b>	
<b>Receita Primária (VII)</b>	<b>R\$ 28.366.588,24</b>	
<b>Resultado Primário (Acima da Linha) (VIII) = VII-VI</b>	<b>-R\$ 2.346.739,85</b>	
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (IX)	-R\$ 1.540.793,82	
Juros Nominais	Valor (R\$)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (X)	R\$ 600.891,78	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XI)	R\$ 0,00	
<b>Resultado Nominal (Sem RPPS) Acima da Linha (XII) = VIII + (X-XI)</b>	<b>-R\$ 1.745.848,07</b>	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (XIII)	R\$ 0,00	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais



## Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A

### Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquida (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNC (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 18.913.645,30	R\$ 15.156.880,36	R\$ 234.115,49	81,37%
2022	R\$ 23.143.431,52	R\$ 19.894.658,08	R\$ 14.550,87	86,02%
2023	R\$ 24.872.484,75	R\$ 22.334.521,65	R\$ 116.057,31	90,26%
2024	R\$ 33.208.429,11	R\$ 33.206.926,63	R\$ 0,00	99,99%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

## Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO

**Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12 /2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)**

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.389.845,05	R\$ 137.396,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 215.573,05	R\$ 1.036.875,54	R\$ 0,00	R\$ 1.036.875,54
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 4.406,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.406,62	R\$ 0,00	R\$ 4.406,62
		<b>R\$ 1.394.251,67</b>	<b>R\$ 137.396,46</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 215.573,05</b>	<b>R\$ 1.041.282,16</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.041.282,16</b>
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 12.796,75	R\$ 0,00	R\$ 401,78	R\$ 0,00	R\$ 3.177,96	R\$ 9.217,01	R\$ 0,00	R\$ 9.217,01
	Transferência do								

<b>Fonte</b>	<b>Descrição</b>	<b>Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)</b>	<b>Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)</b>	<b>Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)</b>	<b>Insuficiência Financeira no Consórcio (d)</b>	<b>RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)</b>	<b>(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e</b>	<b>RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)</b>	<b>(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g</b>
550	Salário Educação	R\$ 35.404,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.404,58	R\$ 0,00	R\$ 35.404,58
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 1.000,00	R\$ 350,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 650,00	R\$ 0,00	R\$ 650,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 56.619,28	R\$ 81,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.538,02	R\$ 0,00	R\$ 56.538,02
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.227,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.227,06	R\$ 0,00	R\$ 2.227,06
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do								

<b>Fonte</b>	<b>Descrição</b>	<b>Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)</b>	<b>Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)</b>	<b>Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)</b>	<b>Insuficiência Financeira no Consórcio (d)</b>	<b>RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)</b>	<b>(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e</b>	<b>RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)</b>	<b>(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g</b>
600	Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 68.648,32	R\$ 16.289,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 461,42	R\$ 51.897,06	R\$ 0,00	R\$ 51.897,06
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 3.288,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.288,00	R\$ 0,00	R\$ 3.288,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 324.878,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 324.878,00	R\$ 0,00	R\$ 324.878,00
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos								

<b>Fonte</b>	<b>Descrição</b>	<b>Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)</b>	<b>Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)</b>	<b>Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)</b>	<b>Insuficiência Financeira no Consórcio (d)</b>	<b>RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)</b>	<b>(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e</b>	<b>RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)</b>	<b>(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g</b>
632	Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 348.107,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 348.107,95	R\$ 0,00	R\$ 348.107,95
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 10.562,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.562,70	R\$ 0,00	R\$ 10.562,70
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 24.542,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.542,65	R\$ 0,00	R\$ 24.542,65
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 21,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21,28	R\$ 0,00	R\$ 21,28
	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos								

<b>Fonte</b>	<b>Descrição</b>	<b>Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)</b>	<b>Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)</b>	<b>Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)</b>	<b>Insuficiência Financeira no Consórcio (d)</b>	<b>RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)</b>	<b>(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e</b>	<b>RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)</b>	<b>(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g</b>
701	Congêneres dos Estados	R\$ 3.258.614,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.258.614,03	R\$ 1.349.493,99	R\$ 1.909.120,04
710	Transferência Especial dos Estados	R\$ 270.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 8.784,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.784,85	R\$ 0,00	R\$ 8.784,85
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 9,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9,25	R\$ 0,00	R\$ 9,25
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 22.792,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.792,02	R\$ 0,00	R\$ 22.792,02
	Recursos da Contribuição para o Custeio do								

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g
751	Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 12.362,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.362,66	R\$ 0,00	R\$ 12.362,66
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 70.533,34	R\$ 5.120,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.413,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
869	Outros recursos extraorçamentários	R\$ 238.687,16	R\$ 0,00	R\$ 241.299,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.612,25	R\$ 0,00	-R\$ 2.612,25
		<b>R\$ 4.769.879,88</b>	<b>R\$ 21.841,10</b>	<b>R\$ 241.701,19</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 69.052,72</b>	<b>R\$ 4.437.284,87</b>	<b>R\$ 1.619.493,99</b>	<b>R\$ 2.817.790,88</b>
<b>RPPS</b>									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-R\$ 150.408,17	R\$ 0,00	R\$ 60.599,89	R\$ 0,00	R\$ 0,89	-R\$ 211.008,95	R\$ 0,00	-R\$ 211.008,95
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 193.587,51	R\$ 7.180,99	R\$ 14,18	R\$ 0,00	R\$ 5.926,51	R\$ 180.465,83	R\$ 0,00	R\$ 180.465,83
		<b>R\$ 43.179,34</b>	<b>R\$ 7.180,99</b>	<b>R\$ 60.614,07</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 5.927,40</b>	<b>-R\$ 30.543,12</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 30.543,12</b>
>>>>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.207.310,89</b>	<b>R\$ 166.418,55</b>	<b>R\$ 302.315,26</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 290.553,17</b>	<b>R\$ 5.448.023,91</b>	<b>R\$ 1.619.493,99</b>	<b>R\$ 3.828.529,92</b>



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4<sup>a</sup> SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

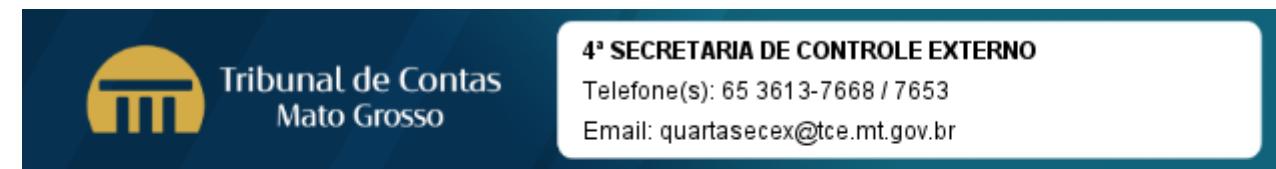
APLIC

**Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)**

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.883.534,52	R\$ 179.757,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 184.051,88	R\$ 1.519.725,63	R\$ 2.751.948,94	-R\$ 1.232.223,31
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 4.406,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.406,62	R\$ 0,00	R\$ 4.406,62
		<b>R\$ 1.887.941,14</b>	<b>R\$ 179.757,01</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 184.051,88</b>	<b>R\$ 1.524.132,25</b>	<b>R\$ 2.751.948,94</b>	<b>-R\$ 1.227.816,69</b>
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 42.142,58	R\$ 0,00	R\$ 401,78	R\$ 0,00	R\$ 5.902,04	R\$ 35.838,76	R\$ 23.266,50	R\$ 12.572,26
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 9.542,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.542,93	R\$ 0,00	R\$ 9.542,93
	Transferências de								

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
553	Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 0,00	R\$ 350,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 350,00	R\$ 0,00	-R\$ 350,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 246,70	R\$ 81,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 165,44	R\$ 0,00	R\$ 165,44
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 5.866,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.866,36	R\$ 0,00	R\$ 5.866,36
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres								

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
571	vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 16.671,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 16.671,33	R\$ 57.708,00	-R\$ 74.379,33
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 659.861,29	R\$ 16.289,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,60	R\$ 643.570,85	R\$ 26.032,80	R\$ 617.538,05
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 3.288,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.288,00	R\$ 0,00	R\$ 3.288,00
	Transferências Fundo a Fundo de								



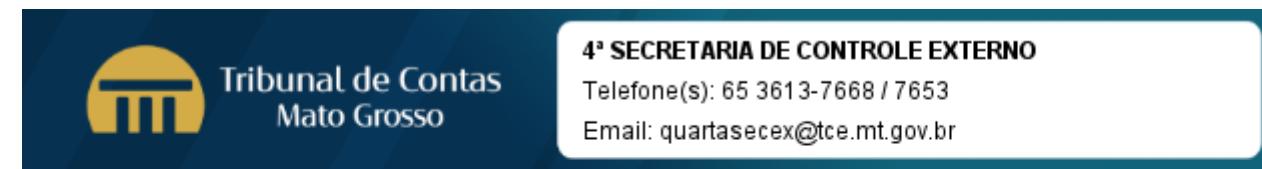
Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
602	Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 2.725,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.725,26	R\$ 0,00	R\$ 2.725,26
	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos								

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
604	agentes de combate às endemias	R\$ 8.470,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.470,00	R\$ 0,00	R\$ 8.470,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 676,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 676,79	R\$ 0,00	R\$ 676,79
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 151.824,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 151.824,71	R\$ 11.638,88	R\$ 140.185,83
	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres								

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
631	vinculados à Saúde	R\$ 52.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 52.800,00	R\$ 0,00	R\$ 52.800,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 36.954,66	R\$ 1.474,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.987,28	R\$ 32.492,98	R\$ 0,00	R\$ 32.492,98
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 13.114,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.114,88	R\$ 0,00	R\$ 13.114,88
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 15.313,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.313,38	R\$ 0,00	R\$ 15.313,38
	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos								

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
701	Congêneres dos Estados	R\$ 5.275.051,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 93.265,50	R\$ 5.181.786,05	R\$ 117.488,26	R\$ 5.064.297,79
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 8.784,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.784,85	R\$ 0,00	R\$ 8.784,85
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 5.290,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.290,59	R\$ 0,00	R\$ 5.290,59
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 9,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9,25	R\$ 0,00	R\$ 9,25
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 22.792,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.792,02	R\$ 0,00	R\$ 22.792,02
	Recursos da								

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
751	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 6.367,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.367,79	R\$ 0,00	R\$ 6.367,79
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 71.628,00	R\$ 5.120,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.968,27	R\$ 56.539,73	R\$ 105.766,30	-R\$ 49.226,57
869	Outros recursos extraorçamentários	R\$ 269.217,69	R\$ 0,00	R\$ 271.829,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.612,25	R\$ 0,00	-R\$ 2.612,25
		<b>R\$ 6.661.969,28</b>	<b>R\$ 39.986,83</b>	<b>R\$ 272.231,72</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 112.123,69</b>	<b>R\$ 6.237.627,04</b>	<b>R\$ 341.900,74</b>	<b>R\$ 5.895.726,30</b>
<b>RPPS</b>									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 37.845,38	R\$ 0,00	R\$ 60.032,62	R\$ 0,00	R\$ 0,60	-R\$ 22.187,84	R\$ 0,00	-R\$ 22.187,84
	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
802	Administração	R\$ 52.802,81	R\$ 7.180,99	R\$ 1.818,20	R\$ 0,00	R\$ 12.515,00	R\$ 31.288,62	R\$ 31.668,70	-R\$ 380,08
		<b>R\$ 90.648,19</b>	<b>R\$ 7.180,99</b>	<b>R\$ 61.850,82</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 12.515,60</b>	<b>R\$ 9.100,78</b>	<b>R\$ 31.668,70</b>	<b>-R\$ 22.567,92</b>
<b>&gt;&gt;&gt;&gt;</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 8.640.558,61</b>	<b>R\$ 226.924,83</b>	<b>R\$ 334.082,54</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 308.691,17</b>	<b>R\$ 7.770.860,07</b>	<b>R\$ 3.125.518,38</b>	<b>R\$ 4.645.341,69</b>

APLIC



## Anexo: 14 - PREVIDÊNCIA

### Quadro: 14.1 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Declaração de Veracidade

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 47.397,78	R\$ 47.397,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 47.011,81	R\$ 47.011,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 69.310,78	R\$ 69.310,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 60.365,87	R\$ 60.365,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 60.990,79	R\$ 60.990,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 62.557,72	R\$ 62.557,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 63.491,93	R\$ 63.491,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 62.596,17	R\$ 62.596,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 61.760,11	R\$ 61.760,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 62.787,63	R\$ 62.787,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 61.446,06	R\$ 61.446,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 61.112,40	R\$ 66.244,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.131,89
13º Salário	R\$ 53.675,01	R\$ 48.772,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.902,80
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 774.504,06</b>	<b>R\$ 774.733,15</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 229,09</b>

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

### Quadro: 14.2 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - APLIC

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 48.707,49	R\$ 48.707,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 48.940,94	R\$ 48.940,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 73.505,14	R\$ 73.505,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 63.555,17	R\$ 63.555,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 64.804,70	R\$ 64.804,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 66.348,56	R\$ 66.348,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 69.269,30	R\$ 69.269,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 67.460,41	R\$ 67.460,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 66.846,04	R\$ 66.846,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 68.771,54	R\$ 68.771,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 66.253,78	R\$ 66.253,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 66.327,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 66.327,70
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 770.790,77</b>	<b>R\$ 704.463,07</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 66.327,70</b>



APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias.

### **Quadro: 14.3 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Declaração de Veracidade**

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 41.112,76	R\$ 41.112,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 40.777,96	R\$ 40.777,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 60.120,31	R\$ 60.120,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 51.567,33	R\$ 51.567,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 51.953,86	R\$ 51.953,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 53.318,70	R\$ 53.318,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 53.634,38	R\$ 53.634,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 53.084,91	R\$ 53.084,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 52.293,35	R\$ 52.293,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 52.983,35	R\$ 52.983,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 53.298,45	R\$ 53.298,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 53.009,04	R\$ 57.460,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.451,45
13º Salário	R\$ 54.652,26	R\$ 49.815,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.836,30
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 671.806,66</b>	<b>R\$ 671.421,81</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 384,85</b>

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

### **Quadro: 14.4 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - APLIC**

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 42.248,79	R\$ 42.248,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 42.451,27	R\$ 42.451,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 63.758,56	R\$ 63.758,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 55.127,94	R\$ 55.127,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 56.211,81	R\$ 56.211,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 57.550,89	R\$ 57.550,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 60.084,41	R\$ 60.084,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 58.515,36	R\$ 58.515,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 57.982,45	R\$ 57.982,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 59.652,65	R\$ 59.652,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 57.468,73	R\$ 57.468,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 57.532,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 57.532,84



Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 668.585,70</b>	<b>R\$ 611.052,86</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 57.532,84</b>

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias.